



**UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**Helio Irany Wanderley Junior**

**Questão Letícia: Análise da atuação militar brasileira  
no conflito colombo-peruano (1932-1934)**

Niterói  
2020

**Helio Irany Wanderley Junior**

**Questão Letícia: Análise da atuação militar brasileira  
no conflito colombo-peruano (1932-1934)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, campus Niterói, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Fernando da Silva Rodrigues

Niterói  
2020

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universo  
Campus Niterói

Wanderley Junior, Helio Irazy  
W245 Questão Letícia: análise da atuação militar brasileira no  
conflito colombo-peruano (1932-1934). / Helio Irazy  
Wanderley Junior. -- Niterói, RJ, 2020.  
134p.: il., color., maps.,  
tabs. Referências: P. 129-  
134.

Orientador: PhD Fernando da Silva Rodrigues.  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade  
Salgado de Oliveira, 2020.

1. Letícia, conflito de fronteira entre Perú e Colômbia, 1932-1934.
  2. Letícia - Diplomacia. 3. Peru – Fronteiras – Colômbia.
- I. TÍTULO.

CDD 986.10631

Bibliotecária: Sirléia Rodrigues de Mattos - CRB-7/5230

HELIO IRANY WANDERLEY JUNIOR

**QUESTÃO LETÍCIA: ANÁLISE DA ATUAÇÃO MILITAR BRASILEIRA NO  
CONFLITO COLOMBO-PERUANO (1932-1934)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História, aprovada no dia 02 de setembro de 2020 pela banca examinadora, composta pelos professores:

---

Prof. Dr. Fernando da Silva Rodrigues  
Professor do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

---

Prof. Dr. Willian Gaia Faria  
Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vivian Cristina da Silva Zampa  
Professora do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

*Aos brasileiros que perderam a vida durante o conflito colombo-peruano.*

## **AGRADECIMENTOS**

O filósofo e pensador francês René Descartes (1589-1650), ao refletir sobre o processo de formação do pensamento humano, assim se expressou:

Pois não basta ter o espírito bom, mas o principal é aplicá-lo bem. As maiores almas são capazes dos maiores vícios, assim como das maiores virtudes; e aqueles que só caminham muito lentamente podem avançar muito mais, se sempre seguirem o caminho certo, do que aqueles que correm e dele se afastam.

Diante desta afirmação, e entendendo que este trabalho de pesquisa se caracteriza como uma contribuição social, gostaria de externar os meus mais sinceros e eternos agradecimentos as pessoas que me ajudaram a desenvolvê-lo e a aplicar de forma lenta e gradual as forças do meu espírito para trilhar o caminho do bem.

Ao programa de pós-graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), na pessoa de sua coordenadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia Amantino e de seus qualificados e competentes professores e professoras, especialmente as Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marly Vianna, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vitória Schettini e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vivian Zampa, que me receberam de braços abertos, literalmente, meu muito obrigado.

Ao Prof. Dr. Willian Gaia Farias, da Universidade Federal do Pará, pelas discussões e aulas de história militar da Amazônia nos diversos simpósios dos quais participamos. Agradeço profundamente, também, pelas observações e contribuições consignadas por ocasião do exame de qualificação.

Ao Prof. Dr. Fernando Velôzo Gomes Pedrosa, agradeço pela disciplina de história militar ministrada na UNIVERSO que muito contribuiu para o meu aprimoramento profissional e pelas observações precisas e detalhadas consignadas no exame de qualificação. Meus sinceros agradecimentos.

Ao Prof. Dr. Fernando da Silva Rodrigues, meu muito mais que orientador, pela confiança, amizade, apoio e auxílio durante todo o processo de orientação. Se há algum sucesso nessa pesquisa, isso se deve ao seu trabalho e ao seu esforço em promover simpósios e encontros dos quais tive a honra de participar, além das discussões de alto nível, entabuladas nas disciplinas de história das fronteiras e história militar que pude cursar na UNIVERSO, ao longo desses dois anos.

Aos meus pais, Helio Irany Wanderley (*in memoriam*) e Edith Acioly Wanderley, por não terem medido esforços para me proporcionarem a melhor educação possível e por terem sido os responsáveis pela formação do meu caráter. Agradeço eternamente a vocês o dom da vida.

Aos meus sogros Dante Noto e Doris Noto que sempre me apoiaram, inclusive dando o suporte a minha família nos momentos em que a minha ausência se fez necessária, minha sincera gratidão.

Ao meu filho Guilherme Wanderley, que me apoiou com seu amor e compreensão ao longo de todo o percurso de produção da pesquisa. À minha amada e eterna esposa, Danielle Paes Noto, pelo companheirismo, compreensão, cumplicidade, estímulo e apoio que me deu ao longo desses dois anos. Vocês são a minha razão de existir.

Por último, agradeço a Deus o dom da vida e por ter me conduzido até aqui com saúde, me dando a oportunidade e o privilégio de fazer parte da história de tantas pessoas maravilhosas.

A todos vocês amados, o meu muito obrigado. Sou eternamente grato.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BC – Batalhão de Caçadores

BI – Batalhão de Infantaria

Cap – Capitão

Cel – Coronel

EME – Estado Maior do Exército

EMA – Estado Maior da Armada

Ef – Efetivo

GAC – Grupo de Artilharia de Costa

Gen – General

RM – Região Militar

SCADTA – Sociedade Colombo-Alemã de Transportes Aéreos

Ten – Tenente

OM – Organização Militar

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Ef das OM integrantes da Força de Ocupação e Observação em 10 abr. 1933....	103
Tabela 2 – Ef das OM da 8ª RM em 16 fev.1934.....	119

## **LISTA DE IMAGENS**

Figura 1 – Região do Trapézio Amazônico (conflito colombo-peruano).....	12
Figura 2 – Luta na região de Letícia.....	91

## RESUMO

No dia 1 de setembro de 1932 a cidade de Letícia na fronteira com o Brasil foi invadida por um grupo de peruanos inconformados com o Tratado Salomón-Lozano, pelo qual a região tinha sido entregue a Colômbia em 1930, deflagrando uma guerra entre os dois países. O presente trabalho tem por objetivo analisar como se deu a atuação militar brasileira na guerra, já que a passagem pelo rio Amazonas no território do Brasil era fundamental para que as tropas beligerantes conseguissem acessar a zona do conflito. Através do estudo da bibliografia sobre o tema e da documentação produzida pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo jornal *O Correio da Manhã* durante o conflito, a pesquisa analisa a construção da política de defesa do Estado brasileiro para as fronteiras amazônicas, a presença militar na região e o emprego das Forças Armadas brasileiras para garantir a neutralidade do país. Demonstra também como se deram as disputas diplomáticas e a atuação do Brasil no processo de negociações, ocorrido simultaneamente ao conflito, que culminou na Conferência do Rio de Janeiro e na assinatura do Protocolo de Amizade e Cooperação entre o Peru e a Colômbia em 24 de maio de 1934.

**Palavras-chave:** Guerra colombo-peruana, Letícia, Amazônia, fronteiras, Forças Armadas

## ABSTRACT KEYWORDS

On September 1, 1932, the city of Leticia on the border with Brazil was invaded by a group of Peruvians who did not comply with the Salomón-Lozano Treaty, by which the region had been handed over to Colombia in 1930, sparking a war between the two countries. The present work aims to analyze how the Brazilian military acted in the war, since the passage through the Amazon River in the territory of Brazil was essential for the belligerent troops to gain access to the conflict zone. Through the study of the bibliography on the subject and the documentation produced by the Armed Forces, the Ministry of Foreign Affairs and the newspaper *O Correio da Manhã* during the conflict, the research analyzes the construction of the Brazilian State's defense policy for the Amazonian borders, the military presence in the region, the use of the Brazilian Armed Forces to guarantee the country's neutrality. It also demonstrates how diplomatic disputes and Brazil's actions took place in the negotiation process that occurred simultaneously with the conflict, which culminated in the Rio de Janeiro Conference and the signing of the Protocol of Friendship and Cooperation between Peru and Colombia on May 24, 1934.

**Keywords:** Colombia-Peru war, Leticia, Amazon, border, Armed Forces

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	1
<b>Capítulo I – A guerra colombo-peruana e as fronteiras brasileiras</b> .....	12
1.1 A guerra colombo-peruana.....	12
1.2 A presença militar na Amazônia e o Forte de São Francisco Xavier de Tabatinga.....	18
1.3 A geopolítica e a guerra colombo-peruana.....	23
1.4 A questão dos conceitos.....	26
1.5 A navegação no rio Amazonas.....	28
1.6 O plano de defesa nacional e a Amazônia.....	31
1.7 O Exército, as fronteiras e a Revolução de 1930.....	37
<b>Capítulo II – Tensão na fronteira: A invasão de Letícia</b> .....	46
2.1 A invasão de Letícia.....	46
2.2 Os planejamentos do Exército Brasileiro para a atuação no conflito.....	52
2.3 A mobilização das tropas do Exército Brasileiro.....	60
2.4 A mobilização das forças da Marinha do Brasil.....	67
2.5 Primeiras tensões dentro das forças brasileiras.....	70
<b>Capítulo III – Combate e diplomacia na Tríplice Fronteira</b> .....	80
3.1 A iminência dos combates.....	80
3.2 O ataque a Tarapacá e o início das hostilidades.....	91
3.3 O Acordo de 25 de maio de 1933.....	104
3.4 A paz no Rio de Janeiro.....	108
<b>Considerações finais</b> .....	123
<b>Fontes primárias</b> .....	127
<b>Bibliografia</b> .....	128

## Introdução

O estudo do tema fronteiras tem se tornado cada vez mais frequente nas publicações de livros e artigos, execução de simpósios e na presença da mídia mundial em geral. A produção científica sobre o assunto foi muito grande no início do século XX, época da consolidação territorial dos principais países do mundo atual e, em especial do Brasil. Após a Segunda Guerra Mundial, o tema ganhou novos destaques, particularmente na reconstrução dos países europeus, e na década de 1970, com a independência das colônias africanas. Nos anos 1990, o tema foi relegado a um segundo plano, tendo em vista o processo de globalização no qual os países passaram a buscar uma maior integração de territórios e zonas de comércio.

Entretanto, após o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e o consequente término da polarização leste-oeste, quando muitos disseram que a história havia acabado e se decretou o fim das tensões nas fronteiras, mais interesse estas despertaram entre políticos e estudiosos. São provas disso os inúmeros centros de pesquisa que se dedicam à compreensão de suas funções e efeitos, bem como à resolução de conflitos entre países e às iniciativas de cooperação transfronteiriça. Criado em 1989, o *International Boundaries Research Unit*<sup>1</sup> (IBRU) localizado na Universidade de Durham (Inglaterra) é de longe o exemplo mais conhecido do primeiro caso. Poderia ser citado também o *Center for Cross Border Studies*<sup>2</sup> vinculado às Universidades *Queen's de Belfast e Dublin City* (Irlanda do Norte).

Alguns centros de pesquisa europeus estão mais voltados para a resolução de conflitos resultantes da intensa fragmentação política que se seguiu ao fim da guerra fria. Neste caso pode-se citar o *Peipsi Center for Transboundary Cooperation*<sup>3</sup>. Nos Estados Unidos pode-se destacar dois centros de pesquisa dedicados à compreensão e promoção da cooperação fronteira, o *Institute for Regional Studies of the Californias*<sup>4</sup> (IRSC) e a *Association for Borderlands Studies*<sup>5</sup>. Após os ataques ao *World Trade Center*, ocorridos em 11 de setembro de 2001, o Conselho de Segurança das Organizações das Nações Unidas (ONU), estabeleceu a resolução 1373 que instituiu o *United Nations Security Council Counter-Terrorism*

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://www.dur.ac.uk/ibru/>> Acesso em: 4 Ago., 2019.

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www.crossborder.ie>> Acesso em: 4 Ago., 2019.

<sup>3</sup> Instituição de pesquisa sobre fronteiras situada na Estônia. Foi fundada em 1993 para estudar a faixa de fronteira entre a Estônia e a Rússia. Disponível em: <<http://www.ctc.ee/en>> Acesso em: 3 set, 2019.

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.irsc.sdsu.edu>> Acesso em: 5 Ago., 2019.

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.absborderlands.org>> Acesso em: 4 Ago., 2019.

*Committee*<sup>6</sup>, cuja área de atuação passou a ser a administração de fronteiras e a efetiva implementação de medidas de combate ao terrorismo internacional.

O estudo do tema fronteiras deve, necessariamente, reportar-se a uma breve análise do surgimento dos estados. A definição de Estado Nacional Moderno como sujeito de direito internacional hoje, continua a ser aquela atribuída pela Convenção de Montevideu<sup>7</sup> (1933), segundo a qual todo Estado deve possuir: 1) população permanente; 2) território definido; 3) governo; e 4) capacidade de honrar os compromissos contraídos com os outros Estados. Assim, da soma destas características tem-se o conceito de soberania.

Neste sentido, soberania pode ser entendida como o poder supremo do Estado, que é o poder de fazer leis que modelam as instituições e organizam as relações em sociedade. A soberania enquanto poder do Estado é interna. Seria um contrassenso falar em “soberania externa” uma vez que um dos atributos da soberania é não reconhecer qualquer poder que lhe seja superior. Um Estado soberano não pode acatar leis de outro Estado, possuindo, portanto, independência.

O território aparece como o local onde o Estado exerce sua soberania. Segundo Rogério Haesbaert, o território teria nascido com uma dupla conotação, material e simbólica, significando ora a dominação jurídico-política da terra, com a inspiração do terror e do medo, ora um privilégio concedido àqueles que podem usufruí-lo, inspirando uma identificação positiva e a efetiva “apropriação”.<sup>8</sup>

As fronteiras se caracterizam como os limites territoriais dos Estados. Passam a ser áreas nas quais a disputa política torna-se mais intensa, posto que cada um dos Estados presentes tende a satisfazer seus interesses e a fazer valer a sua vontade. Desta forma, as zonas de fronteiras caracterizam-se como áreas de atuação estratégica do poder do Estado.

O termo fronteira advém do francês *frontière*, por sua vez originado do latim *frons, tis*. Em suas raízes, a palavra guarda inegável sentido bélico, designando ora a guarda das tropas militares, ora a praça fortificada que está em frente do inimigo.<sup>9</sup> Nesse sentido, a *ville* ou *place frontière* seria a cidade ou praça fronteira que “faz frente a”: ao inimigo, ao estranho, ao outro. O sentido de limites do território de um Estado data do século XIV. O adjetivo francês *frontière* acabou por substantivar-se, derivando noutras línguas palavras como *frontier* (inglês), *frontiera* (italiano), *frontera* (espanhol, catalão), fronteira (português).

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.un.org/sc/ctc/focus-areas/border-control/>> Acesso em: 5 Ago., 2019.

<sup>7</sup> BRASIL. Convenção sobre direitos e deveres do Estado. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/d1570.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d1570.htm)> Acesso em: 4 Mai., 2018.

<sup>8</sup> HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p.95.

<sup>9</sup> HOUAISS, Antônio. *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 210.

Segundo Fábio Aristimunho Vargas a jurisprudência da Corte Internacional de Justiça (CIJ), ao analisar a controvérsia fronteiriça entre Níger e Benim, firmou o entendimento de que a fronteira se caracteriza por separar soberanias: “Esta solução é consistente com a concepção geral segundo a qual uma fronteira marca a separação das soberanias estatais, tanto na superfície terrestre quanto no subsolo e no espaço aéreo sobrejacente.”<sup>10</sup>

Para Alberto do Amaral Júnior, o princípio da territorialidade desempenha, dentre outras, a função de proteger o Estado contra riscos externos, destacando o “paradoxo curioso” de que a fronteira “protege do inimigo na medida em que o cria”. Segundo o autor, “o território distingue o interno do externo, o amigo do inimigo, o nacional do estrangeiro, aquele que se pode combater, mas com quem se pode também falar”, concluindo que, “na origem da guerra e da paz, o princípio da territorialidade conduz à formação de um sistema internacional composto por territórios delimitados por fronteiras nacionais, que são reconhecidos como iguais”.<sup>11</sup>

Corroborando essa interpretação, reflete o geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves:

Observemos que fronteira deriva de front, expressão do campo militar que significa um espaço que ainda está sendo objeto de luta nos limites espaciais de duas forças em confronto aberto por afirmar seu controle. Definido quem controla o front este se transforma em fronteira que, depois, passa a ser naturalizada. Daí dizer-se que o rio Grande faz a fronteira entre os Estados Unidos e o México; que o rio Paraguai separa a Bolívia do Brasil e por aí vai. Nenhum rio separa coisa alguma, na verdade, une. A palavra fronteira tem como raiz front que indica que por trás das fronteiras sempre está a política, seja por meios diplomáticos, seja por meio da guerra.<sup>12</sup>

Nesse sentido, as Forças Armadas surgem como instituição política cuja finalidade principal é fazer valer a vontade política dos Estados que representam, particularmente na faixa de fronteira. Também exercem, nessas áreas, o monopólio estatal da violência. Participam, desta forma, do processo histórico de construção dos limites territoriais dos países.

O Brasil passou por um processo intenso de discussão e demarcação de suas fronteiras, particularmente no final do século XIX e na primeira metade do século XX. Foi um momento de consolidação do Estado brasileiro após a proclamação da República, num contexto de

<sup>10</sup> VARGAS, Fábio Aristimunho. *Formação das fronteiras latino-americanas*, Brasília: FUNAG, 2017, p. 37.

<sup>11</sup> AMARAL JUNIOR, Alberto do. *Introdução ao Direito Internacional Público*. São Paulo: Atlas, 2008. p. 28.

<sup>12</sup> GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. In: CLACSO – *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Movimientos sociales y conflictos en América Latina*. Buenos Aires, Argentina: Programa OSAL, 2003. p. 5.

renegociação dos tratados estabelecidos entre Espanha e Portugal, ainda no período colonial. Durante esta fase, destacou-se o principal nome da diplomacia brasileira, o Barão do Rio Branco.

Os tratados negociados neste período foram diversos, dos quais destaca-se a negociação com a França (Guiana Francesa) em 1900; com o Suriname em 1906; com o Equador em 1904; com a Argentina em 1898, 1910 e 1927; com a Bolívia em 1904; com a Colômbia em 1907 e 1928; com o Paraguai em 1872 e 1927, dentre outras.

Este movimento vivido pelo Brasil no período, aconteceu praticamente em toda a América do Sul. Diversos países passaram a negociar a demarcação de suas fronteiras, particularmente na região Amazônica onde o aumento da demanda por produtos da floresta, como o látex, trouxe outros personagens para a disputa.

Foi o que aconteceu entre a Colômbia e o Peru, por exemplo. Os litígios de fronteiras entre ambos deveriam ter cessado, definitivamente, em 1829. Nesta data, depois da batalha de Tarquí<sup>13</sup>, foi firmado um tratado de limites que fixou, com bastante precisão, as lindes entre estes estados e o Equador. No entanto, por mais de um século esta região foi abalada por diversos conflitos.

Um deles, e talvez o mais marcante, ficou conhecido como Questão Letícia. Este foi o nome dado ao conflito militar entre o Peru e a Colômbia iniciado em agosto-setembro de 1932, tendo como objeto uma área do extremo sul do território colombiano fronteira ao Peru e ao Brasil e na qual se localiza a cidade de Letícia. O conflito foi dirimido em 1934 graças aos esforços de mediação do Brasil, sob o patrocínio da Liga das Nações.

Neste contexto, o presente trabalho se propõe a analisar a Questão Letícia sob a ótica militar do conflito. Para isso, será realizada uma análise detalhada dos documentos produzidos pelo Exército Brasileiro, que se enquadram numa perspectiva de defesa e manutenção das fronteiras conquistadas. Trata-se de fontes manuscritas, acervos pessoais de militares, fontes impressas e livros escritos no período. Pretende-se, com isso, descortinar esse importante momento de construção do Estado Brasileiro.

A importância do tema para o contexto brasileiro e sul-americano pode ser ressaltada através de vários fatores. A Questão Letícia representa um dos poucos eventos de sucesso conduzido pela Liga das Nações para a manutenção da paz mundial com a intermediação do Brasil. Outro aspecto a ser ressaltado, é que a Questão Letícia pode ser encarada como um

---

<sup>13</sup> Batalha que pôs fim ao conflito motivado pelo interesse peruano de expandir seu território, anexando parte do Equador e da Bolívia. É comemorada nos dias de hoje no Equador como o dia do Exército Equatoriano, dia do Civismo, dia da Unidade Nacional e dia do Herói Nacional.

modelo de aplicação das modernas operações de paz, já que uma comissão designada pela Liga das Nações administrou o território por um ano. Em última análise, a Questão Letícia foi um dos poucos eventos conduzidos pela Liga das Nações fora do território da Europa e intermediado pelo Chanceler brasileiro Afrânio de Melo Franco.<sup>14</sup>

No que tange ao levantamento da literatura produzida sobre o conflito, existe pouca investigação no Brasil sobre os fatos ocorridos na região de Letícia no período de 1932 a 1938. Seja na forma historiográfica analítica, seja na forma de narrativa, escrita preferida pela historiografia política tradicional. Com exceção dos livros produzidos por diplomatas e mais recentemente por cientistas do campo das relações internacionais, praticamente não foram encontradas obras de referência que tratassem com mais profundidade do fato.

Através da pesquisa historiográfica empreendida para a elaboração deste trabalho, constatou-se que o embaixador Sergio Costa<sup>15</sup>, foi o único intelectual brasileiro a dedicar uma produção integral ao assunto. Trata-se de uma obra factual, construída numa narrativa linear, escrita em noventa e sete páginas. Assim, Costa se limitou a abordar os aspectos diplomáticos que envolveram as negociações do Protocolo de Amizade do Rio de Janeiro de 1934, que pôs fim ao conflito.

Além de Sérgio Costa, outros autores limitaram-se a tratar superficialmente do assunto, enquadrando-o dentro de uma história geral das relações diplomáticas brasileiras. Como exemplo, cita-se a passagem sobre o conflito estudado por Clodoaldo Bueno e Amado Cervo, no livro *História da Política Exterior do Brasil*, que totaliza quinhentas e noventa e cinco páginas, sendo apenas duas páginas e meio dedicadas à Questão Letícia<sup>16</sup>. Para completar, a obra utiliza como referência para estudar o fato histórico, justamente, o livro do embaixador Sérgio Costa, de 1942.

Em relação à posição do Brasil dentro do continente americano, analisaremos a Questão Letícia sob a ótica da obra de Mario Travassos, chamada “Projeção Continental do Brasil”, editada em 1938. De fato, o livro não se limita a uma análise geográfica da América do Sul. Na verdade, o autor faz essa análise para situar a posição política do Brasil na

---

<sup>14</sup> BOURNEF, Pierre-Etienne Bourneuf (2016): ‘We Have Been Making History’: The League of Nations and the Leticia Dispute (1932–1934), *The International History Review*, 2016. Disponível em: <[https://limun.org.uk/FCKfiles/File/%E2%80%99We\\_Have\\_Been\\_Making\\_History%E2%80%99\\_The\\_League\\_of\\_Nations\\_and\\_the\\_Leticia\\_Dispute\\_\(1932-1934\).pdf](https://limun.org.uk/FCKfiles/File/%E2%80%99We_Have_Been_Making_History%E2%80%99_The_League_of_Nations_and_the_Leticia_Dispute_(1932-1934).pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2020.

<sup>15</sup> COSTA, Sérgio Corrêa da. *A Diplomacia brasileira na Questão de Letícia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

<sup>16</sup> CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Editora, 2002. p. 259.

América meridional. Assim, a dimensão e a localização do território brasileiro, por si só, sugerem o “papel coordenador” do Brasil nessa região.

Para Travassos há dentro do continente americano dois tipos clássicos de antagonismos. O primeiro se traduz na oposição entre os países das duas vertentes continentais, a do Atlântico e a do Pacífico. Ainda segundo o autor, o segundo antagonismo se daria entre os países da costa atlântica, entre as duas grandes bacias que se encravam nela, a do Amazonas e a do Prata.<sup>17</sup>

A hegemonia do Brasil na região amazônica se dá, segundo o autor, através do controle da foz do rio Amazonas, das vias de acesso da região, no caso dos rios, e a consequente expansão deste domínio para o interior do território. Desta forma, para Travassos, a hegemonia sobre este rio dará, ao seu detentor, o controle de uma importante via de ligação com o continente europeu.<sup>18</sup>

Sobre a história das fronteiras Meira Mattos lembra que “os povos primitivos não tinha necessidade de fronteiras”, pois se constituíam de grupos esparsos pelo planeta. O aumento gradativo da população alterou as relações sociais, surgiram conflitos de interesses por áreas e daí a necessidade de se estabelecer limites ou linhas de fronteira. O aparecimento do conceito de nação no período pós-revolução francesa fez com que as fronteiras passassem a ter maior importância devido à formação dos estados nacionais<sup>19</sup>.

Segundo Lia Osório Machado, a fronteira está orientada “para fora” enquanto o limite está orientado “para dentro”. A fronteira é sempre algo em construção, sob “ameaça” e o limite é uma definição legal do Estado, uma abstração, um polígono intelectualizado. Um

---

<sup>17</sup> TRAVASSOS, M. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. p. 5.

<sup>18</sup> TRAVASSOS, M. *Projeção Continental do Brasil*....p. 10.

<sup>19</sup> MATTOS, Meira. Geografia e teoria de fronteiras: Fronteiras do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990. p. 13. Dado que o subespaço em questão situa-se numa fronteira internacional, naturalmente a geopolítica constitui outro componente nitidamente presente e afeto ao lugar. No Brasil, a geopolítica, em se analisado o processo histórico de nossa formação territorial, sempre esteve presente desde o período colonial, considerando que os portugueses se mostraram desde aqueles tempos remotos, atentos a importância do espaço territorial, sua localização e posição. Este termo que foi fundamental à época da Segunda Guerra Mundial, fez parte dos manuais das potências hegemônicas, mas que depois do fim da Guerra Fria vem sendo cada vez menos ventilado nos meios de comunicação de massa. A geopolítica permanece como um núcleo duro, influenciando as decisões políticas dos Estados-Nação, sobretudo em áreas de fronteiras, contudo agora, no século XXI, diferentemente da primeira metade do século XX, vê-se mais influenciada pela conjuntura econômica globalizada.

“marco”, por exemplo, representa um símbolo visível do limite, que invariavelmente não representa os desejos dos habitantes da fronteira.<sup>20</sup>

A fronteira, por outro lado, por estar em permanente mutação pode ser um fator de integração quando significa uma zona de interpenetração mútua permitindo a construção de estruturas sociais, culturais e políticas. O limite é o oposto, indica fator de separação, um obstáculo fixo, disjuntor, a despeito da presença de fatores físicos, geográficos, históricos e culturais comuns.

Correlacionado à fronteira, está o conceito jurídico de faixa de fronteira, que quando aplicado ao território brasileiro remonta ao primeiro período da República, quando a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1890, criou a faixa de fronteira, a 66 km (10 léguas) ao longo dos limites fronteiriços com os países limítrofes. Esta foi ampliada pelo artigo nº 66 da Constituição de 1934, para 100 km e posteriormente, em 1937, pelo artigo nº 165, ampliada ainda mais para 150 km. A Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, junto ao Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, regulamentou a faixa de fronteira e, finalmente, a Constituição de 1988, no parágrafo 2º do artigo nº 20, designou que a faixa de até 150 quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para a defesa do território nacional e sua ocupação e utilização serão regulamentados por lei.

O Brasil faz fronteira com dez países da América Latina, correspondendo a aproximadamente 27% do território nacional, envolve 11 Estados, 588 municípios e reúne cerca de 10 milhões de habitantes. A Faixa de Fronteira configura-se como uma região pouco desenvolvida economicamente, historicamente abandonada pelo Estado, marcada pela dificuldade de acesso a bens e serviços públicos.

A esse respeito, Machado explica que nesses 588 municípios existem 80 localidades situadas nessa faixa, incluindo-se cidades, vilas e povoados e desses 49 são classificados como cidades. Muitas dessas cidades estão próximas ou interligadas a outras cidades nos países vizinhos, e por assim dizer são chamadas de cidades gêmeas.<sup>21</sup>

O trabalho desenvolvido por Lia Osório Machado organizou uma tipologia das interações transfronteiriças concernente às cidades gêmeas relacionando as aglomerações urbanas da categoria cidades do lado brasileiro com cidades e/ou povoados vizinhos

---

<sup>20</sup> MACHADO, Lia Osorio. *Estado, territorialidades, redes. Cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana*. In: Continente em chamas. Globalização e território na América Latina. Maria Laura Silveira. (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 12.

<sup>21</sup> MACHADO, Lia Osorio. *Estado, territorialidades, redes. Cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana...*, p. 14.

existentes ao longo do limite internacional brasileiro. Segundo esta tipologia, as cidades de Tabatinga e Leticia configuram uma articulação do tipo fronteira seca com interação do tipo “sinapse”, isto é, “[...] a trocas entre as aglomerações urbanas são intensas e ativamente apoiadas pelos Estados contíguos (infraestrutura de articulação, mecanismos de apoio e regulamentação ao comércio)”.<sup>22</sup>

No que tange a produção acadêmica sobre a tríplice fronteira, foram encontradas as seguintes publicações: *A porosidade territorial na fronteira da Amazônia: as cidades gêmeas Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia)* (2013), de Emerson Flávio Euzébio e *A tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru: limites e desafios de cooperação e integração da região fronteira* (2013), de Edgar Andrés Londoño Niño. O primeiro é um artigo. O último trabalho é uma dissertação de mestrado encontrada no Banco de Teses do IPRI, da Fundação Alexandre de Gusmão.

As obras acima citadas encontram-se no campo da geografia. Uma trata sobre o tema do narcotráfico, que atualmente utiliza a região de Leticia para escoamento da produção peruana e colombiana de drogas. O outro artigo fala sobre a porosidade das fronteiras brasileiras sob a ótica da dificuldade em integrar e vigiar território tão extenso. Por fim, o último trabalho aborda as potencialidades e os limites da Tríplice Fronteira norte hoje, trabalhando, dentre outros temas, os tratados e acordos comerciais estabelecidos recentemente pelos países da região.

A historiografia americanista parece seguir o mesmo caminho da historiografia brasileira, com uma produção bastante limitada sobre o fato. Com exceção dos poucos livros produzidos no Peru e na Colômbia, palco do conflito, praticamente não se encontra nada na literatura universal. Os poucos livros escritos integralmente sobre o tema nestes países são: *El Putumayo y el conflicto colombo-peruano 1932-1934* (1970), de Luis Cajiao; *La Guerra con el Perú* (1995), de Alberto Donadio; *1932. La Guerra con el Perú, sus batallas y sus héroes* (1957), de Guillermo Plazas; *El conflicto colombo-peruano y el resurgimiento de la Armada colombiana 1930-1936* (1994), de Enrique Román; *Historia sanitaria del conflicto amazónico colombo-peruano 1932-1934* (1994), de Reynel Salas; *La verdad sobre la guerra* (1935), de Carlos Uribe; e *Historia militar del conflicto con Colombia de 1932* (1965), de José Zárate.

---

<sup>22</sup> MACHADO, Lia Osorio. *Estado, territorialidades, redes. Cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana...*, p. 15.

Além das obras acima citadas, outras que tratam sobre o tema, enquadrando-o sob a lógica das relações diplomáticas colombianas e peruanas, são: *La política internacional entre Perú y Colombia* (1988), de Juan Bákula; *La política internacional de Colombia 1903-1959* (1959), de Germán Cavelier; e *Historia diplomática de Colombia 1810-1934* (1961), de Raimundo Rivas.

Outra obra analisada com o intuito de compreender o papel dos militares, foi o livro *Soldados da Pátria* de Frank D. McCann que aborda a história do Exército Brasileiro no período de 1889, ano da proclamação da República, até o ano de 1937, momento no qual foi implantado o Estado Novo. Publicado originalmente em inglês em 2004, o livro foi traduzido e publicado no Brasil em 2009 pela Biblioteca do Exército.<sup>23</sup>

O autor busca explicar o comportamento dos militares que assumiram o governo do Brasil de 1964 a 1985. Para tanto, explicita a necessidade de melhor estudar o período que vai de 1889 a 1937. Isso se deu devido ao fato de a República Velha e a década de 1930 serem muito ricas em documentação e literatura e, segundo o autor, conterem o evento crucial na história do Exército brasileiro no século XX: o estabelecimento do Estado Novo.

Cabe ressaltar que muitos dos estudos sobre o Brasil pós 1930 apresentam uma análise deficiente do Exército, pois não levam em consideração as primeiras décadas do século XX. Para ele, não é possível compreender o Exército e seu papel na sociedade brasileira na segunda metade do século XX sem um estudo minucioso das rebeliões tenentistas, as influências da sociedade no Exército, a organização da instituição, o estabelecimento do recrutamento e diversos outros aspectos.

O Exército no período analisado era a única instituição nacional, o cerne do Estado brasileiro que se desenvolvia. O autor resalta o fato de, embora possuir as maiores guarnições situadas no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, o Exército estava presente em praticamente todo o país, sendo seu pessoal, interesses, ideologia, visão e compromissos nacionais.

Entende-se as forças armadas e, em particular, o Exército brasileiro como instituição responsável por garantir, pela força das armas, a segurança estatal. Cabe salientar que, uma pesquisa que busque interconexões entre as percepções castrenses sobre a Amazônia e a presença militar na área – que ocupa aproximadamente 50% do território nacional – revelará que a identificação da Amazônia como prioridade estratégica das Forças Armadas não se deve

---

<sup>23</sup> McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

apenas a uma reconfiguração dos interesses estatais em matéria de segurança. A importância atribuída à região amazônica pelos militares resulta de uma intrincada relação entre interesses e elementos simbólicos.

A hipótese levantada por este trabalho é que ocorreu uma mudança no pensamento militar sobre a Amazônia brasileira e na escolha das estratégias militares para defender a região, principalmente após os conflitos ocorridos na área na década de 1930. Houve, principalmente, uma mudança no que se concebe como estratégia da presença militar.

Para tanto, com esta investigação científica, o presente trabalho pretende dar uma contribuição historiográfica mais profunda e inovadora a partir da análise de um importante conflito armado na América do Sul, na primeira metade do século XX. Tal fato será utilizado para discutir os questionamentos político-militares da história brasileira. Desta forma, pretende-se contribuir para o desenvolvimento de uma análise historiográfica e metodológica plural e inovadora, na medida em que dê conta das políticas intervencionistas do Estado, da construção, vigilância, ocupação e controle das fronteiras do Brasil.

Neste sentido, os problemas ocorridos na faixa de fronteira como a questão do Chaco Boreau, conflito entre a Bolívia e o Paraguai (1932-1935) e, particularmente, a Questão Letícia, conflito entre Peru e Colômbia (1932-1934), lançaram um novo olhar das Forças Armadas brasileiras sobre esta região. Tais embates foram importantes na medida em que chamaram a atenção para a maior faixa de fronteira do Brasil, território que até aquele momento era considerado um vazio demográfico e mal guarnecido.

O presente trabalho utilizou como marco cronológico inicial o mês de setembro de 1932. Tal data marcou o início dos conflitos na região de Letícia. Os primeiros documentos produzidos pelo Exército Brasileiro foram expedidos a partir de 4 de setembro de 1932. Como exemplo, cita-se a comunicação de caráter secreto, recebida pelo Estado Maior do Exército, dando conta do movimento “subversivo” instalado em Letícia por forças peruanas.

O ano de 1932 no Brasil foi particularmente complicado para o Exército. No mês de julho eclodiu a Revolução Constitucionalista<sup>24</sup>. Na fronteira Centro-Oeste, no estado do Mato Grosso aconteceu a Guerra do Chaco, considerado o maior enfrentamento bélico ocorrido nas Américas no século XX.<sup>25</sup> Tudo isso num contexto de ebulição da sociedade brasileira que há pouco havia passado pela Revolução de 1930 que colocou Getúlio Vargas no poder. Segundo

---

<sup>24</sup> Revolução Constitucionalista de 1932, também conhecida como Revolução de 1932 ou Guerra Paulista, foi o movimento armado ocorrido nos estados de Mato Grosso, São Paulo e Rio Grande do Sul, entre julho e outubro de 1932, que tinha por objetivo derrubar o governo provisório de Getúlio Vargas e convocar uma Assembléia Nacional Constituinte.

<sup>25</sup> VARGAS, Fábio Aristimunho. *Formação das fronteiras latino-americanas...*, p.264.

MacCann, o mês de outubro de 1930 se caracterizou pela desintegração e implosão do Exército.<sup>26</sup> Desta forma, o estudo da Questão Letícia lança luz a um momento difícil da constituição do Estado brasileiro, no qual o esforço das Forças Armadas e, em particular, do Exército foi fundamental para garantir a presença das instituições brasileiras na área do conflito.

O marco cronológico final do trabalho foi o ano de 1934, data que marca o fim do conflito e a assinatura do Protocolo de Amizade do Rio de Janeiro. Os últimos documentos levantados foram o parecer do Estado Maior do Exército dando conta das adiantadas negociações nos fóruns diplomáticos para o armistício e instruções determinando aos diversos órgãos do Exército que aguardassem novas ordens para o deslocamento de mais tropas para a região.

O marco espacial do trabalho é a região da tríplice fronteira norte, área limite entre Brasil, Peru e Colômbia. Hoje a região é ocupada pelas cidades de Tabatinga no Brasil, Letícia na Colômbia e Santa Rosa no Peru.

Esta pesquisa foi realizada utilizando principalmente os documentos impressos e manuscritos da série Ministério da Guerra, Estado Maior do Exército e Questão Letícia, além dos Acervos Pessoais dos Generais Góes Monteiro e Rondon, que se encontram no Arquivo Histórico do Exército. Além disso, utilizamos a série consulados do Arquivo do Itamaraty e alguns fundos pessoais do CPDOC FGV. Trata-se, portanto, de uma pesquisa em grande parte de análise documental e, essencialmente, qualitativa. O diálogo entre o estudo bibliográfico e as informações extraídas das fontes, possibilitará um melhor entendimento acerca do tema. Pretende-se, com isso, chegar a uma efetiva contribuição para a historiografia sobre a Questão Letícia.

Desta forma, o trabalho pretende mostrar que os documentos produzidos pelo Exército acerca da Questão Letícia ajudam a formar um mosaico, que vai dar forma aos projetos de Estado esquecidos ou ainda pouco investigados, produzidos sob a influência de pensamentos políticos de intelectuais nacionais e estrangeiros, os quais influenciaram gerações e épocas importantes da história sul-americana.

---

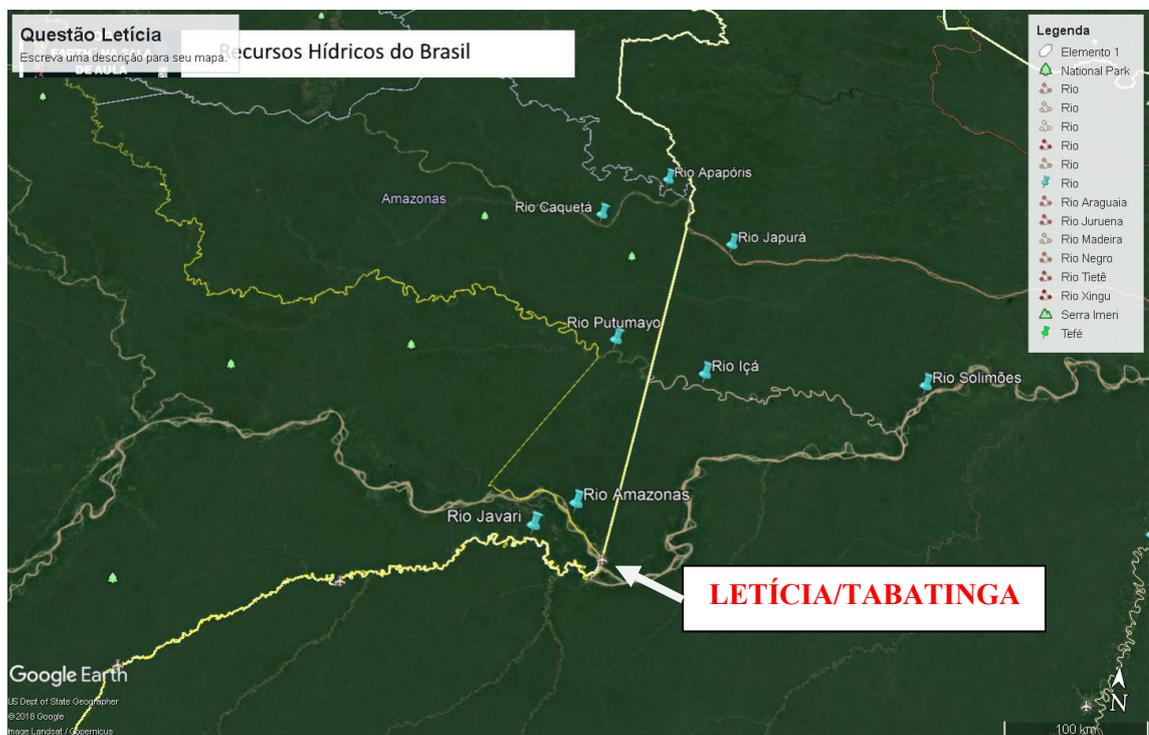
<sup>26</sup> McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro, 1889-1937...*, p.336.

## Capítulo I - A guerra colombo-peruana e as fronteiras brasileiras

O objetivo do presente capítulo é analisar a política de defesa do Estado brasileiro articulando a Guerra colombo-peruana com a visão do Exército sobre as fronteiras à época. Procurarei mostrar os fatos que levaram a eclosão da guerra colombo-peruana articulando-os com a construção dos planos de defesa do território brasileiro desde os tempos coloniais. Para isso, abordaremos diversos aspectos, principalmente no que se refere às fronteiras amazônicas e o deslocamento do olhar geopolítico para a fronteira sul do Brasil. Num segundo momento, mostraremos como a abertura do rio Amazonas à navegação internacional influenciou no conflito, fazendo com que o Brasil procurasse a qualquer custo a manutenção de um estado de neutralidade. Para concluir, analisaremos de que forma os eventos anteriores a Revolução de 1930 dentro das Forças Armadas e, particularmente, no Exército brasileiro contribuíram para gerar, principalmente na cúpula militar, o pensamento de que era necessário transformar o Exército, sem, contudo, resultar numa efetiva mudança na estrutura de defesa herdada dos portugueses.

### 1.1 A guerra colombo-peruana

Figura 1- Região do Trapézio Amazônico (conflito colombo-peruano)



Fonte: Google Earth.

Se a fronteira é o condicionamento resultante de uma política, então se impõe ter em conta, como imperativo vivencial, a existência de uma “política de fronteiras”. Esta política deve ser vigilante, previdente, construtiva, para que as fronteiras sejam estáveis e protegidas, bem como sensibilizadas demográfica e economicamente. Serão as fronteiras vivas, zonas de alta sensibilidade política. O contrário delas serão as fronteiras mortas, ermas, desprotegidas, esquecidas. As fronteiras vivas serão sempre afirmações de um espírito forte de nacionalidade. Fronteiras mortas darão imagem pouco favorável de um país que não cuida das suas lindes como deveria cuidar, porque fronteiras protegidas e povoadas enaltecem o espírito de providência e de organização de um povo.<sup>27</sup>

As palavras de Teixeira Soares marcam a direção que queremos dar ao nosso trabalho. A partir da definição apresentada pelo grande estudioso das fronteiras brasileiras, pretendemos analisar a Questão Letícia, ou Conflito de Letícia ou ainda Guerra colombo-peruana sob a ótica militar do conflito, verificando de que forma este evento histórico marcante, mas ao mesmo tempo tão esquecido, contribuiu para o desenvolvimento de uma política de fronteiras pelo Estado brasileiro.

A guerra colombo-peruana ocorreu entre os anos de 1932 e 1934 na região do rio Putumayo- Içá e na cidade de Letícia, situada no Departamento colombiano do Amazonas. O principal ponto de discórdia entre o Peru e a Colômbia foram as cláusulas do Tratado Salomón-Lozano celebrado em 1922 entre ambos os países. Nelas, se adicionava ao Peru a área entre os rios Napo, Amazonas e Putumayo, fronteira ao Equador, cedida pela Colômbia, que, por sua vez ficava com a região conhecida como Trapézio Amazônico, garantindo seu acesso ao rio Amazonas.

A Figura 1 mostra a região do conflito. Nela podemos verificar o rio Putumayo, que no Brasil se chama Içá, as cidades de Tabatinga/Letícia, que hoje estão praticamente unidas, mas que na época do conflito distavam 4 quilômetros através de terreno de selva, sendo praticamente incomunicáveis por terra. Podemos ver também o Trapézio Amazônico delimitado a leste pela linha geodésica Apapóris-Tabatinga, a sul pelo rio Amazonas (Peru), chamado de Solimões no Brasil, e a norte pelo rio Putumayo (Colômbia). Podemos verificar também o rio Javari que marca a fronteira entre o Brasil e o Peru. Esta região ficou conhecida como Tríplice Fronteira Norte.

Os principais conflitos entre Colômbia e Peru deram-se na localidade de Letícia, ilustrada no mapa e na localidade de Tarapacá, situada no rio Putumayo na fronteira entre Brasil e Colômbia. Um dos maiores problemas brasileiros no conflito, sobre o qual falaremos

---

<sup>27</sup> SOARES, Teixeira. *História da formação das fronteiras do Brasil*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973, p. 19.

mais adiante, foi o trânsito das tropas peruanas que se dirigiam para o rio Putumayo e as tropas colombianas que faziam o caminho contrário, em direção a Letícia. Ocorre que este trânsito só era possível passando por território brasileiro, como podemos verificar na Figura 1, o que gerou diversos problemas para as forças brasileiras na região. Exploraremos mais o assunto nos capítulos 2 e 3, mas acreditamos que é necessário fazer essa observação agora para possibilitar um maior entendimento dos assuntos que serão tratados em nosso trabalho.

Como dissemos, pelo Tratado Salomón-Lozano de 24 de março de 1922 o território de Letícia foi cedido a Colômbia. Ocorre que o acordo entre as partes previa a entrega efetiva do território a posteriori, depois que o Tratado fosse referendado pelo Congresso de ambos os países. Dessa forma, o Tratado de 1922 garantiu o direito da Colômbia ao território, mas não a efetiva posse, que só se daria em 1930, depois de um complicado e extenso processo de negociação entre o país, o Peru e o Brasil, lindeiro aos dois países na região.

O Tratado trouxe preocupação ao governo brasileiro pelo fato dos territórios a leste da linha Apapóris-Tabatinga reconhecidos como sendo do Brasil pela República do Peru, poderiam ser reivindicados pela República da Colômbia, que ficou com a posse das terras peruanas, a oeste da linha demarcatória. Segundo Rodrigues, em 4 de abril de 1925, com a intermediação do Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, foi assinado o Protocolo de Washington, em que a pendência entre os três países, a respeito da linha divisória, foi resolvida, assentando-se a legitimidade e o reconhecimento do tratado de 1922.<sup>28</sup>

O documento firmado em Washington era, na verdade, uma ata de reunião na qual os governos estabeleceram um entendimento comum, mediado pelos EUA, acerca do encaminhamento a dar a suas questões fronteiriças em tratados futuros. A proposta do secretário dos EUA, acatada pelas partes, consistia no seguinte:

- 1º A retirada pelo Brasil das ponderações que fez a respeito do Tratado de Limites entre a Colômbia e o Peru;
- 2º A ratificação pela Colômbia e pelo Peru do acima mencionado Tratado de Limites;
- 3º A assinatura de uma Convenção entre o Brasil e a Colômbia pela qual o limite entre esses países seria acordado na linha Apapóris-Tabatinga.<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> RODRIGUES, Fernando da Silva. *Os Conflitos regionais e a reconstrução das fronteiras sul-americanas na visão dos militares brasileiros: olhando através dos documentos produzidos na primeira metade do século XX*, Rio de Janeiro: UNIVERSO, 2013. p. 15.

<sup>29</sup> BRASIL; COLÔMBIA; ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA; Peru. *Acordo de Washington (Ata de Washington)*. Washington, 4 de março de 1925.

Resolvidas às pendências fronteiriças do tratado Salomón-Lozano na fronteira Brasil-Colômbia, com o reconhecimento pela Colômbia da linha Apaporis-Tabatinga como limite com o Brasil, e o Brasil cedendo à livre navegação no Amazonas e em outros rios adjacentes, o tratado seria ratificado. A atividade da diplomacia brasileira garantiria a manutenção da linha divisória contestada. Como desdobramento da Ata de Washington, Brasil e Colômbia assinaram, em 15 de novembro de 1928, na gestão do embaixador Mangabeira, o Tratado de Limites e Navegação Fluvial, considerando a linha Apaporis-Tabatinga como divisória entre os dois países.

Já entre Peru e Colômbia, o Tratado não conseguiu realizar a pacificação pretendida, que era pacificar os litígios e controvérsias nas fronteiras existentes entre os dois países. Mantido em sigilo por mais de cinco anos, o Tratado foi submetido a votação e aprovado pelo Congresso Peruano somente em 20 de dezembro de 1927, por determinação do presidente Augusto B. Leguía. Três meses depois, em março de 1928, foi ratificado pelo Congresso Colombiano. Desta forma, podemos observar que o Tratado levou seis anos desde a sua assinatura em 1922 até a sua ratificação pelos países envolvidos.

O traçado da nova linha de fronteira foi executado sobre o terreno, por meio de comissões mistas, e todo o trabalho minuciosamente consignado nas Atas de demarcação, firmadas pelos representantes de ambas as partes. Foram colocados marcos nas seções não separadas por limites naturais, estabelecidas as necessárias coordenadas geográficas e levantadas cartas e planos da região. Dessa forma, procurou-se cumprir os estatutos legais para a demarcação de fronteiras estabelecidas no regramento internacional.

Finalmente, o Tratado Salomón-Lozano produziria seus efeitos legais somente em 17 de agosto de 1930, com a entrega do território do Trapézio Amazônico à Colômbia, que logo tratou de se estabelecer na região de Letícia, tomando posse, demarcando a linha fronteiriça e providenciando a instalação das suas instituições de Estado. Ocorre que o fato não foi aceito pela população peruana, que a partir daquele momento tiveram que deixar a região. Assim, a partir da entrega da zona a Colômbia, houve diversos pequenos problemas entre peruanos e colombianos.

Ocorre que Letícia é uma cidade que hoje pertence à Colômbia, mas foi fundada pelos peruanos Enrique Vigil e Benigno Bustamante, em 25 de abril de 1867. Quando passou a pertencer a Colômbia, toda a população peruana que vivia não só em Letícia, mas em toda a região do Trapézio Amazônico foi obrigada a deixar seu local de origem ou mudar de nacionalidade. Tal fato é de extrema complicação, principalmente em uma região onde as

fronteiras ainda não estavam bem definidas. De tal modo que, a medida adotada por Leguía, trouxe grandes transtornos para a população peruana que vivia em Leticia e arredores.

A intenção do presidente Leguía com o Tratado foi ganhar apoio para o Peru, num momento em que o Peru se achava presionado, em meio a questão de Tacna e Arica com o Chile em sua fronteira sul, e as pretensões equatorianas na Amazônia em sua fronteira norte. De fato, uma consequência do Tratado Salomón-Lozano foi a Colômbia ter apoiado o Peru no litígio peruano-equatoriano, que inclusive acabou gerando o rompimento de relações entre Equador e Colômbia. No entanto, para a sociedade peruana o Tratado pareceu ser entreguista demais.

Os conflitos na região perduraram até que, em 1932 um grupo de peruanos resolveu ocupar Leticia, expulsando e aprisionando as autoridades colombianas que lá estavam. Tratou-se, sobretudo, de um acontecimento local, mas que teve grandes repercussões para os países beligerantes, para o Brasil, que fazia fronteira com ambos e para a própria Liga das Nações, criada para, em última análise, promover a paz entre as nações. Nosso objetivo com essa pesquisa é mapear estas repercussões, identificando quais as consequências e as experiências que o mesmo trouxe para a política do Estado brasileiro para as fronteiras.

Tanto o governo peruano quanto o colombiano foram surpreendidos pelas notícias que chegavam da fronteira e tomaram posições distintas com relação ao fato. A Colômbia afirmou tratar-se de um caso de polícia, de um problema estritamente doméstico, por se tratar de um atentado contra cidadãos colombianos ocorrido em território, aquela altura, da Colômbia. Já o Peru afirmou inicialmente que se tratava de um movimento dos inimigos políticos do presidente Sanchez Cerro, em suas próprias palavras, uma perturbação provocada pelos comunistas. O Peru no início buscou uma solução conciliatória para o conflito, entretanto a pressão da população e a opinião pública peruana o fizeram mudar radicalmente de posição.

O presidente peruano decidiu, então, apoiar o grupo peruano que ocupou Leticia. Do ponto de vista da política interna, não havia alternativa ao governo de Cerro, pois caso optasse por apoiar os colombianos teria que reprimir sua própria população, talvez com o emprego da força, para fazê-la cumprir o Tratado de 1922, que aquela altura despertava grande insatisfação popular, especialmente na população do departamento de Loreto, ao qual Leticia originalmente pertencia. O assunto visto inicialmente como um problema interno, transformou-se em uma questão internacional, que o próprio Sanchez Cerro qualificava como a expressão das grandes aspirações da nacionalidade peruana, ferida pelo Tratado de 1922.

Após a invasão de Letícia, o Peru alegou o descumprimento por parte da Colômbia do Artigo 8º do Tratado de Limites e Navegação Fluvial entre a Colômbia e o Peru, mais conhecido como Tratado Salomón-Lozano de 1922:

Colômbia e Peru reconhecem reciprocamente e perpetuamente, da maneira mais ampla, a liberdade de trânsito terrestre e o direito de navegação de seus rios comuns e de seus afluentes e confluente, sujeitando-se as leis e regulamentos fiscais e de polícia fluvial sem prejuízo de poder outorgar-se mútuas e amplas franquias aduaneiras e quaisquer outras que sirvam para o desenvolvimento dos interesses de ambos os Estados. Os regulamentos fiscais e de polícia serão tão uniformes em suas disposições e tão favoráveis ao comércio e a navegação o quanto for possível.<sup>30</sup>

Tal acusação deveu-se a ação sistemática e continuada das autoridades colombianas, segundo os peruanos, para dificultar a navegação e o comércio, especialmente no rio Amazonas e Putumayo, que afetou profundamente a vida econômica dessa parte da região Amazônica peruana, o que aumentou a insatisfação peruana com o Tratado.

Outra nação que sofreu com o Tratado Salomón-Lozano foi o Equador. Embora não seja o alvo principal de nossa pesquisa, não podemos deixar de citar a posição equatoriana sobre o que foi acordado. O Triângulo de Sucumbios, ao sul do rio Putumayo, cedido pela Colômbia ao Peru era o coração da área em disputa entre o Peru e o Equador. Sua conquista aumentou em grande medida a posição do governo peruano na região frente ao Equador. De um dia para o outro, Quito se viu confrontada por um antagonista que previamente considerava um aliado. Desde o rio San Miguel ao leste, o Equador ficou cercado a norte, leste e sul pelo território peruano.

Além disso, o Tratado de 1922 eliminou a possibilidade de apoio colombiano, militar ou diplomático, ao Equador em sua disputa com o Peru. Depois de 1922, o principal interesse do Equador foi anular o Tratado Salomón-Lozano, enquanto que o interesse colombiano foi confirmá-lo. Embora poucos peruanos tenham, logo de início tomado consciência da importância desta nova realidade geográfica e política, a reação violenta no Equador, ante as notícias do acordo de 1922, colocou em evidência sua importância estratégica. O governo

---

<sup>30</sup> COLÔMBIA: Tratado de Limites y Navegacion Fluvial entre Colômbia y el Peru, 1922. Disponível em: <[http://www.sogeocol.edu.co/Ova/fronteras\\_colombia/documentos/tratados/tratado\\_limites\\_peru.pdf](http://www.sogeocol.edu.co/Ova/fronteras_colombia/documentos/tratados/tratado_limites_peru.pdf)>. Acesso em: 19 jul. 2020.

equatoriano se sentiu traído, pois havia sacrificado seu território em favor da Colômbia em 1916, pois pensava que ganharia um aliado na sua disputa com o Peru.<sup>31</sup>

A guerra colombo-peruana trouxe inúmeras repercussões para o projeto político brasileiro para as fronteiras. O Brasil não poderia ser indiferente à luta armada que se instalou entre o Peru e a Colômbia. No entanto, o país passava por inúmeros problemas internos e tinha muitas dificuldades para estabelecer uma política de fronteiras, desenvolvidas naquele momento pelas Forças Armadas brasileiras, uma das pouquíssimas instituições brasileiras empenhadas nesse trabalho. A partir desse ponto, analisaremos de que forma se deu a construção do projeto militar para as fronteiras brasileiras e que fatores contribuíram para que isso acontecesse.

## **1.2 A presença militar na Amazônia e o Forte São Francisco Xavier de Tabatinga**

Antes da chegada dos conquistadores luso-brasileiros na baía de Guajará, a Amazônia, no século XVI, já tinha sido explorada por franceses, holandeses, irlandeses e ingleses, que fundaram núcleos desde o litoral do atual Amapá até o baixo curso do rio Amazonas, ou seja, entre o Oiapoque e as proximidades da foz do rio Tapajós.

Os franceses, com o intuito de fundar estabelecimentos, frequentemente percorriam o litoral dos atuais estados do Pará e do Maranhão, passando do rio Pará para o interior, segundo a declaração do comandante francês Daniel de la Touche, quando foi preso pelos portugueses no Maranhão em 1615.

Nota-se que os franceses mantiveram contatos com as populações indígenas antes dos portugueses:

Há que se reconhecer que o pioneirismo de colonização no Norte do Brasil como uma empresa organizada cabe aos franceses numa primeira etapa, porque as duas tentativas portuguesas do século XVI, a de Aires da Cunha (1535) e a de Luiz de Mello da Silva (1539) foram fracassadas completamente<sup>32</sup>.

Já a presença holandesa no litoral amazônico teve início em 1599, com a construção dos fortes de Orange e de Nassau, na margem esquerda do rio Xingu, os quais em 1625 foram tomados pelos portugueses, e feitorias em Marioca (Gurupá) e Gurupatuba (Monte Alegre), a

<sup>31</sup> RESTREPO, Juan Camilo y Luis Ignacio BETANCUR. *Economía y conflicto Colombia-peruano*. Bogotá: Villegas Editores, comp., 2001, p.72.

<sup>32</sup> CARVALHO, João Renôr Ferreira de, *A Consciência de Amazônia nos séculos XVI e XVII*, Manaus: CEDEAM, 1985, p. 95.

serviço da Companhia das Índias Ocidentais. Entretanto, as expedições holandesas não se limitaram apenas à costa, pois chegaram até as proximidades do rio Tapajós:

Pedro Adriansen, com 40 colonos, muitos dos quais haviam trazido as respectivas famílias, depois de visitar o Tapajós, localizou-se entre o Gurutuba e o Jenipapo, no baixo Amazonas. Fundou uma colônia e um forte. Abriu comércio com o gentio local, os Supana, encetando lavoura do tabaco e do urucu. Os resultados constataram-se no comércio regular que se processou (...) com aquele porto holandês, para onde se exportavam as especiarias amazônicas<sup>33</sup>.

Para defender o território das pretensões de outros países, o governo de Portugal instalou na região um dispositivo de defesa em pontos estratégicos – as fortificações -, que lhe permitiu a exploração das riquezas naturais, até então contrabandeadas por outros europeus, bem como a penetração, a conquista e o domínio do interior, como ressalta Bertha Becker:

O controle de posições estratégicas como instrumento de apropriação do território está na raiz da formação geopolítica brasileira. Geopolítica de lógica sempre militar, que esteve presente na estratégia de conquista e defesa do território da colônia pela Coroa portuguesa por três séculos (...) nas disputas pelo controle das grandes bacias do Prata e do Amazonas<sup>34</sup>.

A presença de franceses, holandeses, irlandeses e ingleses fora a questão crucial que obrigou os lusitanos a intensificar suas viagens ao longo do rio Amazonas, tanto para tomar posse de fato do território quanto para expulsá-los<sup>35</sup>. Neste sentido, em 1616 os portugueses fundaram o Forte do Presépio, que daria origem a cidade de Belém do Pará, após expulsarem os franceses da região. O controle da foz do Amazonas permitiu aos colonos portugueses se espalharem por toda a bacia amazônica e se interiorizarem ainda mais em busca das “drogas do sertão”, dadas as facilidades de locomoção pela via fluvial.

Em 1622, com o objetivo de assegurar melhor apoio da metrópole, foi criado o Estado do Maranhão diretamente vinculado a Lisboa. Essa vinculação visava a superar as enormes dificuldades de comunicações com Salvador, então capital da colônia, por causa da direção contrária dos ventos e das correntes marítimas. O Estado passou a se chamar do Grão-Pará e

---

<sup>33</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Roteiro histórico das Fortificações no Amazonas*. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual IPHAN), Rio de Janeiro, 1942, p. 118-168. Disponível em: <<http://fortalezas.org/midias/arquivos/2579.pdf>> Acesso em: 12 set. 2019.

<sup>34</sup> BECKER, Bertha K. e Cláudio A. G. Egler, Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, p. 35.

<sup>35</sup> FORTES, Mírcia Ribeiro. *A rede de fortificações na Amazônia brasileira: uma abordagem sobre a militarização (séculos XVII e XVIII)*. Manaus: Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos, 2012, p. 159-168. Disponível em: <<http://periodicos.ufam.edu.br/somanlu/article/view/251>>. Acesso em: 19 set. 2019.

Maranhão, quando Belém, por sua melhor posição econômica e estratégica, tornou-se capital em 1737<sup>36</sup>.

No ano de 1624, os portugueses destruíram as fortificações holandesas de Nassau, de Orange e de Gurupatuba. E para a manutenção da fronteira norte e da margem esquerda do Amazonas, ergueram sobre as ruínas do Forte de Gurupatuba o Forte do Paru.

Os fortes ingleses de Torrego, North e Cumaú foram tomados respectivamente em 1629, 1631 e 1632. Sobre as ruínas do Forte murado de Cumaú, os portugueses ergueram o Forte de Santo Antônio, em 1688. Assim, ainda sob a tutela espanhola, já que vivia-se o período da União Ibérica, Portugal lançou mão de interesses geopolíticos para expandir seu controle do território amazônico.

A União Ibérica durou de 1580 a 1640, tendo sido governada por três monarcas: Filipe II de Espanha (1580-1598), Filipe III de Espanha (1598-1621) e Filipe IV de Espanha (1621-1640). Possuía territórios na Europa, nas Américas do Sul, Central e do Norte, na Ásia e na África. Foi certamente o maior império de todos os tempos, em termos territoriais, e o primeiro onde o sol não se punha<sup>37</sup>.

Teixeira Soares, em obra publicada em 1973, classifica a ocupação da Amazônia como militar. Segundo ele:

As fronteiras do Norte e do Oeste não constituíram apenas o resultado de uma ocupação, antes de mais nada, militar. Essas fronteiras foram feitas com muita audácia – e pouca gente. Quer dizer que elas representaram o resultado direto e imediato de uma política de ação da Corte de Lisboa<sup>38</sup>.

Já Capistrano de Abreu ressalta as expedições fluviais, de que é exemplo o grupo de “118 pessoas, 30 armas de fogo e 88 índios de frechar”, que, chefiado por Francisco de Mello Palheta, a mando do Governo de Belém, subiu em cinco grandes embarcações o Amazonas e o Madeira em 1722, encontrando as frentes espanholas da Missão de Moxos e descobrindo o rio Guaporé<sup>39</sup>.

Em 1750 foi assinado o Tratado de Madri, pelo qual Portugal cedeu à Espanha a colônia de Sacramento. O Marquês de Pombal, governante lusitano à época, aumentou o

<sup>36</sup> GOES Filho, Synesio Sampaio. *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2015, p. 117.

<sup>37</sup>VARGAS, Fábio Aristimunho. *Formação das fronteiras latino-americanas...*, p. 115.

<sup>38</sup> SOARES, Teixeira. *História da formação das fronteiras do Brasil*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973, p. 51.

<sup>39</sup> ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*, Brasília: Universidade de Brasília, 1963. p. 341.

número de portugueses enviados ao Brasil para a colonização do vale amazônico. Foram erguidos fortificações que controlavam toda a região a partir da orla marítima a saber: Gurupá, Desterro, Araguari, S. Pedro Nolasco, S. Jorge do Rio Negro, N.S. das Neves da Barra, Pauxis, Macapá, Barcelos, Curiaú, S. Gabriel, Marabitanas, Tabatinga, S. José, Santo Antonio, S. Joaquim do Rio Branco, Alcobaça, Periquitos e Bragança.

Após um longo período de disputas entre portugueses e espanhóis pela região do trapézio amazônico, Tabatinga foi ocupada no ano de 1768. Iniciativa partida do alferes Francisco Coelho, “que achando-se destacado em São José do Javary mandou postar hum destacamento de hum Sargento e nove soldados no Rio Solimões distante dose legoas de viagem para cima no sitio chamado Tabatinga”<sup>40</sup>.

Segundo Reis, em 1770, João Pereira Caldas, tendo recebido instruções régias para montar uma feitoria no Javari, achou mais conveniente situá-la em Tabatinga. O autor assim descreve a ocupação do lugar:

O sargento-mor Diogo Luís de Barros e Vasconcelos foi então encarregado do serviço. O alferes Francisco Coelho, de seu lado, aos poucos ia transformando Tabatinga num posto em condições, construindo aquartelamento e igreja. Em abril, por exemplo, comunicava ao governador da Capitania, que além de tais próprios, havia mais casas para colonos e para oficiais<sup>41</sup>.

Tabatinga, assim como os outros fortes, construídos com os elementos que o meio permitiu, artilhados convenientemente, chegaram em péssimo estado ao Império. Nos primeiros tempos do novo regime, não sofreram os reparos necessários. Sua eficiência, conseqüentemente, era nenhuma. Foi reduzido a posto fiscal, identificando os estrangeiros que atravessavam a fronteira.

Reis transcreve as observações do capitão Caetano Alberto Teixeira Cavalcante que comandava o Forte em 1823:

O Forte está construído em ponta de terreno alto e firme em doce escarpa para os dois lados do matto, e pouco íngreme para a parte do mar: a sua construção material he de pranchas de madeira pregadas em duas travessas parallelas a roda da magistral e do pé de muralha, sem outro revestimento: o seu plano interior he irregular, quasi no mesmo nível com o da campanha das habitações, do mar e do maior lado do polígono, e profundo he menor. (...) e como tudo o mais arruína He já irreparavel; por causa da podridão da

<sup>40</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Roteiro histórico das Fortificações no Amazonas...*, p. 163.

<sup>41</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Roteiro histórico das Fortificações no Amazonas...*, p. 165.

madeira e das travessas mencionadas, que a ligam: não tem banquetas: as plataformas são colocadas em estivas<sup>42</sup>.

Embora não seja objeto de estudo do presente trabalho, registro a observação de Reis acerca do abandono do Forte pela guarnição com a consequente internação da mesma no Peru quando da Cabanagem. Reis chama a atenção também para a rendição dos últimos contingentes espanhóis da região de Mainas que se entregaram em Tabatinga para não necessitarem depor as armas perante os grupos que lutavam pela independência da América espanhola. Neste acontecimento os soldados espanhóis entregaram grande quantidade de material de guerra, inclusive artilharia, que mais tarde, devido à reclamação do governo de Lima, as autoridades brasileiras entregaram ao Peru<sup>43</sup>.

Após a abertura do rio Amazonas a navegação internacional, o governo imperial foi forçado a reformar alguns dos fortes estabelecidos ao longo da fronteira. Em 1870, após a constatação de que se impunha o reaparelhamento das praças coloniais, foi nomeada uma comissão, chefiada pelo coronel Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa, para levantar quais seriam as medidas a serem implementadas, os locais a serem reformados e os custos envolvidos.

A comissão, que lutou contra a falta de recursos materiais e financeiros, projetou uma reforma total do sistema de fortificações, ampliando fundamentalmente a extensão de estabelecimentos a construir para uma efetiva defesa dos limites territoriais do Brasil. Para Tabatinga, a comissão recomendou a construção de uma praça forte<sup>44</sup>.

Embora a quase totalidade das obras previstas no plano do coronel Tibúrcio, não tenha sido efetivamente executada, devido à falta de recursos, o Forte de Tabatinga passou por reformas e foram colocados destacamentos em Santo Antônio do Içá e Purus e Santo Antônio do Madeira.

No período republicano, a política das fortificações das fronteiras amazonenses não foi continuada. Não despertou interesse nos primeiros anos da República, já que se pensava em manter uma boa vizinhança com os países que nos cercavam. Os fortes foram abandonados em sua maioria, só sendo guarnecidos quando alguma razão imperiosa exigia a atenção dos entes da federação que se formava.

---

<sup>42</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Roteiro histórico das Fortificações no Amazonas...*, p. 166.

<sup>43</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Roteiro histórico das Fortificações no Amazonas...*, p. 166.

<sup>44</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Roteiro histórico das Fortificações no Amazonas...*, p. 122.

### 1.3 A geopolítica e a Questão Letícia

A geopolítica trata, sobretudo, do campo do conhecimento que analisa as relações entre poder e espaço geográfico. Nasceu dos estudos de Rudolf Kjellén, parlamentar sueco e professor na Universidade de Upsala, quando este publicou sua obra em 1916, cujo título foi traduzido para o alemão como *Der Staat als Lebensform*, literalmente O Estado como forma de vida. Kjellén partiu das ideias do geógrafo alemão Friedrich Ratzel que vivera no século anterior. Se Ratzel vira o Estado como organismo vivo, Kjellén inovou ao propor que a Geopolítica era um instrumento vivo a doutrinar sobre a expansão do Estado nos campos histórico, étnico e econômico.

As ideias de Kjellén foram muito bem recebidas na Alemanha porque estavam imbuídas do endeuamento do Estado, transformando-se em instrumento para explicar um imperialismo efetivo ou potencial. Desta forma, influenciaram a Escola de Munique, de Karl Haushofer (1869-1946).

A primeira escola geopolítica que surge, assumindo-se como tal, é a Escola de Munique. Em 1922, Karl Haushofer, alemão, geógrafo, militar, acadêmico, fundou na cidade de Munique o Instituto de Geopolítica<sup>45</sup>, que, em 1924, lançou a Revista de Geopolítica<sup>46</sup>. Inspirado em Kjellén e Ratzel, recebeu também, ironicamente, influência do maior geógrafo da potência rival, o britânico Halford Mackinder.

Inicialmente o pensamento de Haushofer inscreve-se no quadro conceitual de Kjellén. Para Haushofer “a geopolítica é o estudo da influência da terra nos processos e instituições políticas”. No entanto, com a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha e o suporte que a ideologia imperialista nazi vai procurar na *geopolitik*, a Escola de Munique vai afastar-se do rigor científico inicial e tornar-se um verdadeiro centro inspirador do projeto belicista expansionista do Terceiro Reich.

Os estudos da geopolítica foram influenciados por diversos estudiosos além de Kjellén. Assim foi com a teoria do poder marítimo cunhada pelo almirante norte-americano Alfred Mahan, cujos trabalhos, na passagem do século XIX para o século XX, assentavam na defesa da primazia do poder marítimo. Mahan sintetizou-a num simples silogismo, “Quem dominar o mar domina o mundo” para cuja formulação, aliás, se inspirou no famoso corsário inglês e

<sup>45</sup> *Institut für Geopolitik*.

<sup>46</sup> *Zeitschrift für Geopolitik*.

colonizador da América do princípio do século XVII, sir Walter Raleigh e no escritor, também inglês dos finais do mesmo século, John Evelyn.

Também foi assim com o geógrafo britânico Halford Mackinder, eminente personalidade da maior potência marítima da época, mas que, ironicamente, foi o grande teórico do poder terrestre assente no domínio do *heartland* euroasiático e que, paradoxalmente, tanto iria influenciar a Escola de Munique. A este se deve o novo silogismo: “Quem controlar a Europa do leste comanda o *heartland*; quem controlar o *heartland* comanda a ilha mundial; quem controlar a ilha mundial comanda o mundo”<sup>47</sup>.

Os primeiros estudos geopolíticos brasileiros foram escritos nas décadas de 20 e 30 combinando as teorias e conceitos europeus de Ratzel, Kjellén e Mackinder com ideias de autores nacionais como Alberto Torres e Oliveira Vianna. Para Vesentini, o pensamento geopolítico brasileiro fundamentou “cientificamente” a rivalidade platina e as políticas de integração do território nacional<sup>48</sup>. Para este trabalho, interessam as ideias de Mário Travassos.

A preocupação central nas obras de Mário Travassos é o papel que o Brasil desempenha na América do Sul em decorrência de sua formação e localização geográfica. Segundo Adriana Marques, o trabalho de Travassos diferencia-se dos demais estudos geopolíticos produzidos na época por não associar a centralização ou a descentralização do poder político ao aproveitamento das potencialidades geográficas do país<sup>49</sup>.

Travassos, ao estudar o papel do Brasil no complexo geopolítico sul-americano, resume:

O enquadramento da massa continental por dois oceanos diferentes – a Leste o Atlântico, a Oeste o Pacífico; a oposição, sistematizada por circunstâncias decisivas, entre as duas maiores bacias hidrográficas do continente, ambas na vertente atlântica – a do Amazonas ao Norte e a do Prata ao Sul; a existência de países mediterrâneos – o caso da Bolívia e do Paraguai – justo na região em que aqueles antagonismos como que se encontram, constituem os fatos essenciais à eclosão de fenômenos geopolíticos da mais extensa e profunda repercussão continental<sup>50</sup>.

Neste sentido, a América do Sul é caracterizada pela dupla oposição entre as vertentes do Atlântico e do Pacífico e entre as bacias do Amazonas e do Prata. Quanto às vertentes

<sup>47</sup> MACKINDER, Halford. *The Geographical Pivot of History: Discussion*, The Royal Geographical Society, Vol. 170, London:Blackwell Publishing, 2004, p. 298-321. Disponível em: <[https://www.iwp.edu/wp-content/uploads/2019/05/20131016\\_MackinderTheGeographicalJournal.pdf](https://www.iwp.edu/wp-content/uploads/2019/05/20131016_MackinderTheGeographicalJournal.pdf)> Acesso em: 4 Ago., 2019.

<sup>48</sup> VESENTINI, J. W. *A capital da geopolítica*, São Paulo: Ática, 1986.

<sup>49</sup> MARQUES, Adriana Aparecida. *Concepções de defesa nacional no Brasil: 1950-1996*. Campinas: UNICAMP, 2001.p. 38.

<sup>50</sup> TRAVASSOS, M. *Projeção Continental do Brasil...*,p. 10.

oceânicas, ele argumenta que todos os países considerados potências possuem costas marítimas que possibilitam o controle de áreas vitais para o fortalecimento do poder do país, tanto no plano estratégico quanto no econômico. Apresenta, ainda, a capital da Argentina como possuidora de vantagens comparativas em relação ao Brasil já que estava ligada à Santiago, Assunção e La Paz por via férrea.

Travassos, adaptando as ideias de Mackinder ao relevo sul-americano, identificou o planalto boliviano formado pelas cidades de Cochabamba, Sucre e Santa Cruz de la Sierra, submetidas respectivamente às influências andinas, platinas e amazônicas como o *heartland* sul-americano. Adriana Marques, ao analisar a obra de Travassos, ressalta que o aproveitamento das vias fluviais e a construção de uma rede ferroviária garantiriam ao Brasil o controle daquela área, neutralizando influência platina nos Andes e transferindo para a região amazônica o escoamento das riquezas do planalto boliviano e da Colômbia, além de assegurar ao Brasil vários portos no Pacífico<sup>51</sup>.

Já Shiguenoli Miyamoto destaca que a obra de Travassos inovou ao comparar a teoria do coração do mundo de Halford Mackinder com a posição geográfica do eixo boliviano. Ressalta, ainda, que a obra de Travassos era frequentemente mencionada (não por nacionais, pois poucos destes a leram), sobretudo nos países vizinhos, que a utilizavam para denunciar a tentativa do papel hegemônico que o Brasil procurava assumir na região. Desta forma, para Miyamoto a obra de Travassos ocupa posição exponencial, não só pelo seu pioneirismo, mas também pela solidez com que seus argumentos foram defendidos em prol da aplicação de uma política que deveria considerar em sua formulação os fatores geográficos<sup>52</sup>.

A Questão Letícia exige um tratamento geopolítico das fronteiras amazônicas na medida em que ficou caracterizado, desde os tempos coloniais que a Coroa portuguesa não possuía recursos econômicos e população para povoar e ocupar um território de tal extensão. Para Bertha Becker Portugal conseguiu manter a Amazônia e expandi-la para além dos limites previstos no Tratado de Tordesilhas, graças a estratégias de controle do território. Embora os interesses econômicos prevalescessem, não foram bem-sucedidos, e a geopolítica foi mais importante do que a economia no sentido de garantir a soberania sobre a Amazônia, cuja ocupação se fez em surtos ligados a demandas externas seguidos de grandes períodos de estagnação e decadência.

---

<sup>51</sup> MARQUES, Adriana Aparecida. *Concepções de Defesa Nacional no Brasil: 1950-1996...*, p. 39.

<sup>52</sup> MIYAMOTO, Shiguenoli. *Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação*. São Paulo: Perspectivas, 1981. p. 79.

#### 1.4 A questão dos conceitos

O estudo deste aspecto fundamental para a ciência foi efetuado utilizando a obra de José D'Assunção Barros para quem os historiadores, geógrafos, linguistas, sociólogos, antropólogos, economistas, psicólogos, e outros cientistas humanos necessitam visceralmente dos conceitos. São eles que ajudam a organizar melhor o vasto painel da vida humana através da história, ou mesmo da pré-história<sup>53</sup>.

Os conceitos de “guerra”, “revolução”, “revolta” e outros, ajudam os historiadores a realizar adequadamente seu trabalho. Através deles, as pessoas dedicadas a história conseguem analisar o passado e a grande aventura humana, apresentando análises históricas, antropológicas e sociológicas bem fundamentadas.

O autor analisa as formas de governo ao longo da história. Segundo ele, a partir da instauração dos modos coletivos de vida humana, surgiram diversas formas de se organizar as sociedades e, conseqüentemente, os modos de dominação. Assim, dividir esses conceitos em “oligarquia”, “realeza”, “ditadura” e outros, ajuda os historiadores a organizar o universo que pretendem examinar.

Neste sentido, o autor ressalta que os historiadores podem utilizar, como termos para a elaboração de conceitos, palavras novas ou neologismos. O uso de arcaísmos, que são palavras antigas, na maioria das vezes já esquecidas, resgatadas com outro sentido também é permitido. Em última análise, é concebível que o pesquisador faça uso de expressões que já se encontram em plena circulação na vida habitual da história, os chamados arcaísmos.

Ao analisar a documentação sobre a Questão Letícia depositada no Arquivo Histórico do Exército, alguns conceitos presentes nos documentos chamaram nossa atenção por diferenciarem-se dos empregados atualmente. No presente trabalho, procuraremos analisá-los, apresentando uma comparação entre suas definições utilizadas na época do conflito e a terminologia vigente.

O primeiro aspecto a ser ressaltado é a própria denominação do rio Amazonas. Embora atualmente designemos por Solimões o trecho superior do rio Amazonas no Brasil, desde sua confluência com o rio Negro até a trílice fronteira do Brasil com o Peru e a

---

<sup>53</sup> BARROS, José D'Assunção. *Os conceitos: seus usos nas ciências humanas*. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 38.

Colômbia, a carta náutica expedida pelo Ministério da Marinha o designa como rio Amazonas<sup>54</sup>.

Outro documento que emprega a denominação de rio Amazonas é o Tratado de Limites e Navegação Fluvial, assinado por Brasil e Colômbia no ano de 1928, que definiu as fronteiras entre os dois países, fixando como fronteira a linha geodésica Apapóris-Tabatinga:

Art. 1 A fronteira entre o Brasil e a Colômbia, a partir da desembocadura do rio Apapóris no rio Japurá ou Caquetá, termo da linha estipulada no tratado de 24 de abril de 1907, será uma linha recta, que, partindo da dita desembocadura, vá encontrar a povoação brasileira de Tabatinga, na margem esquerda do rio Amazonas<sup>55</sup>.

A mesma linha já havia sido utilizada no ano de 1904, pelo Tratado de Limites entre o Brasil e o Equador, assinado no Rio de Janeiro, que legislava sobre a área do Trapézio Amazônico então alvo de disputa entre Peru e Equador:

Art 1º A República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Equador concordam em que, terminando favoravelmente para o Equador, como esta República espera, o litígio que sobre limites existe entre o Equador e o Peru, a fronteira entre o Brasil e o Equador seja, nas partes em que confinem, a mesma estipulada no artigo 7º da Convenção celebrada em Lima pelo Brasil e pelo Peru aos 23 de outubro de 1851, com a modificação constante do acordo, também assinado em Lima, em 11 de fevereiro de 1874, para a permutação de territórios na linha do Içá ou Putumayo, isto é, que a fronteira seja - no todo ou em parte, conforme o resultado do sobredito litígio - a linha geodésica que parte da boca do igarapé Santo Antônio, na margem esquerda do Amazonas, entre Tabatinga e Letícia, e termina na confluência do Apapóris com o Japurá ou Caquetá, menos na seção do rio Içá ou Putumayo cortada pela mesma linha, onde o álveo do rio, entre os pontos de intersecção, formará a divisa<sup>56</sup>.

Como visto no documento, estabeleceu-se a linha Apapóris-Tabatinga como limite entre o Brasil e o Equador. Entretanto, o território do Trapézio Amazônico foi cedido pelo Equador a Colômbia no Tratado de Limites de 1916, conhecido como Tratado Muñoz Vernaza-Suárez, o que fez desaparecer a fronteira entre Brasil e Equador e tornou sem efeitos o Tratado celebrado em 1904<sup>57</sup>. Ressalta-se, também, que é utilizada a nomenclatura rio Amazonas ao invés de rio Solimões.

<sup>54</sup> BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Acervo Questão Letícia.

<sup>55</sup> CPDOC. Collecção de Actos Internacionaes, *Tratado de limites e navegação fluvial entre o Brasil e a Colômbia*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1930. p. 5.

<sup>56</sup> BRASIL; EQUADOR. Tratado de limites entre o Brasil e o Equador. Rio de Janeiro, 6 de maio de 1904.

<sup>57</sup> VARGAS, Fábio Aristimunho. *Formação das fronteiras latino-americanas...*, p. 480.

Outro conceito que chamou nossa atenção foi a designação de fronteira oeste utilizada para se referir a Tríplice Fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. Esta denominação é usada em diversos documentos do arquivo e nos Relatórios do Ministro da Guerra do período. Constatamos, através do Art. 3º, do Decreto n. 24305 de 29 de maio de 1934<sup>58</sup> que as fronteiras brasileiras eram grupadas em três setores, a saber:

- 1) Setor Norte – Guiana Francesa, Guiana Holandesa, Guiana Britânica e Venezuela;
- 2) Setor Oeste – Colômbia, Perú e Bolívia;
- 3) Setor Sul – Paraguai, Argentina e Uruguai.

Desta forma, fica claro que quando encontramos na documentação referência a Fronteira Oeste estamos tratando dos limites entre o Brasil, a Colômbia, Peru e Bolívia. Cabe salientar que no Arquivo do Itamaraty a documentação também está dividida dentro dos setores acima citados. Assim, se o pesquisador desejar consultar os documentos relativos a fronteiras do Brasil no período, deverá procurar pela denominação da época e não pela atual<sup>59</sup>.

Finalizando, outro conceito a ser apresentado no presente trabalho, é o que se refere ao próprio acontecimento histórico. No caso da Questão Letícia, o fato histórico recebeu algumas diferentes denominações dos agentes envolvidos. Na documentação do Exército é tratada como Questão Letícia ou Levante de Letícia. Já para o Itamaraty, o conflito é tratado como guerra colombo-peruana. No idioma inglês, em dois artigos publicados sobre o conflito, um na área de relações internacionais<sup>60</sup> e outro no âmbito do direito internacional<sup>61</sup>, a Questão Letícia recebeu a designação de *Letícia Dispute*.

## 1.5 A navegação no rio Amazonas

A abertura do rio Amazonas a navegação internacional é um tema que, por si só, desperta inúmeros temas para a pesquisa. Palm (2009) sugere alguns como as pressões e interesses regionais das províncias do norte em favor da abertura; a eventual influência da Guerra do Paraguai no desfecho da questão; os mitos criados e propagados no Hemisfério

<sup>58</sup> BRASIL. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24305-29-maio-1934-557724-publicacaooriginal-78380-pe.html>. Acesso em: 19 Ago., 2019.

<sup>59</sup> BRASIL. Arquivo do Itamaraty: Setor Oeste – Cadernetas originais de topografia. V: 01. Levantamento dos rios: Tabatigar, Sto. Antônio, Rio Taraíra (da Foz a 2ª cachoeira), 1931.

<sup>60</sup> Pierre-Etienne Bourneuf, *We Have Been Making History: The League of Nations and the Leticia Dispute (1932–1934)*, *The International History Review*, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/07075332.2016.1245673>> Acesso em: 19 Jul., 2019.

<sup>61</sup> WOOLSEY, L. H. *The Leticia Dispute between Colombia and Peru*, *American journal of International Law*, 1933, p. 525-527. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/american-journal-of-international-law/article/leticia-dispute-between-colombia-and-peru/08D4019ECF08E8B801745007D1DA197C>> Acesso em: 19 Fev., 2019.

Norte sobre a Amazônia; as tentativas de colonização preventiva da região na década de 50 do século XIX; a importância do rio Amazonas, à época como rota comercial, e as consequências da questão no posterior relacionamento entre o Brasil e seus vizinhos amazônicos<sup>62</sup>.

Para este trabalho interessa a base legal construída a partir deste evento para regular as relações entre o Brasil e seus vizinhos, denominados ribeirinhos, para a utilização do rio Amazonas e seus afluentes. Trata-se da mais importante via de acesso utilizada até hoje para as regiões do alto Solimões, alto Peru, Equador, Colômbia, e demais regiões da América Meridional. Pretende-se, com isso, demonstrar a relevância de tal assunto para a construção da visão do Exército e do Estado brasileiro sobre a região.

O estudo procura demonstrar que a abertura do rio Amazonas à navegação internacional teve condicionantes fundamentalmente externos, e é por essa razão que inicia por construir o quadro internacional, político e jurídico, que determinou as pressões de países e de grupos contra o Brasil em favor da livre navegação daquele rio a todas as bandeiras.

Os diversos povos da antiguidade utilizavam princípios liberais para regular a navegação nos mares e nos rios. Segundo Palm, os egípcios permitiam portos estrangeiros na área sob seu domínio no Mar Vermelho. Já os romanos dispunham de uma legislação que associava os cursos fluviais ao ar e ao mar, ou seja, comuns a todos, não passíveis de serem monopolizados. As restrições ao trânsito pelas vias aquaviárias só se dava em caso de guerra ou quando os rios constituíam limites do Império, como o Reno e o Danúbio.

Na Idade Média o princípio da *res communis omnium gentium* cedeu ao individualismo feudal, e os rios caíram sob o domínio exclusivo dos soberanos. Especialmente após o século IX, o abuso na cobrança de direitos de passagem obstaculizaram a exuberância do comércio fluvial, levando os mercadores a optarem por vias terrestres e marítimas, por vezes conjugadas.

No século XVII, com a instituição do Estado Nacional moderno, começaram os entendimentos entre os entes estatais para a celebração de tratados de navegação. Após a Revolução Francesa, a França estabeleceu entendimentos com a Holanda, concedendo-se mutuamente navegação livre nos rios Reno, Escalda, Hondt e Mosa até a sua desembocadura.

---

<sup>62</sup> PALM, Paulo Roberto. *A Abertura do Rio Amazonas à Navegação Internacional e o Parlamento Brasileiro*, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 9.

Em 1815, no Congresso de Viena<sup>63</sup>, foram estabelecidas regulações para a utilização de todos os rios internacionais. Procurou-se, também, estender as prescrições de livre navegação dos rios Reno, Scheldt, Neckar, Main, Mosela e Mosa a outros rios internacionais europeus e não europeus. Desta forma, o Congresso inaugurou um novo capítulo do Direito Internacional Público, no que tange à utilização de rios de curso sucessivo, não só na Europa, mas também em todo o mundo.

O Conselho de Estado do Brasil, ao analisar a abertura da navegação do rio Amazonas a outras nações em 1854 solicitada pelos Estados Unidos, emite parecer discordando do estipulado no Congresso de Viena e afirmando que as nações ribeirinhas têm propriedade sobre os trechos fluviais que atravessem seus respectivos territórios, podendo negar trânsito às demais, inclusive passagem aos ribeirinhos superiores<sup>64</sup>.

Diante de tal negativa do Brasil, os Estados Unidos tentaram, numa atividade paralela, congregar entre si os demais ribeirinhos amazônicos, sabedores de que aqueles países, a luz do direito internacional, poderiam apresentar argumentos mais sólidos para a defesa da tese da livre navegação do rio Amazonas a todas as bandeiras.

Entretanto, se ao norte o Brasil, como único possuidor da foz do rio Amazonas, tentava negar o acesso às demais nações, por outro necessitava negociar com os países platinos Argentina, Uruguai e Paraguai para manter a livre navegação dos rios daquela região. Assim, para conseguir atingir seus objetivos, o Brasil firmou diversos tratados na primeira metade do século XIX com os países acima citados.

Neste sentido, percebe-se que os interesses políticos que o Brasil possuía na Bacia do Prata eram exatamente contrários aqueles apresentados no Amazonas. De um lado era possuidor da foz do rio e pouco interessado em conceder aos ribeirinhos superiores o direito a navegação. Do outro, era ribeirinho superior e necessitava da aquiescência dos outros países para ter acesso ao seu próprio território. Tal fato fez com que o Império tivesse que conviver com uma situação no mínimo desconfortável e com as pressões estrangeiras durante mais de uma década.

---

<sup>63</sup> CONSELHO de Viena (Verbetes). In ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Conferência entre as nações que aconteceu na capital austríaca, entre setembro de 1814 e junho de 1815, cuja intenção era a de redesenhar o mapa político do continente europeu após a derrota da França napoleônica.

<sup>64</sup> PALM, Paulo Roberto. *A Abertura do Rio Amazonas à Navegação Internacional e o Parlamento Brasileiro...*, p. 22.

Os Estados Unidos da América destacaram-se entre os países interessados em navegar no rio Amazonas. A partir de 1826 registraram-se pedidos de cidadãos norte-americanos para utilizar o rio Amazonas e foi o início de um longo registro de negativas do Governo brasileiro.

Dentre todos os interessados naquela navegação, porém, nenhum suplantaria Matthew Fontaine Maury em obstinação e mobilização da opinião pública e dos círculos oficiais de seu país, os Estados Unidos da América, em favor de seu intento<sup>65</sup>.

Em 1850 ele organizou uma expedição científica a Amazônia. Embora tenha declarado que realizaria estudos de navegabilidade, vida econômica e condições físicas da região amazônica, sua viagem buscava levantar a viabilidade de implantação de uma colônia baseada na produção de algodão na área. Tais planos foram divulgados por Maury na sua obra “Exploration of the Valley of the Amazon”, publicada em 1853<sup>66</sup>.

O Tratado de Limites e Navegação Fluvial entre Brasil e Colômbia só seria assinado no ano de 1928 e ratificado no ano de 1930, previa que os navios e transportes de guerra brasileiros poderiam navegar livremente nas águas dos rios comuns sob a jurisdição colombiana. Da mesma forma, os navios e transportes de guerra colombianos poderiam navegar livremente nas águas dos rios comuns sob a jurisdição brasileira. No entanto, tal concessão fazia uma exigência:

Paragrapho 1º: Essa concessão fica, no entanto, subordinada á obrigação, para os Estados do Brasil e da Colômbia, de notificar previamente ao outro o numero e natureza dos navios ou transportes que devam gozar de tal faculdade<sup>67</sup>.

## 1.6 O plano de defesa nacional e a Amazônia

Após a proclamação da República, o Brasil passou por um período bastante conturbado nos planos econômico, político e militar. O marechal Deodoro da Fonseca

<sup>65</sup> PALM, Paulo Roberto. *A Abertura do Rio Amazonas à Navegação Internacional e o Parlamento Brasileiro...*, p. 29.

<sup>66</sup> Para uma melhor compreensão dos interesses norte-americanos na região amazônica ver: PALM, Paulo Roberto. *A Abertura do Rio Amazonas à Navegação Internacional e o Parlamento Brasileiro...*, p. 31 a 35.

<sup>67</sup> CPDOC. *Collecção de Actos Internacionaes, Tratado de limites e navegação fluvial entre o Brasil e a Colômbia*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1930, p. 7.

renunciou e o Marechal de Ferro, Floriano Peixoto, então vice-presidente da República, teve que enfrentar diversos contratempos e desafios para terminar o seu mandato.

Para Adriana Marques, a participação decisiva do Exército na derrubada do Império rendeu à instituição o predomínio político, invertendo uma situação que até o momento era favorável à Marinha. Segundo a autora, sob o novo regime, o efetivo do Exército foi duplicado e suas unidades militares foram redistribuídas<sup>68</sup>.

Neste sentido, a autora dialoga com José Murilo de Carvalho, para quem a localização das forças do Exército no Império obedecia aos dois objetivos básicos de guarda de fronteiras potencialmente conflitivas e de controle de certos centros urbanos litorâneos tradicionalmente inquietos, principalmente a própria sede do governo. Desta forma, a colocação de grandes efetivos nas cidades litorâneas, particularmente na capital federal, se de um lado poderia colocar em risco o imperador, de outro contava com a ausência de forças intervencionistas dentro do Exército<sup>69</sup>.

No que tange a ocupação das fronteiras, José Murilo de Carvalho mostra que o Exército distribuía-se em função da defesa dos limites do Rio Grande do Sul e Mato Grosso, fato originado nos conflitos da Guerra da Tríplice Aliança. Além disso, destaca que a grande concentração de tropas no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul tornava estas duas guarnições cruciais, caso houvesse intervenção dos militares na política.

Outra obra analisada com o intuito de compreender o papel das Forças Armadas na defesa das faixas de fronteira, foi o livro *Soldados da Pátria* de Frank D. McCann que aborda a história do Exército Brasileiro no período de 1889, ano da proclamação da República, até o ano de 1937, momento no qual foi implantado o Estado Novo. Publicado originalmente em inglês em 2004, o livro foi traduzido e publicado no Brasil em 2009 pela Biblioteca do Exército.

O autor busca explicar o comportamento dos militares que assumiram o governo do Brasil no período de 1964 a 1985. Para tanto, faz uma análise detalhada do papel das Forças Armadas brasileiras, e em particular do Exército, no período que vai de 1889 a 1937. Isso se deu devido ao fato de a República Velha e a década de 1930 serem muito ricas em documentação e literatura e, segundo o autor, conterem o evento crucial na história do Exército brasileiro no século XX: o estabelecimento do Estado Novo.

---

<sup>68</sup> MARQUES, Adriana Aparecida. *Concepções de Defesa Nacional no Brasil: 1950-1996...*, p. 21.

<sup>69</sup> CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In *História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, O Brasil Republicano, sociedade e instituições (1889-1930)*, 2º volume, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 203.

Para mostrar a situação do Exército na primeira década do século XX, MacCann relata como se encontrava o 4º Batalhão de Engenharia situado em Rio Pardo, Rio Grande do Sul, no ano de 1910. O batalhão possuía cinquenta praças e três oficiais em vez das 235 praças e dezoito oficiais previstos na documentação da unidade. Acrescenta o relato do então capitão Alfredo Malan d'Angrogne: “Quanta miséria, vergonha e tristeza vim encontrar. O batalhão não tem dinheiro em cofre, nem fonte de receita, nem rancho, nem viaturas, nem animais”. Além disso, o batalhão estava alojado no hospital da cidade e não em um quartel próprio<sup>70</sup>.

Segundo MacCann, muitos dos estudos sobre o Brasil pós 1930 apresentam uma análise deficiente do Exército, pois não levam em consideração as primeiras décadas do século XX. Para ele, não é possível compreender o Exército e seu papel na sociedade brasileira na segunda metade do século XX sem um estudo minucioso das rebeliões tenentistas, as influências da sociedade no Exército, a organização da instituição, o estabelecimento do recrutamento e diversos outros aspectos.

MacCann dialoga com a obra de José Murilo de Carvalho ao destacar que o Exército, no período analisado, era a única instituição nacional, o cerne do Estado brasileiro que se desenvolvia. O autor ressalta o fato de, embora possuir as maiores guarnições situadas no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, o Exército estava presente em praticamente todo o país, sendo seu pessoal, interesses, ideologia, visão e compromissos nacionais.

Frank MacCann ressalta que a constituição de 1891 atribuiu a missão de defesa externa e interna do Brasil ao Exército. Segundo ele, a defesa contra agressões externas é compreensível, já que faz parte da atribuição de praticamente todas as forças armadas. Já a defesa interna, subentendia um comprometimento dos militares com a defesa da República que eles acabavam de proclamar.<sup>71</sup>

No entanto, as dificuldades enfrentadas pelas unidades do Exército, já citadas acima, e a falta de infraestrutura de transportes e de comunicações, limitavam a capacidade de capilarização da Força Armada, impedindo-a de ocupar um território tão extenso quanto o do Brasil. Além disso, no alvorecer do século XX ficou claro, como mostra José Murilo de Carvalho, que era preciso modernizar e profissionalizar o Exército:

O movimento renovador dentro do Exército, que teve seu impulso a partir da atuação de Hermes da Fonseca no Ministério da Guerra preocupava-se com a

<sup>70</sup> McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro 1889-1937...*, p. 159.

<sup>71</sup> McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro 1889-1937...*, p. 152.

profissionalização militar e via como requisito desta profissionalização o afastamento dos militares da política e dos cargos públicos<sup>72</sup>.

O autor deixa claro, também que a própria ideia de um plano de defesa nacional, que contemplasse as demais fronteiras brasileiras além do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso não existia no Exército:

Na verdade, praticamente não existiam planos nacionais de defesa. O que existia na área se baseava num conceito estreito de defesa que se limitava quase que só à proteção de fronteiras do Sul e Sudoeste. A noção moderna de defesa nacional, incluindo a mobilização de recursos humanos, técnicos e econômicos, só começou a ter maior circulação com os “jovens turcos”<sup>73</sup>.

Percebe-se, através das palavras de José Murilo a inexistência de um plano de defesa que contemplasse as fronteiras amazônicas. Chama atenção também a referência aos jovens turcos. Trata-se de um grupo de jovens oficiais do Exército brasileiro que foi estagiar na Alemanha no período de 1910 a 1912 (RODRIGUES, 2009 p. 322).

Em 1913 este grupo de jovens oficiais fundou, no Brasil, a revista “A Defesa Nacional” (publicada ainda hoje). Utilizaram a revista para divulgar regulamentos do Exército alemão e como importante instrumento para a difusão de uma campanha em favor da implementação da lei do serviço militar obrigatório. Defendiam a ideia de Forças Armadas voltadas para a defesa externa, profissionais, treinadas, equipadas, excluídas das lutas político-partidárias e que contassem com um Estado-Maior com autoridade para coordenar e comandar as atividades militares<sup>74</sup>.

Temas com a educação, a formação do soldado-cidadão e sobre as fronteiras, discutidos na revista, tentavam conectar o Exército a um projeto de nação, contribuindo para o estabelecimento de uma ideia de defesa e manutenção do território nacional. No entanto, embora encontrassem ressonância dentro do meio militar, tais assuntos não foram bem recebidos pela população e foram necessários mais alguns anos e acontecimentos para que a ideia fosse melhor acolhida.

A campanha pelo serviço militar obrigatório, particularmente, não encontrou apoio da população, que, aliás, tinha bons motivos para evitá-lo, levando-se em conta o recrutamento forçado e baseado em castigos corporais que era realizado até então. Além disso, pesava o

<sup>72</sup> CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador...*, p. 212.

<sup>73</sup> CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador...*, p. 200.

<sup>74</sup> MARQUES, Adriana Aparecida. *Concepções de Defesa Nacional no Brasil: 1950-1996...*, p. 25.

fato de que os responsáveis pelo aparelho administrativo e judiciário impediam na prática a aplicação da lei do alistamento e do sorteio de 1908<sup>75</sup>.

A preocupação e o debate em relação a defesa externa, necessariamente conduziu a uma maior preocupação com o interno. Particularmente em uma época na qual estavam sendo rediscutidos os tratados estabelecidos na época colonial entre Portugal e Espanha. No entanto, cabe ressaltar que, em se tratando de Amazônia, este debate não conduziu a uma política efetiva de ocupação.

Nas palavras de Oswaldo Aranha, chanceler brasileiro no período de 1938 a 1944, citadas por Teixeira Soares, verifica-se a preocupação com a demarcação dos limites do Brasil já próximo a metade do século XX: “O limite é, hoje, o primeiro dever do Estado, e a delimitação é a própria base da paz”<sup>76</sup>.

Cabe ressaltar a análise da ocupação de nosso território apresentada por Sérgio Buarque de Holanda em sua obra na década de 1930:

A influência dessa colonização litorânea, que praticavam, de preferência, os portugueses, ainda persiste até aos nossos dias. Quando hoje se fala em “interior”, pensa-se, como no século XVI, em região escassamente povoada e apenas atingida pela cultura urbana<sup>77</sup>.

Desta forma, observa-se que não havia um plano para a defesa da Amazônia baseado na ocupação do território. Permanecia na década de 1930 a mesma estrutura edificada pelos portugueses no período colonial na qual os grandes centros urbanos e a estrutura militar estavam sediados no litoral e pequenos efetivos eram utilizados para manter a vigilância de nossa faixa de fronteira.

É necessário pontuar que, durante este período, vigorava no Brasil a constituição de 1891 que só seria substituída em 1934. O artigo 17, ao tratar do Congresso Nacional, dizia que o mesmo se reuniria na Capital Federal, independentemente de convocação, a 3 de maio de cada ano, se a lei não designasse outro dia, e funcionaria por quatro meses a contar da data de abertura, podendo o prazo ser prorrogado, adiado ou o Congresso convocado extraordinariamente. Previa ainda, o prazo de três anos para cada legislatura.

Já o Artigo 23 previa que nenhum membro do Congresso, desde que tivesse sido eleito, poderia celebrar contratos com o Poder Executivo nem dele receber comissões ou empregos

---

<sup>75</sup> Para ampliar a discussão sobre o assunto ver: CARVALHO, José Murilo de, *As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador...*, p. 189.

<sup>76</sup> SOARES, Teixeira. *História da formação das fronteiras do Brasil...*, p. 13.

<sup>77</sup> HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 121.

remunerados, a exceção das missões diplomáticas, das comissões e dos comandos militares e dos cargos de acesso e promoções legais. Este aspecto da norma ajuda a entender o grande número de militares eleitos para cargos políticos no Congresso Nacional. Segundo Aliomar Baleeiro, na constituinte de 1891, dos 205 deputados (havia ainda 63 senadores), 46 eram militares<sup>78</sup>.

O Artigo 34 da referida constituição previa a existência da Guarda Nacional e da Guarda Cívica. A Guarda Cívica poderia ser criada pelos governos locais, com recursos próprios, e seria destinada ao policiamento do território de cada um dos novos Estados que estavam sendo criados<sup>79</sup>. Já a Guarda Nacional concorria com o Exército no processo de alistamento e contribuiu para criar uma dualidade no serviço militar<sup>80</sup>.

José Murilo de Carvalho explicita a situação da guarda:

Houve na República verdadeira orgia de criação de corpos e oficiais da Guarda Nacional. Para demonstrar que se perdera toda preocupação com o funcionamento real da Guarda, basta citar alguns números referentes ao ano de 1916. Até então tinham sido criadas legalmente 2976 brigadas, com 9784 corpos. Isto correspondia a um efetivo de paz de 4 511 540 homens, com 239 176 oficiais. Em tempo de guerra, este efetivo se elevava a 10 120 397<sup>81</sup>.

O alistamento estava a cargo das juntas locais dirigidas pelos presidentes das câmaras municipais, o que possibilitava o uso do recrutamento como arma política nos enfrentamentos nos estados. O debate em torno do serviço militar obrigatório clamava para o Exército o controle do processo, no sentido de possibilitar o aumento no número dos efetivos e uma melhor qualidade da mão de obra recrutada. Em decorrência disso, a Guarda Nacional foi extinta em 1918.

A primeira e única emenda a Constituição de 1891 só seria publicada no ano de 1926, após vinte e cinco anos de vigência. No que diz respeito a defesa nacional havia muito pouco regulado pela constituição. A exceção de um artigo que falava sobre o Exército e a Armada, nada mais havia. Os debates ocorridos nos primeiros anos do século XX trouxeram os assuntos de defesa para a norma magna do país.

Desta forma, cita-se alguns dos pontos tratados pela emenda constitucional de 3 de setembro de 1926 para deixar clara a importância da mesma para o assunto fronteiras do Brasil:

---

<sup>78</sup> BALEEIRO, Aliomar. *Constituições brasileiras Volume II 1891*, Brasília: Senado Federal, p. 25.

<sup>79</sup> Ver art. 8º do Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889.

<sup>80</sup> CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador...*, p. 194.

<sup>81</sup> CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador...*, p. 195.

Art 34 Compete privativamente ao Congresso Nacional:

5º Legislar sobre a navegação dos rios que banhem mais de um Estado, ou se estendam a territórios estrangeiros;

10º Resolver definitivamente sobre os limites dos Estados entre si, os do Districto Federal, e os do território nacional com as nações limitrophes;

11º Autorizar o Governo a declarar guerra, si não tiver logar ou mallograr-se o recurso do arbitramento, e a fazer a paz;

12º Resolver definitivamente sobre os tratados e convenções com as nações estrangeiras;

13º Mudar a capital da União;

16º Adotar o regimen conveniente a segurança das fronteiras;

17º Fixar, annualmente, as forças de terra e mar, prorogada a fixação anterior, quando até 15 de janeiro não estiver a nova em vigor;

19º Conceder ou negar passagem a forças estrangeiras pelo território do paiz, para operações militares;

31º Submeter á legislação especial os pontos do território da República necessários para a fundação de arsenaes, ou outros estabelecimentos e instituições de conveniência federal<sup>82</sup>.

A legislação acima difere frontalmente da regra original, publicada no início da República pois trata o assunto fronteiras com muito mais preocupação. Podemos perceber claramente uma mudança na forma como os legisladores passam a perceber os problemas fronteiriços da nação, procurando estabelecer um regramento jurídico que, se não abarca todos os pontos necessários a uma política de ocupação e vigilância, pelo menos mostra uma disposição do Estado brasileiro em aprimorar suas práticas de defesa.

### **1.7 O Exército, as fronteiras e a revolução de 1930**

A década de 1920 foi fundamental para o processo de transformação do Exército. Tal processo foi impulsionado, motivado e gerenciado pelos militares brasileiros, juntamente com a Missão Militar Francesa contratada para ajudar e conduzir este processo. A princípio, havia uma preferência da oficialidade, e principalmente dos jovens turcos, pela vinda de uma missão militar alemã, mas a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial, e as relações amistosas do presidente Epitácio Pessoa com a Liga das Nações inviabilizou o contato com os germânicos.

Foram várias as contribuições da Missão Militar Francesa, mas a mais importante foi a reestruturação do Estado-Maior. Embora criado na última década do século XIX, o Estado-Maior não exercera sua função de formular e implantar planos de Defesa Nacional. Essa

<sup>82</sup> BRASIL. Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1926. Substituição de artigos. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc\\_antecor1988/emc%20de%203.9.26.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_antecor1988/emc%20de%203.9.26.htm)> Acesso em: 4 Ago., 2019.

reestruturação, associada ao aumento do efetivo do Exército durante a década de 20 em consequência da lei do serviço militar obrigatório, possibilitou a implantação de uma nova estrutura organizacional, na qual os pequenos destacamentos foram substituídos por grandes unidades de acordo com um planejamento nacional, sem grande interferência das oligarquias locais.

O Exército brasileiro utilizou o conceito de defesa territorial para distribuir suas unidades pelos diversos locais do Brasil. Tal conceito prevê a distribuição dos efetivos militares nas regiões consideradas vulneráveis, tanto para a defesa contra agressões externas quanto para o policiamento de centros urbanos politicamente importantes. Sobre as preocupações com a defesa externa, instrutores franceses e alunos das escolas militares concordavam que as Forças Armadas não deveriam preparar-se para uma eventual agressão de uma grande potência, mas para um provável conflito com um país da fronteira sul, no caso a Argentina.

A Missão Militar Francesa (MMF) contribuiu para solucionar alguns dos problemas institucionais que o Exército brasileiro possuía durante a década de 1920. Entretanto, a instabilidade política no cenário nacional fez com que diversos problemas ocorressem, dentre eles o movimento tenentista<sup>83</sup>. Consolidou-se a ideia de que esses movimentos interfeririam diretamente na organização da força e abalavam sua estrutura institucional.

No governo Washington Luís (1926 – 1930), assumiu o Ministério da Guerra Nestor Sezefredo dos Passos, sucedendo Setembrino de Carvalho. Cabe ressaltar que Sezefredo participou, nos primeiros anos de sua carreira, da construção de linhas telegráficas efetuada pela Missão Rondon, que percorreu o estado de Mato Grosso. Em 1904 serviu em Corumbá (MT) e, em 1905, dirigiu a construção do ramal do Forte de Coimbra (MT), o qual também comandou. Em 1906, atuou em operações de guerra em Cuiabá, na mesma luta entre legalistas e nacionais, que vinha se estendendo desde 1892.

Em 1911, em Manaus, voltou a fazer parte da comissão de linhas telegráficas encarregada do trecho Mato Grosso-Amazonas. Assim como Setembrino de Carvalho, participou da Campanha do Contestado tendo atuado em Campos Novos (1912), em Taquaruçu (1914) e em Caraguatá (1915). Serviu ainda em diversos quartéis pelo Brasil, tendo comandado a Escola de Comando e Estado-Maior em 1922.

---

<sup>83</sup> Sobre o Tenentismo, ver: COELHO, Edmundo dos Campos. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*, Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1976; SILVA, Hélio. *1931: os tenentes no poder*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966; SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*, São Paulo: Expressão Popular, 2010.

No ano de 1925, como general de brigada, dirigiu as operações de guerra contra a Coluna Prestes, juntamente com o general Cândido Mariano da Silva Rondon, no oeste do Paraná. Em 1926, com a ascensão de Washington Luís à presidência da República, foi designado Ministro da Guerra, assumindo o cargo em 15 de novembro de 1926.

Durante sua gestão foi promulgada a lei nº 1569, que criava a arma de aviação do Exército, dando impulso definitivo ao uso militar da aviação no Brasil. Na oportunidade, adquiriu-se copioso material para essa arma e ampliou-se o Campo dos Afonsos (Rio de Janeiro). Foi criada, ainda, a Escola de Educação Física do Exército.

Com a Revolução de outubro de 1930 e a deposição de Washington Luís, deixou o ministério, foi reformado (27/11/1930) e, depois, exilado, radicando-se em Portugal. Em outubro de 1932, foi um dos brasileiros que acolheram, no cais de Lisboa, os revolucionários de 1932, exilados pelo governo. Depois de vários anos, regressou ao Brasil e não participou mais de atividades políticas ou militares.

Para analisar a questão, utilizaremos o conceito utilizado por Miliband<sup>84</sup>, segundo o qual há a necessidade de mudanças no quadro político e nos grupos de poder do Estado, após um processo revolucionário. Rodrigues ressalta que o novo governo estabelecido, naturalmente deverá realizar mudanças de longo alcance dentro do aparelho administrativo, trocando antigos por novos servidores em que possa confiar, pois, senão o fizer, fatalmente herdará um quadro de funcionários que podem desestabilizar ou desorganizar as ações do novo governo.

O caso de Sezefredo dos Passos ilustra a presente ideia ao demonstrar que, após a Revolução de 1930, houve expurgos tanto de militares do Exército quanto de civis, que ajudaram na legitimação de uma nova elite política e militar constituída por elementos como o general Dutra e o general Góes Monteiro.

Segundo José Murilo de Carvalho<sup>85</sup>, a Revolução de 1930 instalou o Exército no centro do poder político nacional. Os conflitos intraoligárquicos da política nacional abriram espaço para o avanço da burocracia militar, que buscará resolver os seus antagonismos ideológicos internos através dos expurgos que consolidaram uma nova liderança militar. A nova liderança hegemônica consolidará o poder militar através do apoio ao Estado estabelecido.

---

<sup>84</sup> MILIBAND, Ralph. O Estado na Sociedade Capitalista. Rio de Janeiro: Zahar, 1972, p.149.

<sup>85</sup> CARVALHO, J. M. Forças armadas e política, 1930 – 1945. In: CARVALHO, J. M. Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 62.

Um dos atos de Getúlio Vargas, durante o Governo Provisório, foi conceder anistia a todos os Oficiais revoltosos dos anos 1920, que foram reintegrados ao Exército e passaram a ocupar postos importantes no governo. A participação dos tenentes rebeldes no poder revirava a hierarquia militar e aumentava as tensões entre a baixa e alta oficialidade.

Além da anistia, Getúlio Vargas promoveu vários Oficiais que participaram da revolução, como foi o caso de Góes Monteiro<sup>86</sup>, que era Tenente-Coronel e foi sendo promovido com interstício mínimo, galgando todos os postos até o de general de divisão, o mais alto grau hierárquico dos Oficiais na época, no período de três anos. Esse oficial, posteriormente foi peça importante no Golpe de 1937 junto com o general Dutra. Apesar de Dutra<sup>87</sup> ter se mantido na condição de legalista não aderindo a Revolução de 1930, posteriormente, essa sua postura de neutralidade comum nos indivíduos conservadores fez com que apoiasse o Estado na repressão da Revolução Constitucionalista de 1932.

Rodrigues, ao analisar o Almanaque de Oficiais do Exército traduz o que aconteceu na Força após 1930:

Analisando o Almanaque de oficiais do Exército de 1931, podemos perceber a extensão das ações do Governo Provisório, com relação aos expurgos de militares do Exército, os quais não foram acompanhados da imediata promoção de outros militares, a fim de preencher os claros abertos com a Revolução. Tomamos por base para essa análise que, normalmente, as depurações são feitas de cima para baixo, principalmente nos Altos Escalões, posições chaves no aparelho de Estado. Logo, escolhemos analisar os expurgos dos oficiais gerais que estavam na ativa antes da Revolução de 1930. Dos onze Generais-de-Divisão constantes do almanaque, nove foram reformados administrativamente<sup>88</sup>, sobrando apenas, dois, os generais Augusto Tasso Fragoso, e o general João de Deus Menna Barreto, que fizeram parte da Junta Militar que derrubou o presidente Washington Luís. Dos vinte e cinco Generais-de-Brigada constantes do almanaque, sete foram reformados administrativamente, restando dezoito. Percebemos, que a reforma da alta cúpula dirigente foi acompanhada da tentativa de homogeneização da organização, obtida através dos expurgos dos oficiais discordantes.<sup>89</sup>

<sup>86</sup> AHEx. Almanaque de Oficiais do Exército de 1933. Pedro Aurélio de Góes Monteiro, promoções: Aspirante – 2 Jan 1910; 2º Tenente – 29 Abr 1914; 1º Tenente – 8 Jan 1919; Capitão – 23 Jan 1924; Major – 19 Out 1926; Tenente-Coronel – 25 Jul 1929; Coronel – 10 Mar 1931; General-de-Brigada – 7 Mai 1931; General-de-Divisão – 6 Out 1932.

<sup>87</sup> AHEx. Almanaque de Oficiais do Exército de 1936. Eurico Gaspar Dutra, promoções: Aspirante – 14 Fev 1908; 2º Tenente – 20 Jan 1910; 1º Tenente – 12 Jul 1916; Capitão – 2 Ago 1921; Major – 5 Mai 1927; Tenente-Coronel – 16 Mai 1929; Coronel – 17 Dez 1931; General-de-Brigada – 22 Set 1932; General-de-Divisão – 9 Mai 1935.

<sup>88</sup> Ver anexo I, relação de generais reformados administrativamente, de acordo com o Almanaque de Oficiais do Exército de 1930 e 1931.

<sup>89</sup> RODRIGUES, Fernando da Silva, *O Estado e o Exército Brasileiro entre 1903 e 1945: por uma discussão teórica*, Londrina: Anais da ABED, 2013, p. 5.

Em maio de 1932, Getúlio Vargas enfrentou uma grave crise militar que determinou a demissão do Ministro da Guerra, o general Leite de Castro, empossado após o movimento revolucionário de 1930, que foi substituído pelo general da Reserva Espírito Santo Cardoso.

Segundo a pesquisadora do CPDOC / FGV, Dulce Pandolfi<sup>90</sup>, a crise ficou conhecida como o caso dos “picolés” e “rabanetes”. Eram chamados de “picolés” os tenentes que se mostraram frios diante da adesão, no último momento, de oficiais à Revolução de 1930. Por outro lado, chamavam os que aderiram no último momento de “rabanetes”, por serem vermelhos por fora, mas branco por dentro. A crise se intensificou quando o Ministro da Guerra considerou, para efeito de promoção, os “picolés” mais antigos do que os “rabanetes”. Os Oficiais prejudicados protestaram e foram punidos disciplinarmente. A tensão foi solucionada com a criação de quadros paralelos de promoção para os “picolés”, cujas promoções por antiguidade se fariam sem o preenchimento de vagas, logo, sem prejuízo para os “rabanetes”, que tinham o mesmo tempo de serviço militar. No entanto, a punição dos “rabanetes” gerou revolta nas guarnições militares de diversos estados da federação e aumentou o clima de agitação política.

No mês de julho de 1932, eclodiu, em São Paulo, a Revolução Constitucionalista. O Estado de São Paulo se sentia prejudicado com o resultado da Revolução de 1930, que levou ao estabelecimento de uma política centralizadora pelo governo federal. Os paulistas, em armas, passaram a exigir o fim do regime estabelecido e maior autonomia para o seu Estado. O conflito durou três meses. No dia 2 de outubro, os rebeldes foram cercados por tropas legais e se renderam. Os principais líderes foram presos, tiveram seus direitos políticos suspensos por três anos ou foram deportados.

Com a Revolução de 1932, tivemos mais um momento de expurgos das elites civis e militares, pois a repressão não se dirigiu apenas aos revoltosos do Estado de São Paulo. Foi estendida a uma parcela da liderança do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais que havia participado da Revolução de 1930, como foi o caso de Artur Bernardes, Borges de Medeiros, Assis Brasil, Epitácio Pessoa, entre outros, por terem apoiado o movimento paulista. Conforme análise de José Murilo de Carvalho<sup>91</sup>, cerca de 500 oficiais e 500 praças do Exército foram expulsos ou reformados administrativamente.

---

<sup>90</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Livro 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 24-25.

<sup>91</sup> CARVALHO, J. M., *Forças armadas e política, 1930 – 1945*. In: CARVALHO, J. M. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 85.

O início das agressões entre Peru e Colômbia em setembro de 1932 representou mais um grande problema a ser resolvido pelo Brasil e, principalmente, por suas Forças Armadas, naquele ano. Principais e, talvez, as únicas instituições com capacidade de representar o Estado brasileiro na região, Exército e Marinha, que já estavam envolvidos com a guerra civil<sup>92</sup> em São Paulo e com a Guerra do Chaco Boreau na fronteira Centro-Oeste, precisaram se desdobrar para dar conta de tamanho desafio.

Neste sentido, cabe aqui abordar em rápidas palavras o que foi e como se caracterizou o movimento político-militar que eclodiu em São Paulo no dia 9 de julho de 1932, devido aos reflexos que teve para o poder militar brasileiro. Boris Fausto deixa claro o tamanho dos efetivos empregados:

No setor sul, as forças do Exército contavam com 18 mil homens, além da Brigada Gaúcha e outros contingentes menores. Os paulistas não passavam de 8500 homens. As forças federais contavam também com munição suficiente e artilharia pesada, contrastando com a precariedade dos meios à disposição dos paulistas. No ar, os paulistas perdiam nitidamente para a aviação do governo federal.<sup>93</sup>

Apesar do visível desequilíbrio de forças, a luta durou quase três meses. O ataque sobre o território paulista foi lançado a partir do sul do Estado, da fronteira com Minas Gerais e do Vale do Paraíba. De meados de setembro em diante, a situação dos paulistas tornou-se cada vez mais precária. Os mineiros ocuparam Jundiaí e Itu e, no Vale do Paraíba, as tropas federais ganharam terreno, entre marchas e contramarchas. A ameaça de ocupação da cidade de São Paulo tornara-se real. Por fim, representantes da Força Pública paulista reuniram-se a 1º de outubro de 1932 com o general Góis Monteiro, em seu quartel-general de Cruzeiro, no Vale do Paraíba e assinaram a sua rendição.

Em uma análise do Jornal *O Correio da Manhã* no dia 26 de julho de 1932, verifica-se o grande deslocamento de tropas da região Norte-Nordeste do Brasil para o teatro de operações. A primeira página do jornal destacou a chegada deste contingente, inclusive do 1º Batalhão da Brigada Policial de Pernambuco, que seguiu para a região de Itararé. Já as tropas do 26º B.C. de Belém foram deslocadas para a cidade de Barra Mansa, as tropas do 28º B. C. de Sergipe seguiram para a cidade de Caxambu e o 29º B.C. do Rio Grande do Norte para São Paulo. Além disso, uma nota no jornal ressalta o início da ofensiva das forças federais no

---

<sup>92</sup> O geopolítico francês Pascal Boniface apresenta o conceito de guerra civil como um conflito declarado no seio de um estado e que opõe suas autoridades a um ou mais agrupamentos insurrecionais. BONIFACE, Pascal. *Dicionário das Relações Internacionais*. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 1997, p.166.

<sup>93</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil* – 12. Ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 350.

setor leste do teatro de operações, tendo por primeiro objetivo a posse da cidade de Cruzeiro, importante entroncamento ferroviário. Nesta direção, as forças do setor comandadas pelo general Góes Monteiro, já haviam avançado vários quilômetros. O jornal ressalta ainda que a esquadrilha aérea, sob o comando do major Eduardo Gomes, bombardeou com êxito as posições paulistas em Cruzeiro, no depósito de Cachoeiro e Guaratinguetá. Desta forma, fica claro o emprego de tropas do Exército e das diversas polícias estaduais de praticamente todo o território brasileiro.<sup>94</sup>

A Revolta do Forte de Óbidos foi outro movimento armado que sacudiu a região amazônica na mesma época da invasão de Letícia. Iniciado no dia 18 de agosto de 1932, tratou-se do primeiro acontecimento de reação ao tenentismo e ao Governo Provisório no Estado do Pará, então governado pelo tenente Magalhães Barata. Constituiu-se numa revolta de civis e militares, liderada por sargentos de uma pequena unidade do Exército na cidade de Óbidos, o 4º Grupo de Artilharia de Costa e Forte de Óbidos. Foram motivados, sobretudo, pelas ideias do movimento constitucionalista de São Paulo.

No trabalho de Walter Pinto Oliveira, publicado em 2012 com o título *Memórias de uma revolta esquecida: O Baixo-Amazonas na Revolução Constitucionalista de 1932*, dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal do Pará, o autor se dedica ao estudo da revolta de uma unidade do Exército, o 4º GAC e Forte de Óbidos. O movimento foi deflagrado na noite de 6 para 7 de setembro, na cidade de Óbidos, localizada no Pará. Tal acuartelamento estava localizado no ponto de menor distância entre as margens do rio Amazonas, caracterizando-se como o melhor ponto de fiscalização e observação desta importante via de transporte para todas as embarcações que navegavam do Atlântico para o interior da região Amazônica, através da qual passariam a maior parte das forças militares destinadas a guerra colombo-peruana.

O autor observa que também ocorreram manifestações pró-constituente no estado, sobretudo a partir da criação do Partido Constitucional do Pará, em maio de 1932. O levante se declarou sob os comandos do general Bertholdo Klinger em São Paulo. Os motivos que levaram ao levante do Forte de Óbidos foram heterogêneos, e envolviam desde questões como a insatisfação de sargentos gerada pelo não comissionamento dos mesmos até a postura autoritária do interventor Magalhães Barata.

Oliveira, ao narrar a prisão do 1º Tenente Francisco Bentes Ribeiro pelos revoltosos, esclarece os reais motivos do movimento:

---

<sup>94</sup> DESENVOLVEM-SE as Operações Militares, em todos os sectores da frente léste. *O Correio da Manhã*, n.11.542, Rio de Janeiro, 26 jul. 1932, p.1.

Apesar de cedo, quase todos os inferiores estavam de serviço, armados de fuzil, com baioneta calada. Bentes foi levado para o xadrez, de onde assistiu à chegada dos outros tenentes igualmente presos, todos “em nome do general Klinger”.<sup>95</sup> A citação ao nome do antigo oficial que há poucos dias rompera com o Governo Provisório por meio de carta contendo críticas ao Ministro da Guerra, acusado de inapto para o cargo, e que, agora, estava comandando as tropas constitucionalistas em São Paulo, fez o tenente logo concluir que os inferiores de Óbidos haviam aderido à causa paulista.<sup>96</sup>

No entanto, o autor descreve o seu trabalho como uma tentativa de apreender as condições que levaram à irrupção da primeira reação armada ao movimento tenentista na Amazônia. Além disso, a revolta do Forte de Óbidos se insere numa conjuntura maior, de apoio a São Paulo, e visava à promoção de distúrbios nos estados do Norte, com o intuito de dispersar a atenção das forças militares nortistas, enfraquecendo o esforço de guerra voltado para o *front* paulista. Como dito:

A adesão de um grupo de militares inferiores e civis da distante cidade de Óbidos à causa constitucionalista não pode ser interpretada como um ato isolado desprovido de nexos com o movimento mais amplo liderado por São Paulo, tendo como único significado a queda do interventor paraense, como faz supor um autor que escreveu sobre o tema. Trata-se sim, de uma estratégia dos líderes do Sul com vista a enfraquecer as forças do Exército contra as quais lutavam os paulistas naquele momento.<sup>97</sup>

Desta forma, a importante observação de Oliveira, complementa o que já demonstramos nesta pesquisa quando falamos do deslocamento de diversas unidades da

---

<sup>95</sup> Bertholdo Klinger, general do Exército, foi um dos oficiais escolhidos para estagiar, entre 1910 e 1912, no 24º Regimento de Artilharia alemão, sediado em Güstrow, período em que tomou contato com inovações técnicas, organização e disciplina do Exército germânico. De volta ao Brasil, o grupo que integrava ficou conhecido como “jovens turcos”. Fundou a revista A Defesa Nacional em 1913. Durante a revolta de 5 de julho de 1924, foi preso sob suspeita de colaborar com os rebeldes, chefiados pelo General Isidoro Dias Lopes. Apoiou a Revolução de 1930, tendo se manifestado contrário à convocação de uma assembleia constituinte. No entanto, afastado do centro das decisões políticas e militares ao ser lotado no comando da Circunscrição Militar de Mato Grosso, tornando-se então cada vez mais hostil aos “tenentes”, que constituíam nesse momento a corrente hegemônica do Exército. Em julho de 1932, Klinger precipitou a eclosão da Revolução Constitucionalista depois de enviar carta ao General Augusto Ignácio do Espírito Santo Cardoso, recém-nomeado Ministro da Guerra, afirmando que ele não tinha condições físicas nem mentais para assumir o cargo, além de desconhecer os problemas do Exército. KLINGER, Bertoldo(verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (orgs.) Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

<sup>96</sup> OLIVEIRA, Walter Pinto de. *Memórias de uma revolta esquecida: O Baixo-Amazonas na revolução constitucionalista de 1932*. 2012. 194 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém. 2012. p.21.

<sup>97</sup> OLIVEIRA, Walter Pinto de. *Memórias de uma revolta esquecida: O Baixo-Amazonas na revolução constitucionalista de 1932...*, p. 169.

Região Norte do país para a Guerra Paulista. Cabe salientar que além dos deslocamentos das já bem reduzidas tropas das Forças Armadas na região, houve também a ação do governo federal para restringir as forças públicas estaduais ao mínimo necessário, o que contribuiu para diminuir a capacidade do Estado brasileiro para fazer frente a problemas de segurança, quer internos ou externos.

Outro conflito que contribuiu para tornar mais complicado o cenário nacional no ano de 1932 foi a Questão do Chaco Boreal. Esta se caracterizou como um conflito militar entre Paraguai e Bolívia em torno da posse da região situada ao norte de rio Pilcomaio e a oeste do rio Paraguai, que se arrastava desde meados do século XIX, mas que se intensificou com a descoberta de lençóis petrolíferos explorados na Bolívia pela empresa norte-americana Standard Oil e no Paraguai pelo grupo holandês Royal Dutch Shell.

Em junho de 1932, após um período de negociações no qual estavam envolvidos dentre outros, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Afrânio de Melo Franco, ocorreram agressões entre as partes envolvidas. Em julho, Melo Franco propôs um cessar-fogo provisório como prelúdio à convocação de um grupo de países sul-americanos que seria encarregado de examinar o problema e propor-lhe uma solução pacífica. Ao mesmo tempo, em Washington, a comissão dos neutros estudava a redação de um apelo, assinado por 19 nações do continente, conclamando os beligerantes a sustarem as ações militares — iniciativa abortada pela categórica recusa da Bolívia. Em agosto, foi a vez de o Paraguai rechaçar uma nova fórmula, sugerida pela chancelaria argentina: trégua de um mês na base do *status quo* territorial, com compromisso de negociação posterior — o que, por outro lado, anulava o trabalho de persuasão que o Itamarati vinha desenvolvendo junto ao governo de La Paz. Depois de longos anos de conflitos e negociações, o armistício só seria assinado em junho de 1935.

Concluimos assim a primeira parte do nosso trabalho mostrando como a Revolta do 4º GAC e Forte de Óbidos influenciou no nosso tema de pesquisa. Além disso, procuramos mostrar como seu deu a guerra colombo-peruana e os caminhos percorridos pelo Brasil para a edificação de um projeto político de fronteiras, baseado na vigilância e na presença. Nos próximos capítulos vamos analisar os esforços militares e diplomáticos do Brasil para fazer frente aos acontecimentos em Letícia.

## **Capítulo II - Tensão na fronteira: A invasão de Letícia e a mobilização das tropas brasileiras**

O objetivo deste capítulo é abordar a tomada de Letícia pelas tropas peruanas e como tal fato repercutiu no *status quo* brasileiro na região do Trapézio Amazônico. Mostraremos como o Brasil reagiu ao conflito no campo militar e diplomático, explorando a documentação do Arquivo Histórico do Exército e do Jornal *O Correio da Manhã*.

Mostraremos como se deu a mobilização das tropas brasileiras que, de uma hora para outra, precisaram ser deslocadas para a zona do conflito, tendo em vista boa parte das forças do Exército na região Amazônica ter sido empregada na Guerra Paulista. Nossa pesquisa procurou, além de montar o mosaico de ideias para compreender o que aconteceu no período, analisar de que forma as forças armadas brasileiras utilizaram o conflito para aperfeiçoar o projeto político do Estado brasileiro para as fronteiras do país.

### **2.1 A invasão de Letícia**

Após a demarcação da linha fronteira Salomón-Lozano, a Colômbia organizou, imediatamente, a administração dos territórios que lhe foram cedidos. Criou a intendência do Amazonas, com capital em Letícia e ali estabeleceu autoridades civis e militares. No entanto, tal fato não foi aceito pelos habitantes de Loreto, primeiros possuidores da cidade. Passaram, então, a sonhar com a reincorporação ao Peru, na primeira oportunidade, e por qualquer preço, de Letícia.

Durante os anos 1930, 1931 e parte de 1932, os peruanos tramaram silenciosamente um golpe de mão. Estabelecidas as ligações com os peruanos residentes na região que passou

ao domínio colombiano, principiaram os loretanos a organizar comitês em Iquitos, Ramón Castilla e outras localidades, com a principal finalidade de fomentar um movimento geral de opinião, em todos os municípios do país, em prol da revisão, pelo Congresso, do tratado Salomón-Lozano. E assim foi criado o “irridentismo” peruano.

Formado, em toda a região, um ambiente de expectativa e inquietação, prepararam-se os líderes para desferir o golpe decisivo. Em 30 de agosto de 1932, o engenheiro civil peruano Oscar Ordóñez de la Haza, procedente de Iquitos, capital do departamento<sup>98</sup> peruano de Loreto, desembarcou em Chimbote, primeiro povoado peruano defronte ao trapézio amazônico colombiano. Ali encontrou um destacamento do Exército daquele país, sob o comando do alferes Juan Francisco La Rosa. O engenheiro entregou ao oficial cinquenta carabinas Winchester calibre 44 e 1000 tiros.

De acordo com os relatórios que enviou a seus superiores, La Rosa, já com as armas em seu poder, decidiu abandonar Chimbote a noite. Antes de partir, renunciou a patente militar que havia recebido do Estado peruano. Como fez, mediante que cerimônia e perante que autoridade é algo que o alferes não informa em seus relatos. Segundo ele, seu propósito era não comprometer o exército peruano nem ao seu governo nas ações que empreenderia. Por esta razão, passou o comando do destacamento para outro oficial, o também alferes Roberto Diaz.

Após isso, La Rosa seguiu com Ordóñez até Caballococha, o mais importante dos povoados peruanos ao redor de Letícia, capital do departamento colombiano do Amazonas. Chegaram por volta das duas e meia da manhã do dia 31 de agosto de 1932. De imediato acordaram os cidadãos colombianos que haviam se comprometido com a sua causa e os dividiram em cinco grupos. Na noite deste dia La Rosa, Ordóñez e mais 46 peruanos fizeram 6 funcionários e 19 policiais colombianos prisioneiros e tomaram Letícia<sup>99</sup>.

Depostas as autoridades e custodiados devidamente os fundos encontrados, o engenheiro Oscar Ordóñez assumiu o governo da localidade e mandou içar a bandeira nacional peruana. Tal fato provocou grande sensação em todo o Peru, onde as filiais da “União Loreтана” promoveram estrondosas manifestações patrióticas de aplauso aos “heróis da jornada de 1 de setembro”.

A primeira atitude do Governo peruano foi de hostilidade ao movimento, que taxou de comunista e inspirado por seus inimigos, membros do partido aprista. Manifestou essa

---

<sup>98</sup> Divisão política-administrativa do território, similar aos estados no Brasil.

<sup>99</sup> PERU: Centro de estudios histórico-militares del Perú(CEHMP). Diario de marchas y operaciones de la quinta división del ejército peruano, La Rosa a Calderón, parte reservado, 3 de septiembre de 1932, p. 10.

opinião ao ministro da Colômbia em Lima e dispôs-se a colaborar decisivamente com o país vizinho na repressão dos rebeldes. No entanto, a pressão exercida pela opinião pública, galvanizada pela conquista de Letícia, foi tão formidável que o Governo peruano não pode tornar efetiva a sua repulsa ao movimento.

Assim, quando solicitado pela Colômbia a fazer pública a sua reprovação ao golpe, o governo de Lima passou a responder com uma série de notas em que, sem se solidarizar francamente com os ocupantes do porto colombiano, buscava, de certo modo da ao caso o aspecto de uma “espontânea manifestação de aspirações nacionais” contra o tratado Salomón-Lozano. Por outro lado, recusou-se também a garantir que as tropas colombianas, encarregadas de restabelecer a ordem no território ocupado, não seriam atacadas nos rios comuns, chegando mesmo a qualificar de “inconveniente” o envio de tais tropas.

A seguir, no período que vai da ocupação de Letícia em setembro de 1932 até fevereiro de 1933 quando efetivamente começaram os combates entre Peru e Colômbia, veremos a concentração de tropas na região, servindo o Rio Amazonas/Solimões como via de transporte e de reabastecimento às Forças estacionadas. As tensões diplomáticas entre os dois países aumentaram e o governo brasileiro foi obrigado a tomar providências no sentido de manter a integridade e a inviolabilidade do nosso território.

O Brasil era, naquele momento, um barril de pólvora. Se no campo militar o país atravessava um período de guerra civil, no campo político a situação não era das melhores. O movimento revolucionário que depôs o presidente Washington Luiz a 24 de outubro de 1930 instalou no poder uma junta governativa provisória, que dias depois transmitiu o governo ao candidato derrotado nas eleições presidenciais. Em 3 de novembro, Getúlio Vargas tomava posse da chefia do Governo Provisório, e a 11 de novembro era promulgado o Decreto nº 19.398 que institucionalizava os poderes discricionários deste cargo. Pelo decreto, o chefe do Governo Provisório reunia em suas mãos as funções e atribuições não só do Poder Executivo como também do Poder Legislativo, o que se expressava por sua prerrogativa de elaborar decretos-leis. Ficavam dissolvidos, portanto, o Congresso Nacional, as Câmaras estaduais e municipais e quaisquer órgãos legislativos ou deliberativos existentes no país. Esta situação excepcional deveria perdurar até que fosse eleita uma assembleia constituinte, que estabelecería uma nova organização constitucional, revendo e corrigindo os males da Constituição de 1891<sup>100</sup>.

---

<sup>100</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro. O Brasil republicano, v. 3: sociedade e política (1930-1964) – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 14.

Diante da situação acima citada, o Exército brasileiro passou a acompanhar a situação na tríplice fronteira. Em comunicação recebida em 4 de setembro de 1932 encontra-se:

GABINETE DO MINISTERIO DA GUERRA – SECRETO – COPIA-BOGOTÁ – SETEMBRO 2 – HORA 6,47 – 1932. – DE COLÔMBIA – RIO – DELEGAÇÃO DA COLÔMBIA EM LIMA COMUNICA CONFIDENCIALMENTE QUE O GOVERNO FEZ CONHECER ESTALOU (SIC) EM LECTICIA MOVIMENTO SUBVERSIVO. PRENDERAM AUTORIDADES COLOMBIANAS. GOVERNO DE LIMA ATRIBUE AO MOVIMENTO ORIGEM COMUNISTA E OFERECE COOPERAR PARA DEBELAÇÃO. NECESSARIO SNR. OBTENHA EMBARCAÇÕES BRASILEIRAS ABSTENHAM-SE TOCAR LECTICIA E VIGIAR CARREGAMENTOS PODEM CHEGAR A ESSE PORTO. EXTERIORES.<sup>101</sup>

O documento acima, além de confirmar a posição inicial do governo peruano de atribuir ao golpe um caráter de levante comunista, aponta para a política de monitoração das fronteiras e da não intervenção no conflito ora instalado. Em comunicação recebida no mesmo dia 4 de setembro de 1932, agora do efetivo brasileiro em Tabatinga pode-se verificar:

RADIOGRAMA DE BELEM PARÁ – N.56 – Data: 3 – 9 – 1932 701 E/M – COMT. CONTINGENTE TABATINGA DEU CONHECIMENTO A ESTE COMANDO QUE FRONTEIRAS COLOMBIANAS DE LECTICIA ESTÃO PODER PERUANOS PT AUTORIDADES COLOMBIANAS MAIORIA PRESAS REINA ABSOLUTA CALMA E ORDEM EM NOSSA FRONTEIRA PT. R. GUASQUES – Coronel.<sup>102</sup>

O Estado Maior do Exército (EME) iniciou, então, um período de discussões, com o intuito de planejar e executar o aumento do efetivo na região de Tabatinga, que naquele momento contava com um contingente de poucos militares. Tal planejamento visava à ocupação militar da fronteira com o Peru e a Colômbia, tratando-a como providência de caráter urgente, a fim de prevenir possíveis consequências dos acontecimentos que ora se desenrolavam em Letícia.

O aumento do efetivo na região tornou-se necessário tendo em vista que, após a ocupação de Letícia por tropas peruanas, tanto Peru quanto Colômbia iniciaram o processo de deslocamento de tropas para a região. Em documento de 28 de setembro de 1932, o diretor geral dos correios e telégrafos de Manaus informou que o encarregado da estação rádio São Paulo Olivença comunicou a passagem, naquela data de canhoneiras peruanas.

<sup>101</sup> BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Pasta 1. Acervo Questão Letícia.

<sup>102</sup> BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Pasta 1. Acervo Questão Letícia.

Tal fato incitou a troca de documentos entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Guerra. Tentava-se verificar se as embarcações peruanas tinham ou não autorização brasileira para trafegar em nossas águas:

O Ministro de Estado das Relações Exteriores attentosamente cumprimenta seu collega dos Negocios da Guerra e pede a Sua Excellencia a fineza de o informar, com a possível urgência, se, pelo commando do forte de Tabatinga ou por qualquer outra autoridade militar nossa da Amazônia foi dada permissão para a passagem, por nossas águas territoriaes, da canhoneira peruana Napo, que aportou a 27 do corrente ás 7 horas a Benjamin Constant, comboiando três vapores armados em guerra, conduzindo grande tropa do Exercito com destino ao rio Putumayo.<sup>103</sup>

A resposta a este questionamento veio da embaixada brasileira em Lima, assinada pelo embaixador Ipanema Moreira<sup>104</sup>. Em sua comunicação, o representante brasileiro fez saber que o Ministro das Relações Exteriores peruano mostrou-lhe telegrama do Prefeito de Loreto no qual constava que solicitara, por officio, ao Consulado do Brasil em Iquitos, livre trânsito para o Putumayo, pelas nossas águas territoriais, na noite do dia 25 de setembro, da canhoneira “América”, acompanhada pelas lanchas “Hualaga” e “Napo”, com o efetivo de 600 homens, informando que o propósito era resguardar a fronteira e a renovação do pessoal da guarnição de Putumayo. A canhoneira “América”, deixando Ramón Castilho, atravessou sem novidades as águas brasileiras e, naquele momento, se encontrava em águas territoriais peruanas.

Diante do acima exposto, depreende-se que tal fato despertou a preocupação no EME por dois motivos. O primeiro deles diz respeito ao efetivo envolvido. Naquele período, um efetivo de 600 homens correspondia a um Batalhão de Infantaria, muito maior que o destacamento peruano em Chimbote, a época contando com cerca de 30 homens (1 pelotão). Outro motivo que salta aos olhos são os meios bélicos disponíveis. As quatro embarcações e o armamento transportado pelas tropas peruanas poderia facilmente gerar um grande incidente militar em qualquer ponto do território brasileiro e a ausência de tropas brasileiras poderia tornar o problema de difícil solução. Desta forma, urgia deslocar para a região tropas que

---

<sup>103</sup> BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Pasta 1. Acervo Questão Leticia.

<sup>104</sup> Alberto Jorge de Ipanema Moreira foi embaixador brasileiro em Lima de 1931 a 1936. Era filho de José Antônio Moreira Filho, o barão de Ipanema. Seu avô paterno, José Antônio Moreira, foi primeiro barão e depois conde de Ipanema. Participou como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de primeira classe em abril de 1929, atuando como embaixador em missão especial à posse do presidente da Colômbia, Enrique Olaya Herrera. Foi nomeado embaixador no Peru em setembro de 1931 em substituição a Sílvio Rangel de Castro, atuando neste país até 1936 quando foi substituído por Argeu Guimarães. MOREIRA, Alberto Jorge de (Verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (orgs.) Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

pudessem fazer frente a qualquer ameaça e garantir a soberania brasileira em nosso próprio território.

Em outro documento analisado, o oficial de ligação junto ao Ministério das Relações Exteriores repassou para o EME a impressão do Secretário Geral sobre a ocupação de Letícia pelos peruanos. Embora o nome não conste do documento, verificamos que se tratava do embaixador Félix de Barros Cavalcanti de Lacerda, que atuou em missão especial em Lima de 1929 a 1931, e assumiu a secretaria geral do Itamarati em maio de 1931.<sup>105</sup>

A impressão de Lacerda transcrita no documento era de que as relações políticas entre o Peru e a Colômbia estavam muitíssimo delicadas naquele momento. Para ele, a guerra entre os dois países era iminente, pois a ocupação de Letícia, inicialmente classificada como um movimento comunista e que não passava de uma insurreição local, tinha sido insuflada pela política peruana, que não aceitava o Tratado Salomón-Lozano de 1925.

Outro aspecto destacado por Lacerda foi o fato de que o então presidente peruano, Sanchez Serro, ao assumir o poder em 1930 em suas declarações públicas proferidas na sacada do palácio presidencial tenha investido contra o Brasil, pregando abertamente a reivindicação de uma parte que o Peru nos cedeu livremente do Território do Acre. Salientou que, na época da assinatura do Tratado Salomón-Lozano, o Peru mantinha sérias questões territoriais com o Chile, Equador e Colômbia, sem falar nas dificuldades com a Bolívia. Temendo a aliança daqueles 3 países, o governo peruano tratou de negociar com a Colômbia e com o Chile, para poder impor sua vontade ao pequeno Equador.

O Secretário Geral ressaltou que conviria ao Brasil manter, sobre a fronteira Tabatinga-Apapóris, uma tropa de vigilância em ação conjunta com uma flotilha fluvial bem aparelhada. Além disso, segundo ele, seria conveniente estabelecer naquela e em outras fronteiras, núcleos de povoamento e de vigilância, sob a forma de guarnições militares em regime de rodízio ou como colônias militares.

As tensões despertadas pela invasão de Letícia e a mobilização de tropas peruanas na região, atingiu praticamente todos os países do entorno. Para melhor analisar esta situação, é importante apresentar um documento que consta do acervo do Exército, emitido pelo então chefe da ligação brasileira em Caracas, José Joaquim de Lima e Silva Muniz de Aragão<sup>106</sup> e destinado ao Ministro das Relações Exteriores, Afrânio de Melo Franco.

---

<sup>105</sup> LACERDA, Félix de Barros Cavalcanti de (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (orgs.) Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

<sup>106</sup> ARAGÃO, Muniz de (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (orgs.) Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

Aragão relatou no documento ter apurado que o governo venezuelano enviou secretamente um regimento de cavalaria, trezentos soldados de infantaria, meio regimento de artilharia montada e três aeronaves militares para guarnecer a região da fronteira colombiana, diante da possibilidade de um conflito armado entre a Colômbia e o Peru. Desta forma, a Venezuela tentava evitar a possível invasão do seu território por grupos armados colombianos.

Outro ponto ressaltado foi que a tropa enviada saiu da guarnição de Maracay e que, o governo venezuelano teria iniciado um processo de recrutamento em Caracas para garantir a ocupação dos claros deixados pela tropa deslocada. Diz ainda o documento que um dos aviões, de origem francesa e recentemente adquirido pela Venezuela, teria caído logo após a decolagem com destino a região da fronteira.

O chefe da ligação brasileira prossegue passando as impressões do Ministro das Relações Exteriores da Venezuela sobre o que poderia acontecer:

No que se refere ao Peru, o qual suportou uma série de revoluções e atravessa uma grave crise econômica, a sua actual attitude representa uma medida extrema do Presidente Sanchez Cerro para obter a unificação nacional dos partidos políticos, excitando o sentimento nacionalista e despertando o patriotismo do povo, para assim melhor consolidar a sua posição no Governo, tornando deveras difficil qualquer tentativa de conciliação, parecendo ser propósito do Governo peruano fazer a guerra. No caso da Colômbia, há aqui o temor, segundo parece justificado, de que exista uma combinação secreta com o Equador, afim de permittir aos exércitos colombianos atacar os peruanos, atravessando o território equatoriano. Isso seria feita sob promessas de compensações territoriaes, que seriam dadas ao Equador, permittindo-lhe, em caso de Victoria, ser novamente limitrophe com o Brasil.<sup>107</sup>

Desta forma, verificamos as impressões e temores das autoridades diplomáticas latino-americanas acerca dos acontecimentos em Letícia. A autoridade venezuelana deixou clara sua posição e o receio de que a união entre Colômbia e Equador para enfrentar as tropas peruanas, trouxesse mais problemas para as fronteiras do seu país. Claro está que o Brasil não foi a única nação a monitorar o conflito e concentrar tropas na Amazônia naquele momento.

## **2.2 Os planejamentos do Exército brasileiro para a atuação no conflito**

O Exército brasileiro possui atualmente uma estrutura totalmente diferente da que possuía a época do conflito, no que diz respeito à estratégia da presença. Segundo Rodrigues,

---

<sup>107</sup> BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Pasta 2. Acervo Questão Letícia.

hoje o Exército conta com planos e documentos nos quais estão estabelecidas as suas Concepções Estratégicas (CE), que fazem parte do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX). Tais documentos indicam como o Exército deve ser empregado para cumprir sua missão. Na CE estão presentes os dois aspectos que caracterizam a estratégia da presença. O primeiro estabelece a presença militar no território nacional efetivada pela articulação das organizações militares com a existência de tropas de ação rápida, possuidoras de mobilidade estratégica, isto é, capacidade de atuar rapidamente em todos os pontos do território nacional. Já a segunda diz respeito às expressões psicossocial e política relacionadas com a mentalidade de defesa e pela integração da expressão militar a sociedade.<sup>108</sup>

No momento em que ocorreu a tomada de Letícia pelas tropas peruanas, o Exército brasileiro não possuía tropas na região em condições de rechaçar qualquer ameaça inimiga. Pelo contrário, o efetivo presente era o mínimo para garantir a vigilância das áreas de fronteira e até mesmo de toda a região amazônica. O Exército possuía como tropas de emprego o 27º Batalhão de Caçadores em Manaus e a 8ª Região Militar em Belém, organização militar de cunho logístico administrativo, à época comandada pelo coronel Rodolpho Guasques, sem tropas que pudessem ser empregadas no terreno.

O Exército também não possuía tropas com mobilidade estratégica, capazes de serem deslocadas e empregadas rapidamente nos diferentes pontos do território nacional. Qualquer tipo de mobilidade era difícil e, em se tratando da região Amazônica, extremamente penosa. A aviação iniciava sua atuação na área de transporte e qualquer tipo de transporte de tropa deveria ser realizado por via marítima e fluvial. Analisando o jornal *O Correio da Manhã* de 26 de julho de 1932, verifica-se a notícia da partida do Vapor Baependy no dia 31 do mesmo mês para Manaus. No Jornal do Comércio de Manaus do dia 11 de agosto, aparece a notícia de que o navio encontrava-se em Belém, seguindo viagem para Manaus no dia 10 de agosto. Desta forma, depreende-se que a viagem entre o Rio de Janeiro e Manaus durava, pelo menos 11 dias.<sup>109</sup>

Em documento sigiloso datado de 8 de novembro de 1932 expedido pelo Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, general Augusto Ignácio do Espírito Santo Cardoso, consta o seguinte:

---

<sup>108</sup> RODRIGUES, Fernando da Silva. A Estratégia da Presença no contexto da transformação militar como peculiaridade de defesa no Brasil. Revista Artigos Estratégicos, Brasília, Vol 8 n.1, p.58, 2020. Disponível em: <[WWW.ceeex.cb.mil.br](http://WWW.ceeex.cb.mil.br)>. Acesso em 15 Jun, 2020.

<sup>109</sup> NAVEGAÇÃO. Correio da Manhã, n.11.543, Rio de Janeiro, 27 jul. 1932, p.4. NAVEGAÇÃO. Jornal do Commercio, n.9714, Manaus, 11 ago. 1932, p.3.

Exmo. Sr. Chefe do Governo Provisório.

I – Tenho a honra de submeter a decisão de V.Excia. o presente documento elaborado pelo Estado Maior do Exército, referente a necessidade de ocupação militar da nossa fronteira na região das lindes Perú-Colombianas.

II – Segue anexo um parecer do Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores, a quem previamente submeti o documento acima referido.<sup>110</sup>

A documentação acima deixa claro que a decisão de deslocar tropas para a região de Tabatinga foi tomada pelo próprio chefe do governo provisório, no caso o presidente Getúlio Vargas, depois de ouvir outros órgãos do governo além do Exército. Em novembro de 1932 consta documento do Ministério das Relações Exteriores do Brasil dirigido ao Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, general Augusto Ignácio do Espírito Santo Cardoso, dizendo não ter nada a opor ao plano apresentado àquela instituição<sup>111</sup>.

O planejamento elaborado pelo EME consta do acervo analisado. Tal documento tratava sobre a necessidade de ocupação da fronteira com o Peru e a Colômbia, além de detalhar os passos a serem seguidos pelo Exército brasileiro. Ressaltou a iminência de guerra entre aqueles países, como consequência da ocupação peruana da região de Letícia e da não aceitação do tratado Salomón-Lozano. Salientava, ainda, que as reivindicações territoriais sustentadas pela opinião pública peruana e conduzidas pelo então presidente Sanches Serro, também se relacionavam com territórios brasileiros. Para o EME era necessário deslocar tropas para a região para manter a soberania brasileira, evitando que as hostilidades entre Peru e Colômbia acontecessem dentro do nosso território, bem como para evitar que o Peru tentasse reconquistar parte do território do Acre, incorporado ao Brasil em virtude de Tratado com aquele país.

O EME alegou diversas razões para temer a ameaça peruana. Primeiro porque as comunicações no território peruano entre a região de Iquitos e a bacia Amazônica foram facilitadas pelo término da estrada para Porto Cary. Outro fator era a atuação do presidente peruano Sanches Cerro que fomentou nos peruanos os ideais nacionais da reconquista de territórios colombianos e, num segundo momento, brasileiros. Dizia o órgão que o Peru se preparava há um longo tempo para uma guerra com o Chile e que, em virtude disso, possuía material bélico moderno. Pontuava, em última análise, que grande parte da oficialidade e do Estado-Maior peruanos, educados militarmente por uma missão militar francesa, possuíam informações sobre as condições militares do Brasil.

---

<sup>110</sup> BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Pasta Relatório do EME. Acervo Questão Letícia.

<sup>111</sup> BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Pasta Relatório do EME. Acervo Questão Letícia.

Diante de tal cenário, o órgão afirma a necessidade do Brasil tomar medidas de ordem geral e militares visando fazer face ao conflito entre o Peru e a Colômbia e, em um segundo momento, a uma possível agressão direta contra a soberania brasileira. Era necessário ocupar rapidamente as regiões do trapézio amazônico, particularmente Tabatinga, Nazareth e Benjamin Constant, situadas sobre os rios Solimões e Javary. Ocupar também Petrópolis-Santa Clara, sobre o rio Içá e a região de Narino, sobre a confluência Apaporis-Japurá, que confinavam com o território disputado entre o Peru e a Colômbia.

Após a ocupação destas regiões, seria necessário deslocar forças navais relativamente importantes e apropriadas a navegação nos rios amazônicos, bem como posicionar uma reserva móvel permanente na região de Tabatinga ou Benjamin Constante, que constituíssem meios capazes de assegurar a inviolabilidade do território brasileiro. Salienta que seria necessário manter ligações fáceis entre as tropas na linha de frente e a reserva. Para isso, era preciso contar na região com o apoio de aviação e com a Telegrafia sem Fios (TSF) ou centrais de rádio.

Terminada a apresentação do esboço inicial, o EME apresentou ao Sr Presidente da República as medidas a serem postas em ação sem perda de tempo:

- 1) Organização conveniente do comando da 8ª Região Militar, nomeando-se para ela um general e completando-se seu Estado-Maior;
- 2) Determinação a este comando para que estude os pormenores de ocupação da fronteira;
- 3) Constituição de um núcleo de forças em Benjamin Constant ou Tabatinga, formado do 27º BC e de mais dois Batalhões de Caçadores, núcleo este que destacará os elementos para a ocupação dos pontos interessantes da fronteira;
- 4) Instalação de postos de TSF nos pontos ocupados e instalação de uma base de Aviação (em Belém ou Manaus), capaz de destacar elementos, permanentemente, a disposição do núcleo das forças principais;
- 5) Organização dos serviços das forças de ocupação da fronteira;
- 6) Coordenação das ações a cargo dos Ministérios da Guerra e da Marinha, de modo que a Marinha mantivesse na região elementos capazes de apoiarem as forças de terra e de efetuarem a vigilância da navegação dos rios;
- 7) Assentados estes pontos, necessário se tornava desde o início que o comando das forças de ocupação da fronteira ficasse organizado sem demora, de modo a fixar firmemente a subordinação das forças terrestres e navais. Esse era o assunto, porém, sobre o qual conviria conhecer a opinião do comandante designado para aquela Região Militar, antes de uma

decisão. Em todo o caso, a ele deveria caber o comando superior de todas as forças militares que se concentrassem na região destinadas a operar na fronteira.

As medidas apontadas como necessárias e urgentes pelo EME evidenciam diversos problemas existentes na estrutura das forças armadas brasileiras na região amazônica. Primeiro caracteriza a inexistência de um comando unificado e completo na área, ao apontar a necessidade de se transformar a 8ª Região Militar num comando de oficial-general e de se completar o seu Estado-Maior. A primeira vista este dado pode parecer irrelevante, mas ao analisá-lo, constata-se que não havia naquele momento sequer um oficial general do Exército em função de comando no Norte do Brasil, já que aquele era o maior comando da força presente na região.

Outro grande problema a ser resolvido seria a constituição e o posicionamento do núcleo de forças composto por três batalhões de caçadores em Tabatinga ou Benjamin Constant. Para a efetivação desta medida, seria necessário deslocar os três batalhões para a região, já que o próprio 27º BC localizava-se em Manaus. Outra importante ação a ser implementada seria criar as condições logísticas para que esta tropa pudesse ser estacionada na região da fronteira, tendo em vista a inexistência no local de estrutura capaz de propiciar alojamento para tão grande número de homens, lembrando que se tratava de, no mínimo, 1500 homens.

O documento aponta para a necessidade de atuação do Ministério da Marinha nas ações a serem desenvolvidas pelo Estado brasileiro. Tal participação seria fundamental para dotar a força de ocupação de embarcações necessárias ao estabelecimento de pontos de vigilância nos rios da região, bem como ao transporte de tropas e gêneros, tendo em vista as grandes distâncias entre os centros de comando, Belém e Manaus, e a região de Tabatinga onde estariam estacionadas as forças de ocupação.

Finalmente, nestas ações o documento volta a salientar a importância da escolha, o mais rápido possível, de um comandante que pudesse centralizar o comando das forças militares a serem empregadas. De qualquer forma, mesmo antes da sua escolha pelo presidente da república, fica clara a necessidade de uma atuação centralizada para garantir o sucesso da operação.

Em outra parte do documento, o EME apontou as tensões existentes nas fronteiras brasileiras naquele momento. Destacou que dada a natureza das nossas fronteiras do Norte e do Oeste, das questões de limites ainda existentes com os nossos vizinhos e da opinião pública reinante naqueles países em relação aos tratados que eles mesmos firmaram com o

Brasil, havia uma série de medidas a serem tomadas. Tais medidas visavam, sobretudo, a garantir o estabelecimento das posições de vigilância em nossas fronteiras, manter a posse militar das mesmas e evitar tentativas de retomada do agora território brasileiro.

É importante notar que diversas ações implementadas posteriormente a Questão Letícia pelo Estado brasileiro para a necessária ocupação das nossas fronteiras, aparecem neste documento:

Aproveitando-se, poderemos remover economicamente os inconvenientes que resultam do seu quase completo abandono atual. Para isso, bastará fazer-se a escolha judiciosa dos pontos a ocupar, por contingentes militares, e fixar-se a organização militar da fronteira em sectores de vigilância. As tropas desses contingentes podem ser constituídas por elementos fixos, nas zonas cujas condições de salubridade se apresentam favoráveis, ou por elementos que se revesem naquelas de mais difíceis condições de vida. Noutros pontos convirá de preferência fazer ocupação mais econômica, por meio de instalação de colônias militares, convenientemente organizadas.<sup>112</sup>

Diante do acima exposto, é importante salientar que a Colônia Militar de Tabatinga, embora apareça em um documento de 1932, só seria instituída em 1967, através do Decreto nº 60.606, de 20 de abril daquele ano. Tal regulamento jurídico tinha como objetivo instituir no município de Benjamin Constant uma Colônia Militar destinada a recuperação do elemento humano nacional. Para isso deveria distribuir lotes a famílias de brasileiros, fomentar a pecuária e a agricultura através do desenvolvimento de culturas permanentes e de médio e curto ciclo, visando o incremento da economia da região.<sup>113</sup>

Outro aspecto a ser ressaltado, é que o EME não estava interessado em instalar pontos de vigilância somente na zona conflagrada de Letícia/Tabatinga. Para solucionar a questão que se apresentava, qual seja vigiar os rios que se caracterizavam como vias de acesso ao território brasileiro, chegou-se a conclusão de que era necessário ocupar, além dos pontos indicados sobre o Solimões, o Javary e o Iça, a região localizada na zona mais ao Norte da bacia do Rio Negro.

A proposta apresentada destacou a região do núcleo de São Gabriel, que poderia se transformar na sede de um setor de vigilância, com diversos postos estabelecidos na confluência do Apaporis, em Vavareta, Içava e Juquira, localidades situadas na zona de fronteira. Novamente pode-se observar a preferência pela instalação de colônias militares:

---

<sup>112</sup> BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Pasta Relatório do EME. Acervo Questão Letícia.

<sup>113</sup> Ver Decreto nº 60.606, de 20 de abril de 1967. Cria a Colônia Militar de Tabatinga. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60606-20-abril-1967-401505-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 06 jun. 2020.

Seria de toda conveniência do Ministério da Guerra, mandasse organizar um plano geral para o estabelecimento de colônias militares de fronteira, os quais seriam estabelecidos mediante entendimento com o Ministério da Agricultura e com a Aviação, visto terem serviços correlatos com o assunto em questão.

Esse plano levará em conta, não só as necessidades de ordem militar e política da fronteira, como também a da defesa do patrimônio florestal, etc.<sup>114</sup>

Neste ponto, verifica-se o emprego daquilo que era há tempos uma das principais ferramentas do projeto político brasileiro para ocupação das fronteiras, sobretudo daquelas situadas na região Norte do país. Em síntese, as colônias militares eram estabelecimentos compostos por dois grupos: os civis e um contingente militar. O diretor da colônia era o próprio comandante do contingente. Assim, buscava-se com a sua implantação atender às necessidades de vigilância e vivificação das fronteiras.

As colônias militares foram largamente empregadas pelo Império brasileiro, aparecendo, inclusive em seu ordenamento jurídico<sup>115</sup>. Segundo Rodrigues, a instalação de colônias militares em toda a extensão do território brasileiro, no século XIX, fez parte do esforço estatal de dominar regiões marcadas por tensões diversas: com pequenos agricultores, escravos fugidos, escravos libertos, indígenas e estrangeiros. Já neste período as tropas existentes eram utilizadas para dar segurança a população civil ali instalada.<sup>116</sup>

Após a proclamação da República, houve a descentralização administrativa promovida pela transformação das antigas províncias em estados e a adoção do sistema federalista na constituição de 1891, com a consequente revisão de todo o ordenamento jurídico brasileiro. Com isso, foi editado em 1907 o Decreto nº 6.455, através do qual surgiu Serviço de Povoamento e foi adotado o conceito de Núcleo Colonial em substituição a denominação de Colônia Militar.<sup>117</sup>

---

<sup>114</sup> BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Pasta Relatório do EME. Acervo Questão Leticia.

<sup>115</sup> Ver Lei 555, de 15 de junho de 1850. Permite que o Império estabeleça, onde convier, presídios e colônias militares, dando-lhes a mais adequada organização. Coleção de Leis do Império do Brasil – 1850, p. 46. Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-555-15-junho-1850-559708-publicacaooriginal-82055-pl.html>> Acesso em 06 jun. 2020.

<sup>116</sup> RODRIGUES, Fernando da Silva. Amazônia na Primeira República através do acervo documental do arquivo histórico do exército, - 1. Ed. – Rio de Janeiro : Mauad X, 2020, p. 74.

<sup>117</sup> Ver Decreto nº 6.455, de 19 de abril de 1907. Aprova as bases regulamentares para o serviço de povoamento do solo nacional. Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6455-19-abril-1907-502417-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=1617%2C%20de%2030%20de%20dezembro,Industria%2C%20Via%3%A7%3%A3o%20e%20Obras%20Publicas.>> Acesso em 07 jun. 2020.

O conceito de Colônia Militar foi atualizado no período posterior a guerra colombo-peruana. Após instaurar o Estado Novo e buscar a centralização administrativa, Getúlio Vargas editou, em 1939, o Decreto-Lei nº 1.351, através do qual criou as Colônias Militares de Fronteiras. A partir daquele momento, o local para a sua instalação deveria ser escolhido pelo Conselho de Segurança Nacional dentro da faixa de 150 quilômetros ao longo da fronteira, bem como elas deveriam ser subordinadas diretamente ao Ministério da Guerra.<sup>118</sup>

As Colônias Militares de Fronteiras deveriam possuir em sua organização, dentre outras especificidades, um chefe militar, um contingente militar, serviço de colonização, serviço sanitário (hospital e farmácia), escola e campo de pouso. O decreto estabeleceu uma rígida organização, por meio da qual todos os assuntos da colônia só poderiam ser tratados por meio do seu chefe. Curioso notar que também estabeleceu a proibição dos colonos de se ausentarem sem prévia comunicação ao chefe militar, bem como a permanência de pessoas estranhas ou sem autorização na área da colônia.

O decreto prosseguia falando sobre a constituição do efetivo dos colonos, estipulando que poderia ser formado por reservistas, trabalhadores, flagelados, índios e estrangeiros. Estabelecia a forma como a terra deveria ser dividida, as vantagens para os funcionários militares e civis e o tratamento tributário aos comerciantes. Falava da formação e das desocupações necessárias à constituição da colônia e, por último, estipulava que o crédito necessário para o empreendimento constaria do orçamento do Ministério da Guerra.

Outro tema bastante atual apresentado no plano é a preocupação demonstrada não só com os aspectos militar e político das fronteiras, mas também com o patrimônio florestal. Salientou as dificuldades do Serviço Florestal para a criação dos Parques Nacionais e a constituição das guardas florestais, apontando a adoção de normas modernas e dotação orçamentária como uma possível solução.

É preciso destacar a necessidade da atuação dos diversos setores do governo na empreitada. O EME propôs a nomeação de uma comissão para estudar as possíveis soluções a serem apresentadas para o problema da preservação permanente das fronteiras brasileiras. Para o órgão, tal comissão deveria ser composta pelo menos por três representantes do Exército, um da Inspeção de Fronteiras, um do Ministério da Marinha, um do Ministério do Exterior e um do Ministério da Agricultura, ressaltando que outros poderiam ser incorporados.

---

<sup>118</sup> Ver Decreto nº 1.351, de 16 de junho de 1939. Cria as Colônias Militares de Fronteiras. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del1351.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1351.htm)> Acesso em 07 jun. 2020.

Durante os meses de novembro e dezembro a movimentação diplomática prosseguiu, sem que nada ficasse resolvido. Em fins de dezembro, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Afrânio de Melo Franco, propôs a adoção de uma fórmula de acordo: a entrega do território em disputa ao Brasil e sua restituição à Colômbia “no menor prazo possível”, enquanto no Rio de Janeiro se realizaria uma conferência para a revisão do Tratado Salomón-Lozano, “abrangendo medidas econômicas, comerciais e culturais por intermédio de estatuto territorial adequado a tais objetivos e às peculiaridades da região”. A proposição foi bem recebida nos Estados Unidos, mas encontrou dificuldade entre os beligerantes: os peruanos desejavam manter Letícia em seu poder até o término das negociações e em definitivo se elas resultassem em seu favor; os colombianos exigiam a entrega imediata dos territórios ocupados, qualquer que fosse o encameinhamento das conversações. E tudo voltou à estaca zero.

### **2.3 A mobilização das tropas do Exército Brasileiro**

Durante o mês de novembro, enquanto o Brasil realizava seu planejamento, prosseguiram os deslocamentos de tropas na região do conflito. Há um documento no acervo, datado do dia 12 de novembro, no qual o Ministério das Relações Exteriores comunicou a solicitação de autorização do governo peruano para passar por Tabatinga, com destino ao Putumayo, de lanchas de nome “Estersita” e “Melita”, carregadas de víveres, destinados a abastecer as tropas estacionadas naquela região.

Em outro comunicado, o Ministério das Relações Exteriores revela informação do Consulado brasileiro em Iquitos que dá conta do deslocamento de farto material bélico peruano:

Chegou de Massissea o vapor peruano “Liberal”, conduzindo 100 caixas de balas, com 2000 tiros cada uma, 200 peças de fuzilaria e 3 metralhadoras, enviadas pelo governo de Lima.

Chegaram também, da mesma procedência no corrente mez, 4 hidro-aviões, typo corsário, armados com metralhadoras modernas.

Na lancha de guerra “Cahuapanas” vieram os Chefes e Officiaes, da aviação, do exercito e da Sanidade Militar, 26 soldados, 2 canhões anti-aéreo, 2 caixas de bombas para aviação, 2 metralhadoras de tiro rápido e grande quantidade de armamento e munição.<sup>119</sup>

---

<sup>119</sup> BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Pasta 3. Acervo Questão Letícia.

Diante desse cenário, no dia 27 de novembro de 1932 o planejamento apresentado foi aprovado pelo presidente Getúlio Vargas. A partir daí, o EME começou a expedir as ordens para a mobilização das tropas e a constituição da Força de Ocupação. Constatam do acervo analisado diversos documentos, expedidos a partir do dia 30 de novembro, cuja finalidade principal era:

- 1) Nomear um general de Brigada para o comando da 8ª Região Militar e transferir provisoriamente a sua sede de Belém para Manaus;
- 2) Deslocar imediatamente o 27º Batalhão de Caçadores, sediado em Manaus, para Tabatinga;
- 3) Transportar o 25º BC, situado em Teresina, Piauí, o 23º BC, situado em Fortaleza, Ceará, e a 7ª Bateria do Regimento de Artilharia Mista, situada em João Pessoa, Paraíba, para Manaus;
- 4) Dar ordens as Diretorias de Saúde, Intendência, Material Bélico, Engenharia e Veterinária para completar em pessoal e material a 8ª RM, bem como apoiar as demais tropas mobilizadas;
- 5) Organizar um destacamento telegráfico para a instalação e serviço de 4 postos de T.S.F.;
- 6) Criação de um hospital em Manaus;
- 7) Solicitação ao Ministério da Marinha de instalação de uma base de aviação em Manaus.

No dia 4 de dezembro de 1932, o Coronel do Exército Renato Rodrigues Pereira, que se encontrava a disposição da Comissão de Limites do Setor Oeste, órgão do Ministério das Relações Exteriores situado em Manaus, apresentou um interessante relatório no qual descreveu em detalhes a zona do conflito. Este documento é fundamental para reconstruirmos o cenário em que as tropas brasileiras iriam atuar.

Ele começou falando sobre a notícia nos jornais de Manaus da partida do 27º BC para Tabatinga e da vinda dos outros dois batalhões. Segundo o oficial, Letícia e Tabatinga eram duas pequenas povoações inacessíveis por terra, situadas à margem esquerda do Solimões. Entre elas não havia comunicação por terra. Ele prossegue:

A distância entre Tabatinga e Letícia é de 3700 metros, entre Letícia e o Igarapé, braço oriental 2500 metros, o comprimento do Igarapé 1650 metros a linha geodésica passa a 1400 metros a leste de Letícia e a largura do Solimões, em frente a Tabatinga, é de 820 metros. Na vasante do Solimões, com dificuldades, por ser atoleiro coberto de canarana, pode-se ir de

Tabatinga a Letícia pelo leito do rio. Em frente a Tabatinga o território peruano é inhabitado e coberto de florestas. Há probabilidades de que se desenvolvam por água as operações das forças colombianas para a retomada de Letícia. Para atacar essa cidade, é necessário que as tropas colombianas abram uma estrada ligando um ponto do Içá a Letícia ou a um ponto do Solimões acima de Letícia, o que será levado a efeito com apoio das forças navaes.<sup>120</sup>

A seguir, o oficial emite seu parecer sobre como deveria se dar o emprego das tropas brasileiras:

O principal papel na manutenção da nossa neutralidade, ou em operações da nossa parte no conflicto actual, compete a Flotilha do Amazonas, que precisa estar provida de embarcações com calado que lhes permita penetrar no Içá, no Japurá e em outros rios internacionaes em qualquer época do anno. Em Tabatinga, Japurá e Içá há necessidade de destacamentos militares com artilharia para defender as nossas águas e impedir vexames e desacatos aos moradores brasileiros. Se a esquadilha colombiana pretender desembarcar forças, provavelmente o fará nas proximidades do igarapé do braço oriental, onde o terreno é mais acessível para investir Letícia pelo sul, coberto de florestas.<sup>121</sup>

Através do seu relato, enviado ao EME e disponível no acervo analisado, o coronel Renato nos possibilita reconstruir a imagem que as tropas brasileiras encontraram na região quando lá chegaram. Se hoje Tabatinga e Letícia são praticamente uma cidade só, inclusive chamadas de cidades gêmeas, na época do conflito viviam praticamente isolados um povoado do outro, se considerarmos que a distância entre eles era de quase 5 quilômetros por terra e que só era possível acessá-los através do rio.

Após o planejamento inicial, o EME expediu a Instrução Particular nº 1, na qual definiu a missão da Força de Ocupação e Observação. Através desta força, o governo brasileiro buscava assegurar a inviolabilidade do território nacional e garantir a absoluta neutralidade do Brasil no conflito entre as nações amigas do Peru e Colômbia.

A missão da Força de Ocupação e Observação, definida pelo EME, seria de fazer a vigilância da fronteira, manter efetiva e completa nossa neutralidade no conflito e assegurar a inviolabilidade do nosso território. Para isso, não poderia permitir o trânsito nos rios de águas brasileiras dos navios estrangeiros não autorizados pelo Ministério das Relações Exteriores, nem permitir que forças estrangeiras formassem em nosso território bases de operações ou

---

<sup>120</sup> BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Pasta 1. Acervo Questão Letícia.

<sup>121</sup> BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Pasta 1. Acervo Questão Letícia.

pontos de apoio. Desta forma, deveria desarmar e internalizar no território brasileiro os que nele penetrassem.

Segundo o documento, a Força de Ocupação e Observação deveria se reunir na região de Tabatinga-Capacete-Santo Antônio do Içá, ocupando as vias de comunicação no limite de nossa fronteira. Esses elementos de vigilância deveriam ser dotados de meios rápidos de transmissões, dispendo de meios suficientes para transportarem-se para qualquer ponto da fronteira onde fosse necessária sua atuação. Definiu, ainda, que a Força teria um Estado-Maior misto, formado por militares do Exército e da Marinha.

A concentração de tropas brasileiras, executada a partir de dezembro de 1932, resultou na constituição da Força de Ocupação e Observação composta pela 8ª RM, reforçada por tropas vindas de diversos pontos do país. Foi constituído o Destacamento Solimões, estacionado em Tabatinga, integrado pelo 27º BC, que também daria cobertura à região de Benjamin Constant, pela 7ª Bia do Regimento de Artilharia Mista e pelo contingente especial local. Em Tonantins (AM) foi instalado o 21º BC e o contingente especial do Içá, constituindo o Destacamento do Içá. Em Manaus ficou estabelecido o 23º BC e o 25º BC.

Apesar do Exército contar com o 26º Batalhão de Caçadores sediado em Belém, na documentação analisada, não há menção do motivo pelo qual esta tropa não constou dos planejamentos do EME. Foi preciso recorrer a análise dos jornais da época para podermos responder a esta pergunta. Na edição do *O Correio da Manhã*, de 20 de dezembro de 1932, encontramos a notícia de que o general Espírito Santo Cardoso, Ministro da Guerra, resolveu conceder um mês de licença a todo o efetivo do 26º BC que havia acabado de chegar a Belém vindo do sul, onde foi empregado contra os paulistas. Ainda segundo a notícia, o batalhão foi uma das últimas unidades a regressar da frente de operações e deveria, depois do período de licença, seguir para Manaus e Tabatinga onde seria integrado as forças brasileiras na região.<sup>122</sup>

Outra pergunta que foi possível responder através da análise dos jornais do período, foi a respeito da data de nomeação do general de brigada Almério de Moura para o Comando da 8ª Região Militar. Cabe aqui esclarecer que o jornal *O Correio da Manhã*<sup>123</sup> possuía uma

<sup>122</sup> SEGUIRÁ para Tabatinga o 26º BC. *O Correio da Manhã*, n.11.669, Rio de Janeiro, 20 dez. 1932, p.2.

<sup>123</sup> O jornal *O Correio da Manhã* foi lançado no Rio de Janeiro em 15 de junho de 1901 pelo advogado Edmundo Bittencourt, e foi um dos mais importantes órgãos da imprensa brasileira, destacando-se como um jornal de opiniões fortes e engajado nas disputas políticas da sociedade. Em seus 73 anos de existência, teve colaboradores importantes, como os escritores Lima Barreto, Carlos Drummond de Andrade, Graciliano Ramos, Carlos Heitor Cony e Antônio Callado, além dos críticos José Lino Grünwald e Antônio Moniz Vianna. O *Correio da Manhã* não sobreviveu ao regime militar instalado no país após 1964, por sua oposição ao governo. Acabou sendo extinto após a prisão de sua proprietária Niomar Moniz Sodré e principais redatores, e por falta de verbas publicitárias, quadro causado pela pressão do governo militar. Em 8 de julho de 1974, o *Correio da Manhã* deixou de circular. A última edição, de três mil exemplares, foi de um jornal com apenas oito páginas.

coluna destinada a publicar os atos do chefe do governo provisório, particularmente durante o período de nossa pesquisa. Nesta coluna encontramos a notícia, publicada no dia 11 de dezembro de 1932, da exoneração do general de brigada Almério de Moura do cargo de Comandante da 6ª Região Militar e de sua nomeação para o cargo de Comandante da 8ª RM e, conseqüentemente, da Força de Ocupação e Observação.<sup>124</sup>

Cabe aqui a discussão sobre a utilização do jornal *O Correio da Manhã* em nossa pesquisa. Segundo Karnal, epidemias, guerras e desastres ambientais são fatores catalisadores da história. Ao analisarmos a peste negra, epidemia ocorrida na Europa no século XIV que ceifou milhões de vidas, podemos verificar como a mesma mudou as estruturas do sistema feudal até então existentes. Assim, as conseqüências de tal fato, em princípio um problema de saúde para o qual a ciência da época não tinha solução, foram sentidas por séculos nas regiões leste e oeste do continente europeu.

Max Weber forneceu a mais célebre e amplamente aceita definição de Estado, identificando-o com o “monopólio da violência legítima” na sociedade. Sem esse monopólio e o grau de centralização que ele acarreta, o Estado não tem condições de desempenhar seu papel de impositor da lei e da ordem, e muito menos prestar serviços públicos e incentivar e regulamentar a atividade econômica. Quando o Estado mostra-se incapaz de obter alguma centralização política, a sociedade, mais cedo ou mais tarde, acaba caindo no caos, como no caso de diversos países. Vamos nos referir a instituições políticas suficientemente centralizadas e pluralistas como instituições políticas inclusivas. Em caso de falha em uma dessas condições, vamos chamá-las de instituições políticas extrativistas.

Na América Latina como um todo e particularmente no Brasil, as oligarquias lograram usar seu poder político para se unir ao poder militar e assim impor uma série de instituições econômicas que lhes garantiu fortunas imensas, em detrimento do restante da população. Os recursos gerados por tais instituições econômicas permitiram às elites reunir e cooptar exércitos e forças de segurança para defender seu monopólio absolutista do poder político. A implicação, claro, é que as instituições extrativistas, políticas e econômicas, sustentam-se mutuamente e tendem a persistir.

Existem poucas obras no Brasil que tratam sobre o conflito colombo-peruano. Além dos documentos produzidos pelo Exército e pelo Itamaraty, fontes primárias por excelência, só há um livro escrito sobre este acontecimento histórico produzido pelo embaixador Costa, tratando basicamente das ações diplomáticas entorno do conflito. Assim, qualquer outra fonte

---

<sup>124</sup>ACTOS do Chefe do Governo Provisório. *O Correio da Manhã*, n.11.662, Rio de Janeiro, 11 dez. 1932, p.2.

que trate sobre o assunto é fundamental para podermos reconstruir este acontecimento tão esquecido da nossa história.

Neste sentido, é preciso fazer uma discussão sobre o uso desse material como fonte para o nosso trabalho. Cabe salientar que, havia um desprezo pelo uso dos jornais como fontes históricas. No início do século XX o historiador deveria fazer uso de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas do seu próprio tempo. Assim, os jornais foram colocados nos últimos lugares dentro da hierarquia estabelecida das fontes históricas.

No início da produção da história como ciência, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas, impedindo assim a reconstrução isenta dos fatos, tão cara ao historiador.

Mesmo com todas as transformações na pesquisa histórica proposta em 1930 pela Escola dos *Annales*, a utilização do material produzido pela imprensa diariamente, não ganhou a atenção que deveria, permanecendo relegada a segundo plano. Somente com a fragmentação da disciplina, as propostas de novos campos e temáticas a pesquisar e a migração do projeto de uma História total para a construção histórica episódica e marcada pelas diferenças, é que se lançou um novo olhar sobre a utilização dos jornais. Segundo Michel de Certeau:

O real enquanto é o conhecido e o real enquanto é o *implicado* pela operação científica. De um lado o real é o resultado da análise e, de outro é o seu *postulado*. Estas duas formas da realidade não podem ser nem eliminadas nem reduzidas uma a outra. A ciência histórica existe, precisamente, na sua relação. [...]. Um primeiro tipo de história se interroga sobre o que é *pensável* e sobre as condições de compreensão; a outra pretende encontrar o *vivido*, exumado graças a um conhecimento do passado.<sup>125</sup>

Neste sentido, Certeau expressa a necessidade que o historiador possui de utilizar as diversas possibilidades apresentadas pelas suas fontes. Entende que a historiografia traz inscrita no próprio nome o paradoxo do relacionamento de dois termos antinômicos: o real e o discurso. É tarefa do historiador articulá-los, e onde este laço não é pensável ou possível, fazer como se articulem. Assim, da relação que o discurso mantém com o real, do qual trata, nasce a produção historiográfica.

---

<sup>125</sup> CERTEAU, Michel. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 44.

A ausência de produção historiográfica sobre a atuação das forças armadas brasileiras na Questão Letícia, torna a análise dos jornais fundamental para que possamos construir o mosaico que vai nos ajudar a melhor compreender o conflito. A leitura dos documentos produzidos pelo Exército, pela Marinha e pelo Ministério das Relações Exteriores, comparada e apoiada nos jornais da época, possibilitou reconstruir o fato histórico e apresentá-lo sob a ótica da história militar, contribuindo inclusive para que novas pesquisas possam ser desenvolvidas a partir dos pontos apresentados.

Enquanto o Brasil começava a expedição de ordens para a mobilização e deslocamento de suas tropas, o movimento na zona do conflito se intensificava. Em 12 de dezembro o Ministério das Relações Exteriores comunicou autorização para a passagem pelas águas brasileiras da lancha peruana “San Miguel” e de uma chata, transportando víveres e 40 soldados para a guarnição peruana do Putumayo. Logo após, no dia 23 de dezembro, outra comunicação informou a passagem do vapor peruano “Maranón”, transportando gasolina e outros recursos de Calláo para Iquitos. Já do lado colombiano, observa-se documento informando a permissão para passagem pelas águas fluviais brasileiras da flotilha daquele país, de acordo com o estabelecido no artigo VI do Tratado de 15 de novembro de 1928.<sup>126</sup>

Os países latino-americanos buscavam de toda forma uma solução para o conflito. No dia 30 de dezembro encontramos a notícia de que o Sr. Varella, ministro do Uruguay em Washington e presidente da Comissão Permanente de Conciliação, convidou a mesma para se reunir afim de que fosse estudada uma solução para o conflito colombo-peruano e examinadas as possibilidades de ser proposta uma fórmula capaz de evitar o rompimento das relações entre os dois países e o desencadeamento da guerra.

Entretanto, os países beligerantes buscavam mobilizar suas tropas e obter material militar em vários países do mundo, a fim de se prepararem para o possível conflito que se aproximava. A Colômbia organizou, em um curto espaço de tempo de 90 dias, uma força militar com esquadrões da Força Aérea Colombiana (FAC), tripulados por aviadores colombianos e alemães, pilotos da Sociedade Colombo-Alemã de Transportes Aéreos (SCADTA), incluindo a figura do coronel Herbert Boy. O país comprou aviões civis na Alemanha que foram adaptados para as operações militares. Já na parte naval, o general

---

<sup>126</sup> BRASIL. Tratado de Limites e Navegação Fluvial. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1928. O Tratado de Limites e Navegação Fluvial foi celebrado entre os Estados Unidos do Brasil e a Colômbia em 15 de novembro de 1928. Por meio dele, dentre outros aspectos, as partes reconheceram recíproca e perpetuamente o direito de livre navegação nos rios Amazonas, Japurá ou Caquetá, Içá ou Putumayo e todos os seus afluentes ou confluente, devendo as embarcações, tripulantes e passageiros sujeitar-se unicamente as leis e regulamentos fiscais e de polícia fluvial, os quais seriam, em todo caso, idênticos para brasileiros e colombianos e inspirados no propósito de facilitar a navegação e o comércio entre ambos os Estados.

Alfredo Vázquez Cobo, organizou uma flotilha fluvial com navios que chegaram à foz do rio Amazonas em fins de 1932.<sup>127</sup>

Ainda no dia 30, *O Correio da Manhã* publicou os esforços do Chile dizendo que o país tomaria a iniciativa de organizar um movimento com o apoio de todas as nações do continente sul-americano, no sentido de evitar as consequências desastrosas de uma possível guerra entre o Peru e a Colômbia, motivada pela ocupação de Letícia, ao mesmo tempo em que se esforçariam para conseguir a conclusão de um acordo entre a Bolívia e o Paraguai acerca da Guerra do Chaco. Assim, é curioso notar que o Chile possuía, segundo a notícia, uma Associação Nacional Contra a Guerra.<sup>128</sup>

Nesta mesma publicação do jornal encontramos duas referências às tropas designadas para compor a Força de Ocupação e Observação. Na primeira, foi noticiado que o 27º Batalhão de Caçadores, com sede em Manaus, já estava em Tabatinga a fim de tomar parte nas operações de guerra, que não tinha novidades e que todos estavam bem, oficiais e inferiores. Já a segunda, dava conta da partida naquele dia do navio “Campos Salles”, que se achava em Belém, com destino a Manaus, transportando o 25º Batalhão de Caçadores que iria operar na fronteira.

## **2.4 A mobilização das tropas da Marinha do Brasil**

O contingente do Ministério da Marinha mobilizado dividiu-se basicamente entre as embarcações e a aviação. A Flotilha do Amazonas foi designada como componente naval da Força de Ocupação e Observação, ao qual cabia a tarefa de manter as águas fluviais brasileiras livres de qualquer interferência dos beligerantes que infligisse as normas de neutralidade estabelecidas pelo Brasil. Chefiada inicialmente pelos Capitão de Fragata Ápio Couto e posteriormente Alberto de Lemos Basto, possuía como nau capitânia o Encouraçado “Floriano”, praticamente a única embarcação em condições de ser empregada, já que as demais estavam sem condições de uso. Posteriormente, foram incorporados à flotilha o Navio-Faroleiro “Mário Alves” e três embarcações fluviais (classificadas como avisos): “Alegre”, “São Pedro” e “Jovita Elói”. Também seguiu para a fronteira com o Peru e a Colômbia uma unidade da Aviação Naval (a Quarta Divisão de Esclarecimento e Bombardeio, incluindo três aviões Fairey Gordon), para integrar-se à Força de Ocupação e Observação.

---

<sup>127</sup> PÉREZ, J. A. *El Conflicto com el Perú 1932-1933 y el inicio de la Política de Industrialización en Colômbia*. Estudios en Seguridad y Defensa. CEESEDEN: Bogotá, 2016. p. 28.

<sup>128</sup> PELA paz do continente sul-americano. *Correio da Manhã*, n.11.679, Rio de Janeiro, 30 dez. 1932, p.1.

Esses aviões decolaram, em 22 de janeiro de 1933, do Centro de Aviação Naval do Rio de Janeiro e iniciaram uma viagem cheia de incidentes até chegar a Belém, onde foram recebidos pelas autoridades locais.<sup>129</sup>

Embora fossem fundamentais para a missão da Força de Ocupação e Observação, os aviões constituíram-se num outro grande problema a ser resolvido. Como narrado acima, as dificuldades iniciaram já no seu deslocamento para a região do conflito. Cabe salientar que, naquele momento, essas aeronaves possuíam pouca autonomia de voo. A proximidade das cidades existentes na costa brasileira tornou menos sofrível à chegada dos aviões em Belém. O grande problema era fazer com que eles saíssem de Belém e chegassem a Tabatinga, tendo em vista as grandes distâncias e a inexistência de pontos de reabastecimento no território amazônico.

Para tentar possibilitar o apoio logístico as aeronaves enquanto operassem na fronteira, longe de quaisquer recursos, o governo resolveu fretar um navio fluvial da *Amazon River Company*<sup>130</sup> – o Distrito Federal – a fim de servir de base móvel. Os aviões foram transportados desmontados neste navio para Tabatinga. Lá chegando, o navio atracou a um barranco, a 86 km rio abaixo daquela povoação, onde foi aberta uma clareira e instalado um posto de apoio e controle. Dali foi possível acompanhar, pelo rádio, os voos de reconhecimento efetuados pelas aeronaves. A unidade de aviação naval foi mais tarde reforçada por três aviões Corsário da Divisão de Observação. Desta forma, pela primeira vez, a Aviação Naval operava com êxito longe de suas bases regulares.

Como apoio a Flotilha do Amazonas, o chefe do Estado-Maior da Armada determinou, pelo Memorando Reservado 125, de 26 de dezembro de 1932, a ida para Belém de uma divisão composta pelo Cruzador “Rio Grande do Sul”, Contratorpedeiros “Piauhy”, “Sergipe”

---

<sup>129</sup> MARTINS, Helio Leôncio. A Marinha Brasileira no período entre as guerras (1918-1942). In: *História Naval Brasileira*, v. 5. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985, p. 152.

<sup>130</sup> GOMES, Francisco. *The Amazon River Steamship Navigation Company*. Itaquatiara histórias e cantigas, 2020. Disponível em: < <https://www.franciscogomesdasilva.com.br/the-amazon-river-steamship-navigation-company-1911-limited/>> Acesso em: 30 jun. 2020. Esta foi a nova denominação da *Amazon Steamship Navigation Company*, após ser adquirida por Percival Farquar, em 1911. Subvencionada pelo Governo Federal, tinha sede em Belém, escritório no Rio de Janeiro e sucursal em Manaus. Possuía 46 vapores, 3 rebocadores, 3 alvarengas tanques para transporte de óleo, 10 alvarengas para carga, carvão e reboques, cámbrea e diversos pontões, totalizando 14400 toneladas de capacidade de carga transportada. Operava linhas regulares entre o Pará, Manaus, Oiapoque, Pirabas, Iquitos e portos do Baixo Amazonas, Tapajós, Maués, Faro, Negro, Alto e Baixo Juruá. Fazia transportes para o Baixo Purus, Iaco, Acre, Solimões, Javari, Madeira e toda a região amazônica, mato-grossense e boliviana. Prestava diversos serviços para o Governo Federal, dentre eles o transporte de tropas e o fretamento de embarcações.

e “Mato Grosso”. Este grupo de navios ganhou o nome de Divisão Naval de Operações no Rio Amazonas e era comandado pelo capitão de mar e guerra Américo Ferraz e Castro.

A Flotilha do Amazonas estabeleceu, usando as unidades incorporadas, um regime de inspeção dos rios até a cidade de Benjamin Constant, com ordens de fazer cumprir rigorosamente as normas de neutralidade. Os navios peruanos e colombianos, em caso de desobediência, seriam intimados a cessar as ações de guerra e a se retirarem, utilizando-se mesmo a flotilha, da força para efetivar tais determinações, se necessário. O navio capitânia “Floriano” realizou, nos meses seguintes, uma viagem até a fronteira. Diversas intimações foram feitas a navios de ambas as nacionalidades, sendo sempre atendidas. Nas orientações para emprego da Flotilha do Amazonas publicadas em 31 de dezembro de 1932 consta que a atitude do Governo brasileiro em face dos acontecimentos de Letícia estava subordinada às seguintes normas:

- 1) A passagem de navios da Colômbia e do Peru pelas águas territoriais brasileiras só poderia ser autorizada pelo Ministério das Relações Exteriores, ao qual deviam se dirigir os Governos interessados;
- 2) Para cada passagem dos referidos navios pelas águas brasileiras é necessária uma autorização especial, tanto para a viagem de ida como para a de volta;
- 3) Recusaremos quaisquer facilidades aos invasores de Letícia e as suas embarcações;
- 4) Não permitiremos o engajamento de brasileiros como tripulantes dos navios de guerra dos países em litígio;
- 5) O trânsito de aviões militares ou armados em guerra, sobre o território nacional, não seria permitido em caso algum;
- 6) Aos aviões civis seriam aplicadas as mesmas normas estabelecidas para os navios.<sup>131</sup>

As dificuldades para operar na Amazônia foram imensas. Para exemplificá-las, verificamos uma publicação do jornal *O Correio da Manhã*, em 10 de dezembro de 1932, na qual o vapor “Victoria” levou para o couraçado “Floriano”, que desempenhava missão do governo na região de fronteira, um contingente naval para substituir as praças desembarcadas porque estavam enfermas. Tal contingente era composto por 4 sargentos e 46 marujos. Outra notícia, publicada no dia 20 daquele mês, deu conta da chegada ao porto do Rio de Janeiro do corpo do capitão-tenente Stelio Guaraná Guia que faleceu a bordo do vapor “Baependy”, vitimado por febre “maligna”, quando se deslocava de Belém para o Rio de Janeiro em busca

---

<sup>131</sup> BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Pasta 3. Acervo Questão Letícia.

de tratamento médico. O oficial fazia parte do estado-maior do comando da Flotilha do Amazonas.<sup>132</sup>

## 2.5 Primeiras tensões dentro das forças brasileiras

Na tentativa de realizar um contraponto aos planejamentos e a mobilização inicial das tropas brasileiras no conflito colombo-peruano, abordaremos neste tópico as tensões demonstradas pelas fontes encontradas. Segundo Janotti, trata-se de contrapor a história-problema à superficialidade dos acontecimentos, fazendo com que as fontes sejam buscadas e interpretadas segundo as hipóteses apresentadas pelo historiador.<sup>133</sup>

Segundo McCann, a guerra paulista de 1932 mostrou o quanto o Exército estava mal preparado para combater. Para ele, seria necessária uma nova onda de reorganização e rearmamento nos anos seguintes ao término da guerra, juntamente com a nacionalização da fabricação do material bélico, que, aquela altura, era praticamente todo internacional. No entanto, os três meses de guerra civil agravaram substancialmente as dificuldades financeiras do Brasil e não possibilitaram que tais transformações na estrutura do Exército fosse possível, já que a mobilização de tropas para o conflito colombo-peruano se deu somente dois meses após o armistício em São Paulo.<sup>134</sup>

Além dos problemas financeiros gerados pela guerra, outro fato que influenciou bastante a mobilização das tropas para a guerra colombo-peruana foi a questão da quantidade de oficiais disponíveis nos quadros do próprio Exército. Na tentativa de excluir aqueles que se opunham as suas ideias, Vargas ordenou a reforma dos oficiais que haviam aderido à causa paulista e dos que haviam se recusado a lutar. Tal fato contribuiu para a diminuição dos oficiais que estavam a disposição do Exército para serem enviados para a zona de conflito de Letícia.

A análise dos primeiros telegramas enviados pelo general Almério de Moura, nomeado em 11 de dezembro de 1932 para o comando da 8ª Região Militar, revela já algumas tensões que perpassaram todo o período de emprego da Força de Ocupação e Observação. A primeira delas diz respeito às ordens emanadas pelo EME para as tropas envolvidas que, em alguns momentos, não chegaram ao comandante da 8ª RM. Em um telegrama enviado ao Ministro da Guerra, o general Almério relata que foi surpreendido pela comunicação do

<sup>132</sup> CAPITÃO-TENENTE Stelio Guaraná Guia. *O Correio da Manhã*, n.11.669, Rio de Janeiro, 20 dez. 1932, p.2.

<sup>133</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes. O livro Fontes históricas como fonte. In. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 12.

<sup>134</sup> McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro 1889-1937...*, p. 212.

comandante do 23º Batalhão de Caçadores informando a suspensão do embarque da tropa para Manaus.

Outro grande ponto de tensão deu-se entre o comandante da Força de Ocupação e Observação e o contingente da Marinha, devido ao fato de muitos dos seus militares não aceitarem o comando de um general do Exército, deixando claro que precisavam receber ordens do Ministério de Marinha. Em telegrama enviado ao chefe do EME no dia 2 de janeiro de 1933 redigido de próprio punho, o general Almério solicitou o envio de ordem do Ministério da Marinha para a Flotilha do Amazonas, a fim de que a mesma ficasse subordinada ao seu comando, dizendo, ainda, que o ambiente requeria a medida.

Em outro documento, agora enviado no dia 14 de janeiro de 1933, o general Almério relatou que o próprio capitão de fragata Lemos Basto, comandante da flotilha, bem como outros oficiais, estavam descontentes com o fato de a flotilha ficar sob o comando de um general do Exército, conforme ele próprio percebeu em reunião com o oficial da Marinha. Relatou a informação de que junto com a Divisão Naval iria um vice-almirante, e que tal medida afetaria seus brios de general do Exército e de cidadão, obrigando-o, inclusive, a deixar imediatamente o comando da região.<sup>135</sup>

Ainda sobre as tensões com a Marinha, o general Almério enviou telegrama ao chefe de Gabinete do Ministro da Guerra solicitando rapidez no repasse de mensagens recebidas pela Flotilha do Amazonas, que não estavam sendo enviadas a ele. Segundo o general, este assunto afetava sua autoridade na Força de Ocupação e Observação, tendo em vista que a flotilha estava recebendo e executando operações muito antes dele tomar conhecimento das determinações.

Neste sentido, a análise do primeiro relatório que o general de brigada Almério de Moura, comandante da 8ª Região Militar, enviou para o Ministro da Guerra, general Espírito Santo Cardoso, é fundamental para entender os problemas vividos pelo Exército para mobilizar tropas para a Força de Ocupação e Observação. O documento revela, antes de tudo, as tensões vividas entre a tropa que se encontrava na fronteira, distante mais de 5.000 quilômetros dos principais órgãos de direção do Exército, todos localizados na cidade do Rio de Janeiro.

Trata-se de documento com nove páginas digitadas, emitido no dia 9 de janeiro de 1933, no qual o General apresentou as medidas empreendidas até aquele momento. Abordou o estado da tropa, a instalação da 8ª Região Militar na cidade de Manaus, tendo em vista sua

---

<sup>135</sup> BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Pasta Relatório EME. Acervo Questão Letícia.

transferência de Belém para aquela cidade, a organização das Forças em operação na fronteira, detalhando a constituição do destacamento, as Forças da Marinha, a Constituição dos Serviços de apoio e seu funcionamento e a direção das operações. Terminou falando sobre as dotações orçamentárias, as verbas e vantagens de campanha, ou seja, aquilo que a tropa receberia por sua atuação.

Ao falar sobre o estado da tropa, o general Almérico abordou também as condições dos aquartelamentos por onde passou em sua viagem de Salvador, onde comandava a 6ª Região Militar, até Manaus, onde se fixou como comandante da 8ª RM. Disse que o 4º Grupo de Artilharia de Costa e Forte de Óbidos e o 27º Batalhão de Caçadores causaram-lhe boa impressão por possuírem aquartelamentos conservados, a despeito dos poucos recursos recebidos.

Quanto à tropa, revelou não ter tido a mesma impressão. Chegou mesmo a revelar que em Óbidos, só tivera guarda de honra por esforço e boa vontade dos oficiais da unidade, que emprestaram peças de uniformes aos soldados, a fim de que alguns pudessem estar uniformizados. Revelou ainda, que fez contato com a Diretoria de Intendência a fim de conseguir a remessa de fardamento para o grupo.

Falando sobre o 25º Batalhão de Caçadores, unidade sediada em Teresina (PI) mobilizada para compor a Força de Ocupação e Observação, salientou que apresentava dois aspectos completamente antagônicos quando da sua chegada a Manaus. Um bom, o dos seus homens alegres, bem dispostos e em excelente estado de saúde. Outro péssimo, entristecedor, o aspecto da tropa, maltrapilha, suja, descalça e desuniformizada. Revelou que esta unidade, recém-chegada de São Paulo em sua sede, recebeu ordem de embarcar para o Amazonas. Nas palavras do general, havia mais de vinte modelos de cobertura para a cabeça: capacetes, gorros sem pala, bonés, etc. Segundo ele, não era possível ao comandante da unidade evitar isso, pois recebeu tropas transferidas de outros corpos, que, por terem vindo das operações no sul, achavam-se no mesmo estado de dismantelo.<sup>136</sup>

A seguir, o general enumerou as medidas que tinha tomado para tentar resolver o problema dos uniformes, mandando que fossem adquiridos chapéus de palha no comércio local, já que as tropas não conseguiam usar os capacetes originais, em virtude das condições climáticas da região. Ao defender sua atitude, diz ao Ministro da Guerra saber dos prejuízos que tal medida poderia causar, mas que não tinha outra opção considerando o estado da tropa, naquele momento “sem *bonets*, sem capacetes, sem uniformidade”. Assim, solicitou que

---

<sup>136</sup> BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Pasta 4. Acervo Questão Letícia.

fossem cumpridas as determinações do EME para o fornecimento em larga escala de uniformes para a constituição de uma reserva de fardamento para as forças em operações.

No que diz respeito à instalação do Quartel-General (QG) da 8ª RM em Manaus, falou da ajuda recebida da Interventoria Federal do Estado do Amazonas, que ajudou na obtenção de edificações particulares apropriadas para receber o órgão, cedendo também instalações do governo para alojar a tropa, como quartéis da Polícia e dos Bombeiros. Falou que foi necessário alugar dois prédios, um para o comando e o Estado-Maior e outro para os Serviços. Por último, disse ser necessária as tratativas para aquisição ou adaptação de instalações da própria União, caso fosse de interesse do Exército transferir definitivamente o comando da região para Manaus, o que, na opinião dele, não era aconselhável.

A constituição do destacamento foi outro ponto abordado pelo comandante. Neste ponto, ele fala sobre a publicação das ordens emitidas pelo EME:

De acordo com a atribuição dada a este Comando, no item II da Instrução Particular nº1, do EME, sob a resolução do Governo Federal em face da contenda de limites entre o Peru e a Colômbia, é organizada nesta data a “Força de Ocupação e Observação da fronteira Brasil-Peru-Colômbia, constituída por tropas desta Região e outras postas a minha disposição, bem como dos elementos componentes da Flotilha do Amazonas e respectivas guarnições.

O Comando, em seus diversos escalões, terá a organização constante dos documentos a distribuir oportunamente e de caráter reservado. Ainda de acordo com a citada Instrução Particular, cumulativamente com o comando da 8ª Região Militar, exercerei o “Comando Geral” das forças do Exército e da Marinha que constituirão tal destacamento em operações.<sup>137</sup>

A seguir, o general passou a falar sobre as forças da Marinha. Afirmou ter realizado uma reunião com o comandante da Flotilha do Amazonas na época, capitão de mar e guerra Ápio Torquato Fernandes do Couto, e o seu substituto, capitão de fragata Alberto de Lemos Basto<sup>138</sup>, que assumiria em breve o comando da flotilha. Nesta reunião, apresentou a

<sup>137</sup> BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Pasta 4. Acervo Questão Letícia.

<sup>138</sup> BASTO, Alberto de Lemos (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (orgs.) Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Alberto de Lemos Basto nasceu em Londres, na Inglaterra, no dia 8 de setembro de 1881, filho de Inocêncio de Lemos Basto e Lina Ferreira de Lemos Basto. Ingressou na Escola Naval como aspirante a guarda-marinha em janeiro de 1898. Após concluir o curso, foi promovido a segundo-tenente em abril de 1902 e a primeiro-tenente em setembro do ano seguinte. Fez o curso de minas e torpedos da Escola de Defesa Submarina em 1908. Capitão-tenente em fevereiro de 1911, fez o curso de submersíveis da Escola de Submarinos em 1917, sendo promovido a capitão de corveta em setembro de 1921. Três anos depois, fez o curso da Escola Naval de Guerra. Em maio de 1931, passou a capitão de fragata. No início de 1933 foi designado para comandar a força naval cuja missão era garantir a soberania brasileira na região fronteira com o Peru e a Colômbia, países envolvidos em disputa pelo território de Letícia. No mês de março, a Liga das Nações, visando a que o conflito não tomasse maiores proporções, propôs aos países beligerantes a formação de uma comissão sob sua égide que ficasse incumbida de administrar Letícia pelo prazo de um ano. Aceita a proposta, Lemos Basto foi o representante brasileiro na comissão, integrada ainda por um norte-americano e um espanhol.

publicação de suas ordens, na tentativa de impor a sua vontade aos comandantes das forças navais presentes na região da fronteira. No entanto, ao analisar o documento vemos que tratava-se de instrução interna do Exército, não existindo nada que submetesse a Marinha a aceitação das mesmas.

Ápio Torquato, comandante substituído, não se opôs as ordens do general, mas disse que iria consultar o Ministério da Marinha a respeito das mesmas, tendo em vista não ter recebido nenhuma determinação a respeito até o momento. Já Lemos Basto, comandante substituto, segundo o general:

Afirmou não haver necessidade nem justificativas de ordem tática para a incorporação da Flotilha ao Destacamento; que haveria trabalho em harmonia, mas sem a necessidade dessa dependência que nunca se fez e que poderia trazer desagradados. Criou vários casos de possível contenda ou desinteligência nos diferentes agrupamentos de que trata o EME na Instrução nº1.

A afirmativa do oficial aumentou o nível de tensão existente entre ele e o general. Posteriormente, o general recebeu de Ápio Torquato a resposta da Marinha ao seu questionamento:

Levo ao alto conhecimento de V. Excia haver recebido de S. Excia o Senhor Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, o telegrama abaixo transcrito. Força naval constituída divisão naval e flotilha ficará subordinada General Comandante Região somente nas operações combinadas e nunca administrativamente. No local operações, comando força compete ao oficial de mar ou terra mais antigo presente. Na execução operações efetuadas navios a direção caberá comandante navio ou força naval sob a orientação comandante Região ou oficial mais antigo presente.

O general não se conteve diante dos fatos apresentados. Sobre Lemos Basto, assim disse ao Ministro da Guerra:

Aliás, Sr Ministro, estou seguramente informado de que este Oficial da Marinha, ao qual me ligaram sempre as mais cordeais relações, não quis reconhecer a autoridade do então Cmt. da Região quando foi dos acontecimentos de Óbidos em Agosto do ano findo. Foi necessário lembrar e reiterar-lhe as ordens do Governo sobre a ação coordenadora contra os rebeldes, dirigida pelo então comandante da Região. Também não foi um elemento conciliador, segundo estou informado, na combinação de medidas a tomar contra os mesmos rebeldes com o Cmt. do 27º BC, pela alegação de

prerrogativas e competências, que não desejou reconhecer em colegas seus do Exército.<sup>139</sup>

Por último, a respeito de Lemos Basto, o general afirmou que tal oficial, finda a reunião, “já não tinha a menor dúvida da firmeza deste comando em fazer cumprir as instruções recebidas, com ou sem forças da Marinha, sem sua pessoa ou mesmo com ela no comando da Flotilha. Tais fatos marcam as múltiplas tensões existentes já no começo do emprego das tropas entre o general Almério de Moura e o capitão de fragata Lemos Basto, comandante da principal força naval presente na região da fronteira, fundamental para as operações ribeirinhas<sup>140</sup> que seriam desenvolvidas pela Força de Ocupação e Observação.

O general Almério de Moura mostrou-se, no presente relatório, contrário as embarcações designadas até aquele momento para compor o destacamento. Segundo ele, “era seu dever de general Cmt em chefe e patriota chamar a atenção para a desnecessidade de grandes e numerosas formações navais a disposição do destacamento”. Para o general essas embarcações eram muito dispendiosas. Seria melhor designar pequenas embarcações, ou no máximo, os pequenos e velozes “destroyers” da Marinha, mais adequados e utilizáveis, do que os cruzadores e o couraçado “Floriano”.

Em meio às rugas com as forças navais, o general fez uma comunicação para o Ministro da Guerra se queixando sobre a notícia que estavam propalando sobre a vinda de uma Divisão Naval para a operação. Nessa comunicação disse julgar a medida inteiramente dispensável e antipatriótica pelos gastos que traria. Comentou ainda ter recebido a informação de que um vice-almirante iria junto para assumir as forças navais. Nesse ponto afirmou no documento que a medida afetaria seus brios de general do Exército e de cidadão, obrigando-o a deixar imediatamente o comando da região. Por último, solicitou ao Ministro da Guerra que interviesse para evitar que tais medidas fossem tomadas.

Sobre a organização dos Serviços, o general pontuou que o de Intendência e Saúde estavam em vias de estabelecimento. Sobre o primeiro informou que lutava com dificuldade para vencer o principal desafio: a falta de oficiais. Só dispunha do chefe, um Major intendente de Guerra, interinamente no exercício das funções. Dizia que este oficial estava estudando a

---

<sup>139</sup> BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Pasta 4. Acervo Questão Letícia.

<sup>140</sup> MARQUES, Adriana Aparecida. *Concepções de Defesa Nacional no Brasil: 1950-1996*, Campinas: Unicamp, 2001 p. 152. No entendimento da Marinha brasileira, as operações ribeirinhas são as ações realizadas nas calhas navegáveis com a finalidade de manter um eficaz controle de hidrovias e das áreas terrestres em suas margens, absolutamente necessárias à segurança da navegação dos navios em ação. São conduzidas em um teatro de operações não-marítimo, ou seja, são realizadas por forças navais em proveito da campanha de outros comandos. Elas podem ser singulares ou combinadas. No caso da Amazônia, o teatro de operações é terrestre, portanto as operações ribeirinhas são realizadas, na maioria das vezes, em proveito da campanha do Exército.

organização do seu serviço aguardando que lhe fossem dados pessoal e material. Conclui dizendo que, além disso, “nada mais existe”.

Já o Serviço de Saúde foi apresentado em melhores condições que o de Intendência. Segundo o general, tinha muita importância, pois as operações desenvolviam-se numa região repleta de males endêmicos e no pior período do ano, o “inverno amazônico”, época da cheia dos rios. Pontuou que a transferência de feridos e doentes entre Tabatinga e Manaus levava de 10 a 13 dias em linha regular. Concluiu dizendo que chegou a Manaus numerosa missão médica com aparelhagem suficiente para iniciar o apoio às operações.

O Comandante da 8ª Região Militar estava mais preocupado com as doenças tropicais do que com os combates, no que diz respeito ao apoio de saúde. Segundo ele, “o beri-beri, o mal amarílico, o impaludismo e a ancilostomíase fazem mais vítimas que jamais fariam as lutas a travar”. Terminou informando que a organização e instalação das formações sanitárias estavam em estudo e que logo informaria o EME a respeito.

A respeito dos outros Serviços (Material Bélico, Engenharia e Veterinária) o general relatou que achavam-se aguardando recursos em pessoal e material de toda a espécie para poderem iniciar suas atividades e prestarem os serviços que lhes competiam à tropa. De tal modo que, mesmo diante da emissão dos ofícios do EME para as diversas diretorias do Exército determinando o apoio, conforme visto acima, muito pouco havia se materializado no terreno efetivamente.

A falta de pessoal era um problema recorrente em todos os setores da Força de Ocupação e Observação. No que diz respeito ao funcionamento do Estado-Maior da 8ª RM, o general Almério pontuou que funcionava somente com um oficial diplomado e que exercia todas as funções, desde a sua chefia. Cabe ressaltar que a primeira medida planejada pelo EME era de, exatamente, nomear o comandante da região e completar o seu Estado-Maior, o que não se concretizara até o momento.

É importante comparar o relatório apresentado pelo general Almério com o planejamento emitido pelo EME. Segundo Verón, o ato mesmo de analisar um texto já introduz algum tipo de dialogismo, pois não é possível fazê-lo olhando somente para o texto em si, é necessário compará-lo com outras fontes.<sup>141</sup> Neste sentido, ao analisarmos os planejamentos e documentos do EME, encontramos documentos oficiais do Exército que passaram por filtros e raramente permitem a observação dos problemas internos da força naquele momento. Assim, o relatório do general Almério, embora tenha sido escrito por uma

---

<sup>141</sup> VERÓN, Eliseo. A produção do sentido. São Paulo: Cultrix, 1980.

autoridade militar, permite estabelecermos um relativo dialogismo das fontes, a partir do momento em que traz sons polifônicos, diferentes daqueles emitidos pelos órgãos de planejamento.

Nesse sentido, a falta de pessoal nas unidades de fronteira era uma característica do Exército na época do conflito. Tal fato refletia as condições do próprio Estado brasileiro. Cabe lembrar que a capital do país no momento era o Rio de Janeiro, cidade litorânea, e que a transferência para Brasília só se daria na década de 1960. Assim, o interior do Brasil e particularmente suas fronteiras estavam muito mais ligadas a ideia de Sertões de Euclides da Cunha do que ao moderno conceito de cidades gêmeas nas quais há uma convivência entre povos de países diferentes e culturas diferentes, integrados pela proximidade na zona de fronteira.

A própria política de pessoal do Exército no período, tratava as unidades de fronteira como verdadeiros coutos<sup>142</sup> para onde eram enviados aqueles que tivessem cometido alguma transgressão dentro da força. Na atualidade, há anos o Exército não tem problemas com a transferência de pessoal para as unidades de fronteira fruto de uma política de incentivos baseada principalmente em ajuda financeira. Hoje um militar transferido para a fronteira recebe, como indenização para ir e voltar, valores que correspondem a um ano de salário. Como o assunto não é alvo deste trabalho, acreditamos que seria interessante um estudo histórico sobre o tema, visando identificar em que momento estas políticas foram implementadas, seu impacto na ocupação das fronteiras brasileiras, as modificações que causaram dentro da própria visão dos militares e das famílias sobre a fronteira, dentre outros aspectos.

O general prosseguiu seu relato falando sobre a falta de informações sobre a área de operações. Segundo ele, em nenhuma carta distribuída pelo EME para a 8ª RM constava o que eram o rio Solimões e seus afluentes no Teatro de Operações, particularmente na época da cheia que estavam vivendo. Afirmou que estava fazendo os estudos e planejamentos com o seu único oficial de Estado-Maior e que conseguiram obter diversas cartas topográficas da

---

<sup>142</sup> COSTA, Thaís Tanure de Oliveira. “Nas terras remotas o diabo anda solto”: degredo, inquisição e escravidão no mundo atlântico português (séculos XVI a XVIII). 2018, 229 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2018. p. 34. Os coutos eram locais onde os criminosos podiam buscar abrigo, ficando livres de punição pela Justiça real ou pela vingança da família da vítima na Idade média portuguesa. Além de servirem de abrigo aos criminosos que lá se encontravam isentos da jurisdição régia, serviram também ao propósito da Coroa Portuguesa de aumentar o povoamento e a defesa. Quando da instituição de Miranda do Douro como couto, a justificativa apresentada foi para sua “melhor defesa”. Penamacor, através de seu conselho, pediu ao rei que, para ser “melhor povoada”, seja tornada couto, já que a vila está em lugar de fronteira e que havia aí pouca gente. Em Arronches, o argumento apresentado em 1385 é similar, pois a vila estaria minguada de gentes. Com a expansão ultramarina, os espaços coloniais também foram eleitos locais de acoutamento.

região na Comissão de Limites do Setor Oeste e de navegação para todo o Rio Amazonas na *Amazon River Steamship Company*.

Havia uma dificuldade enorme gerada pela desatualização das cartas topográficas. Segundo Almério, a obtenção de informações precisas sobre o Amazonas, seus igarapés, furos e paranás era difícil, pois acidentes topográficos atuais não existiam a 2 ou 3 anos, tendo desaparecido outros até então existentes. Pontos que apareciam nos mapas mais conhecidos e que indicavam vilas, povoados ou simples localidades, naquele momento não passavam de uma costureira parada dos navios, com um simples rancho, outros com duas ou três moradias sem recursos de espécie alguma. Eram antes de tudo, focos de impudismo espalhados pelo rio a dentro.

O general pontuou que seria muito difícil para o EME executar o planejamento das operações estando tão distante da zona do conflito. Ressaltou que poderiam ser expedidas linhas gerais de atuação e que tudo faria para dar cumprimento a todas as ordens recebidas, embora as operações pudessem tomar aspectos diferentes dos inicialmente planejados. Desta forma, tentou demonstrar que as operações se dariam de forma descentralizada, há muitos quilômetros dos órgãos de comando e controle, nas quais seria primordial contar com a iniciativa e disciplina das tropas empregadas.

Outro aspecto explorado foi a falta de oficiais designados para o Estado-Maior da região. Novamente o general pediu respostas as suas reiteradas solicitações ao chefe do EME de designação de oficiais já que o único oficial com o qual contava precisava se encarregar do expediente do QG numa fase de mudança e instalação em uma cidade completamente diferente, bem como receber, distribuir e alojar as tropas que chegavam em Manaus designadas para a operação.

Teceu mais detalhes sobre a situação do efetivo de oficiais da tropa que estava recebendo em Manaus. Segundo ele, a situação da tropa era completamente desoladora. Não havia capitães nos corpos de tropa. Narrou que a 8ª RM possuía naquele momento apenas 4 capitães, entre Estado-Maior e tropa. Havia batalhões com um único oficial de carreira, sendo os demais tenentes comissionados: o 25º BC possuía como comandante um coronel e como subcomandante um 1º Tenente.

Como último aspecto do seu relatório e de não menos importância, o general Almério destacou as providências orçamentárias adotadas pela Força de Ocupação e Observação. Neste aspecto cabe ressaltar a diferença que há entre as medidas logísticas adotadas hoje pelas Forças Armadas do Brasil e a existente a época. No relatório o general afirmou a Delegacia

Fiscal do Tesouro Nacional, no Estado do Amazonas deveria ser autorizada a atender as necessidades de recursos das tropas. Tal órgão não existe mais na estrutura financeira do governo federal. Os recursos são repassados diretamente dos órgãos gestores do próprio Exército para as unidades. O general falou também da Caixa Geral de Economia de Guerra para onde deveriam ser recolhidos os recursos não utilizados pelas unidades.

A parte relativa aos recursos financeiros destinados a cobrir as operações estava dividida em duas. Uma destinada a cobrir os custos com a própria operação, deslocamento de tropas, alojamento, alimentação, fardamento, etc. Já a outra parte, era destinada ao pagamento de pessoal, tendo em vista que, a época, esta atividade era desempenhada pelas próprias unidades, diferentemente do que ocorre atualmente. Hoje essa atividade é realizada pelo Centro de Pagamento do Exército e pela Pagadoria de Pessoal da Marinha. Por último, o general concluiu seu relatório determinando que fossem concedidas aos oficiais e praças empregados na Força de Ocupação e Observação, as mesmas vantagens pagas as tropas que combateram o movimento rebelde em São Paulo.

Desta forma, claro está que havia um hiato enorme entre o planejado e determinado no Rio de Janeiro, então capital federal, onde estavam instalados os principais órgãos de direção e controle do Exército e o efetivamente realizado na zona do conflito. Procuramos, com isso, demonstrar que tal estado de coisas potencializou as tensões e problemas iniciais ocorridos na constituição da Força de Ocupação e Observação, gerando disputas e situações de difícil solução, principalmente para os que compunham as tropas mobilizadas.

### **Capítulo III - Combate e diplomacia na Tríplice Fronteira**

O objetivo deste capítulo é analisar as hostilidades ocorridas entre Peru e Colômbia e a forma como o Brasil empregou suas tropas para ocupar e vigiar os rios da região Amazônica. Mostraremos como se deu o conflito entre o Peru e a Colômbia, o deslocamento das tropas peruanas, colombianas e brasileiras e as negociações diplomáticas para se chegar ao acordo de 25 de maio de 1933, negociado com a mediação da Liga das Nações. Cabe salientar que após a entrega de Letícia a Comissão Administradora e a retirada das tropas peruanas da região, a Colômbia aceitou retomar as discussões com o Peru acerca do estabelecimento da paz na região de fronteira entre ambos os países. Tais negociações se dariam sob a égide da Liga das Nações, no Rio de Janeiro e com a intermediação do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Afrânio de Mello Franco. Assim, analisaremos também como se deram as negociações diplomáticas no Rio de Janeiro e as disputas militares na zona de Letícia até a celebração do Protocolo de Amizade e Cooperação entre Peru e Colômbia em 24 de maio de 1934.

#### **3.1 A iminência dos combates**

No início do ano de 1933 a zona do conflito foi sacudida pela notícia de que a flotilha colombiana chegara a foz do Amazonas e rumava para Letícia. No dia 17 de janeiro, chegou a informação de que ela já estava em Manaus, de onde zarparia com destino a Tefé. A Liga das Nações, ao tomar conhecimento do fato, interpelou os governos da Colômbia e do Peru. O primeiro respondeu sustentando a “tese da questão interna”. Já o segundo alegou que a chegada da flotilha inimiga constituía ato de agressão. Para o Brasil, aquelas atividades bélicas junto à nossa fronteira representavam grande risco de nos envolver no conflito. Desta forma, deveríamos, a qualquer preço, manter nossa neutralidade.

Ao romper a Grande Guerra, foram estabelecidas regras gerais e permanentes de neutralidade a serem observadas em todo o território brasileiro. Mas a guerra colombo-peruana criou novas situações não previstas no ordenamento jurídico adotado em 1914. Os conflitos em Letícia aconteceram principalmente nos rios, e os problemas delicados de neutralidade fluvial não eram objeto das normas consagradas. Foi imperioso, assim, que se estabelecessem regras especiais, aplicáveis diretamente ao conflito colombo-peruano. O Itamarati, em Aviso de 11 de janeiro de 1933, ao Ministério da Guerra, e este, a 20 de

fevereiro, a título de instruções enviadas ao Comando da 8ª Região Militar, fixaram as normas que, obedecidas, manteriam nossa neutralidade. As determinações que interessavam a Força de Ocupação e Observação eram as seguintes:<sup>143</sup>

- 1) Navios de guerra ou de transporte dos beligerantes poderiam navegar pelas águas fluviais brasileiras, em obediência aos tratados de livre navegação existentes, mas o Brasil poderia limitar o seu número;
- 2) As belonaves estrangeiras não poderiam engajar-se em operações de guerra, apresar unidades inimigas, nem reforçar sua capacidade militar;
- 3) Navios pertencentes aos beligerantes só poderiam permanecer em águas brasileiras por 24 horas e abastecer-se apenas dos elementos essenciais à sua segurança ou para alcançarem águas nacionais;
- 4) Em caso de desobediência a essas regras, as unidades beligerantes envolvidas seriam internadas, inclusive suas guarnições;
- 5) Navios colombianos que chegassem ao teatro de operações através de águas brasileiras não poderiam por elas passar novamente para reinvestirem contra posições inimigas (porque nesse caso estariam utilizando território brasileiro para objetivos de guerra).

Durante o mês de janeiro foram feitas diversas tentativas diplomáticas para resolver a questão. Notas, despachos, memorandos e telegramas se sucederam, trocados entre as chancelarias latino-americanas, com a posição brasileira defendida pelo nosso Ministro das Relações Exteriores. No entanto, não houve um entendimento satisfatório por parte dos beligerantes. O jornal *O Correio da Manhã*, no dia 5 de janeiro de 1933, publicou a ida do agora general Sanchez Serro, presidente do Peru para Iquitos e a chegada à cidade do ministro da Guerra peruano, que inspecionaria as guarnições militares da região. O jornal publicou também as negociações entre o ministro do Exterior argentino Saavedra Lamas<sup>144</sup> e o representante do governo peruano, Sr Barrada Laos no sentido de ser buscada a via diplomática para a resolução do conflito e a aceitação pelos beligerantes da mediação de alguma nação sul-americana. No entanto, a aprovação, pela assembleia constituinte peruana,

---

<sup>143</sup> BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Pasta 1. Acervo Questão Letícia.

<sup>144</sup> LAMAS, Carlos Saavedra. In *Encyclopedia Britannica Web*, 2020. Disponível em: < <https://www.britannica.com/biography/Carlos-Saavedra-Lamas>>. Acesso em: 20 de jul. 2020. CARLOS Saavedra Lamas nasceu em 1 de novembro de 1878. Jurista, foi Ministro das Relações Exteriores da Argentina no período de 1932 a 1938. Em 1936 recebeu o Prêmio Nobel da Paz por seu papel nas negociações do armistício para por fim a Guerra do Chaco (1932-1935), conflito entre a Bolívia e o Paraguai pela parte norte da região do Gran Chaco e, especialmente, por seus poços de petróleo. Faleceu em Buenos Aires em 5 de maio de 1959.

de uma moção aprovando todos os atos da Chancelaria e as providências adotadas pelos ministros da Guerra, Marinha e Fazenda, repercutiu como um indício de que o incidente entre a Colômbia e o Peru atingiu situação crítica, que provavelmente resultaria na declaração de guerra entre os dois países.

Após diversas reuniões e debates diplomáticos em torno do conflito, no dia 7 de janeiro de 1933 *O Correio da Manhã* noticiou que o conflito de Letícia seria resolvido no Brasil. Os representantes diplomáticos dos governos da Colômbia e do Peru presentes em Washington, concordaram que o litígio de Letícia fosse estudado no Rio de Janeiro. No entanto, a mobilização de tropas e a aquisição de material prosseguiram.

Os órgãos do governo brasileiro continuavam monitorando os acontecimentos. O ofício enviado pelo Ministério das Relações Exteriores ao Exército no dia 10 de janeiro de 1933, encontrado na documentação analisada em nossa pesquisa, serve para entendermos como se dava a chegada de material bélico para a zona do conflito. O documento trata do trânsito pelo Brasil de armas para o Peru:

Tenho a honra de acusar recebimento do aviso nº 2, de 6 do corrente, no qual Vossa Excelência consulta este Ministério sobre a permissão de embarque, em Liverpool, com transbordo em Belém ou Manaus para navios da *Amazon River Navigation*, de quatrocentas toneladas de armas e munições, destinadas a cidade de Iquitos, no Perú.

Em resposta, cabe-me levar a seu conhecimento que este Ministério nada tem a opor no embarque do referido armamento.<sup>145</sup>

O documento demonstra o volume de material bélico adquirido pelo Peru junto à Inglaterra. Deixa claro também o papel dos portos brasileiros no apoio aos países beligerantes. Havia a necessidade de transpor as cargas que chegavam aos grandes portos da região, Belém e Manaus, a bordo de navios cargueiros transoceânicos, para embarcações menores que pudessem adentrar os rios da região e alcançar, não só a zona de conflito como também as diversas localidades nas quais os rios e portos menores.

Outro ponto elucidado pelo documento diz respeito ao papel das instituições quanto às autorizações para trânsito de cargas nos rios brasileiros. Conforme vimos, cabia ao Ministério das Relações Exteriores autorizar e as Forças Armadas, basicamente, o papel de fiscalizar as embarcações que se destinavam aos países em conflito. Outro problema vislumbrado a partir da análise do texto acima, diz respeito ao tempo de permanência das embarcações nos portos

---

<sup>145</sup> BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Pasta 4. Acervo Questão Letícia.

brasileiros, tendo em vista que a transposição de um volume de cargas tão alto levaria alguns dias para ser feita.

O jornal *O Correio da Manhã* publicou em 12 de janeiro de 1933 a chegada em Manaus do navio “Floriano” que estava há 34 dias na fronteira. Regressou para esta cidade a fim de reabastecer-se de víveres e combustível e de fazer a passagem de comando do Capitão Ápio Couto para o Capitão Lemos Basto. Ao falar sobre suas impressões sobre a zona de conflito, Ápio Couto relatou que para ele os peruanos preferiam que o território em litígio fosse policiado pelo Brasil e não pelos colombianos. Estes, entretanto, se mostraram cortezes, amáveis e confiantes em que fosse respeitado o Tratado salomón-Lozano. Não havia, segundo o relato do oficial, qualquer sinal de hostilidades por parte das nações beligerantes às tropas brasileiras presentes na região da fronteira.<sup>146</sup>

O general colombiano Vasquez Cobo recebeu ordens de seguir com as forças navais daquele país, estacionadas em Belém, para a região de Letícia em 15 de janeiro. Estas forças eram compostas pelas canhoneiras e transportes “Pechincha”, “Mosquero”, “Boyacá”, “Cordoba”, “Bogotá”, “Barranquilla” e “Mariscal Sucre”. A notícia do jornal narrou ainda que havia uma divisão aérea peruana estacionada em Iquitos, em condições de fazer face as forças colombianas. Relatou que o governo peruano ordenou a construção de várias estradas estratégicas para a organização da defesa de Letícia. Também noticiou a constituição de vários corpos provisórios de voluntários em Iquitos e noutras cidades, além da mobilização de mulheres para servir na organização dos serviços da Cruz Vermelha e nas confecções que produziam roupas e agasalhos para as tropas peruanas.<sup>147</sup>

A 17 de janeiro publicou que passageiros chegados a Manaus vindos da fronteira, relataram que os peruanos se preparam com grande cuidado para a defesa de Letícia. A fronteira estava guarnecida com cerca de mil homens, para mais, e a cidade dormia as escuras. Em Iquitos permaneciam de prontidão oito aviões de bombardeio, de vários tipos. Acrescentaram que os peruanos estavam dispostos a luta, desenvolvendo grande atividade bélica em todo o departamento de Loreto. O general Vasquez recebeu em Manaus telegrama do general Victor Ramos, comandante da quinta divisão peruana, sediada em Iquitos, dizendo que estranhava o avanço das tropas colombianas em direção à fronteira, tendo em vista que a Colômbia pleiteava uma solução pacífica, e que impediria o acesso destas forças a Letícia.

A comunicação ganhou grande peso quando o cônsul do Peru em Manaus informou ao comandante colombiano que o General Ramos falava em nome do governo peruano. Outra

---

<sup>146</sup> DISSÍDIO Colombo-peruano. *O Correio da Manhã*, n.11.689, Rio de Janeiro, 12 jan. 1933, p.1.

<sup>147</sup> DISSÍDIO Colombo-peruano. *O Correio da Manhã*, n.11.692, Rio de Janeiro, 15 jan. 1933, p.1.

informação importante era a de que três embarcações da Marinha brasileira já se encontravam em Manaus prontas para seguir para a zona de Letícia. Estes navios foram incorporados a flotilha, sob o comando do capitão de mar e guerra Lemos Basto.<sup>148</sup> 11693 p. 1

A medida que as tensões na zona de fronteira aumentam, as menções no jornal também cresceram. Publicações diárias dão conta do deslocamento de tropas e do aumento das hostilidades. No dia 18 foi publicado que o Peru adotou diversas providências de caráter militar para tentar frustrar qualquer tentativa colombiana de retomada do território. Para isso, reforçou a defesa na região do Putumayo, tendo o ministro da Guerra se encarregado pessoalmente de vistoriar as posições. Outra notícia deu conta de que as forças colombianas partiram de Manaus para a região de Letícia, do Putumayo e de Iquitos. Seriam auxiliados por uma esquadrilha de bombardeio e teriam o objetivo de impedir que Letícia recebesse reforços vindos de outras regiões do Peru e de Iquitos. Com relação às tropas brasileiras, noticiou a partida para Tabatinga do navio fluvial “Alegria”, transformado em “aviso” e armado com quatro canhões 75.

Diante de tal cenário, o EME, depois de consultar o chefe do Governo Provisório e o Ministério das Relações Exteriores, através de documentos que constam do acervo pesquisado, baixou a Instrução Particular nº 2. Para o Estado-Maior do Exército, o acúmulo de forças da Colômbia e do Peru nas proximidades da região litigiosa da fronteira ou em marcha para ela, a natureza dessas forças, a situação do ponto de maior importância no momento sobre a questão em apreço, a cidade de Letícia e a natureza do terreno da região, faziam prever a possibilidade iminente de, no mínimo, uma infração à nossa soberania e neutralidade estabelecida pelo Governo. Assim, claro está que a pretensão do EME com tal medida era evitar a utilização do território brasileiro como base de operações pelos países beligerantes.

A Instrução previa que a conduta da Força de Ocupação e Observação devia se pautar pela observação de princípios, hoje chamados de regras de engajamento, baseadas em três hipóteses. A primeira delas se dava a partir de quando forças navais, terrestres ou aéreas peruanas e colombianas entrassem em combate em território brasileiro. Diante disso, o comandante de nossas forças deveria empregar todos os meios ao seu alcance junto aos chefes beligerantes para que cessassem a luta e se retirassem do nosso território. Caso isso não acontecesse, deveria empregar a força para compeli-los a cumprir o determinado pelo Estado brasileiro, detendo os que desobedecerem, desarmando-os e internando-os em campos apropriados.

---

<sup>148</sup> DISSÍDIO Colombo-peruano. *O Correio da Manhã*, n.11.693, Rio de Janeiro, 16 jan. 1933, p.1.

A segunda hipótese de emprego se dava quando aviões peruanos ou colombianos sobrevoassem pontos da fronteira visivelmente no interior do nosso território. Em tal hipótese os aviões deveriam ser intimados a se dirigir para fora da linha da fronteira. Não sendo a intimação obedecida, seriam intimados a aterrar ou abatidos se ainda se recusassem a obedecer. A terceira hipótese dizia respeito a entrada no nosso território de forças colombianas ou peruanas pedindo asilo. Nesse caso, tais forças deveriam ser desarmadas e internadas.

No que diz respeito ao trânsito de embarcações, a Instrução Particular previa que os navios pertencentes ou não aos países em conflito tinham livre trânsito nos rios brasileiros que conduzem aos respectivos territórios, ainda que conduzam tropas ou munições de guerra a eles destinadas. Não lhes será, porém, prestado qualquer auxílio, salvo quanto a socorro em casos de calamidade a bordo (moléstia, incêndio, naufrágio). A demora de tais navios, quando estrangeiros, em nossos portos, não deverá exceder de 24 horas, sem licença especial, a qual só será concedida pelo comandante da Região se for provada a absoluta necessidade para a respectiva navegação.<sup>149</sup>

No entanto, a última parte da Instrução Particular nº 2 contrariava disposições já fixadas na nº1, no que diz respeito ao trânsito de embarcações de países estrangeiros e dos países beligerantes, que deveriam ter tratamento diferenciado. Diante disso, o EME determinou que fossem seguidas as orientações previstas na última determinação, exceto quanto aos navios de guerra, já que as negociações diplomáticas apontavam para uma solução pacífica do conflito.

O Exército brasileiro, através do EME e dos consulados e representações presentes nas diversas cidades dos países beligerantes, permaneceu monitorando o deslocamento de tropas, a aquisição de material bélico e seu respectivo deslocamento para a zona do conflito. Por meio de documento constante do acervo documental analisado, verificamos que em 19 de janeiro de 1933, o órgão recebeu a informação de Iquitos, Peru, de que havia chegado àquela cidade material de guerra destinado as forças peruanas estacionadas na zona do conflito.

A 24 de janeiro *O Correio da Manhã* noticiou que segundo a opinião corrente nas rodas diplomáticas, desde que o governo colombiano não se demovesse de sua atitude em relação à expedição militar comandada por Vasques Cobo enviada para expulsar os peruanos de Letícia, seria inevitável a ruptura das relações diplomáticas e o início das agressões entre os dois países. Publicou também que o governo colombiano, ao mesmo tempo em que

---

<sup>149</sup> BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Pasta 4. Acervo Questão Letícia.

autorizou o deslocamento de suas tropas em direção a fronteira, enviou carta a Liga das Nações reafirmando seu ponto de vista pacifista e a intenção de limitar-se aos restabelecimentos da plenitude de seus direitos, determinados por tratados públicos, conforme se manifestou a chancelaria do Brasil. Por último, dava conta de que os navios colombianos passaram por Tefé e se deslocavam para Letícia após serem reabastecidos nesse porto.<sup>150</sup>

Tal fato já vinha sendo monitorado pelos órgãos militares e diplomáticos brasileiros. Em ofício remetido ao Ministro da Guerra, general Espírito Santo Cardoso, o Ministro das Relações Exteriores, Afrânio de Mello Franco, informou que tinha acabado de expedir um aviso confidencial para o Ministério dos Negócios da Marinha, no qual solicitou o envio urgente de instruções às autoridades navais do Amazonas para que estabelecessem rigorosa vigilância sobre os navios colombianos que partiram de Manaus com destino a fronteira do Peru, e dos navios peruanos e colombianos que viessem a partir com o mesmo destino. Tal medida tinha como objetivo determinar com exatidão no caso de uma agressão, quem foi o responsável por iniciar as hostilidades e se essas embarcações se encontravam dentro do território brasileiro ou em nossas águas territoriais.

Verificamos, no caso analisado, que se trata de uma missão típica de vigilância. Caberia as forças brasileiras vigiar não só as embarcações estrangeiras, como também as fronteiras, rios e territórios. Para definir missão de vigilância, utilizaremos o conceito presente no manual do Exército Infantaria nas Operações. Segundo o manual, as ações de vigilância são conduzidas com o propósito de detectar, registrar e informar o ocorrido em determinado setor de observação. Desta forma, constituem uma das principais formas para a identificação e localização de alvos e monitoramento de atividades do oponente.<sup>151</sup>

A presença da flotilha colombiana em águas brasileiras fez crescer as tensões entre o Brasil e o Peru. Podemos constatar tal fato a partir de carta enviada pelo Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Peru ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil que consta do acervo do Exército. Nela o representante peruano cobrou do governo brasileiro o compromisso de não permitir que a flotilha colombiana realizasse disparos contra posições peruanas a partir das águas territoriais brasileiras. Alegou que tais disparos obrigariam os peruanos a responder com tiros, que viriam a atingir o território brasileiro.

No mesmo documento, o representante peruano afirmou que a flotilha havia saído de Manaus em direção a Tabatinga não obstante as solicitações em contrário do governo

---

<sup>150</sup> DISSÍDIO Colombo-peruano. *O Correio da Manhã*, n.11.699, Rio de Janeiro, 24 jan. 1933, p.1.

<sup>151</sup> MINISTÉRIO DA DEFESA. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. EB70-MC-10.228 – A Infantaria nas Operações, 1ª Ed. [Brasília]: EGGCF, 2018.

brasileiro. Tal afirmação obrigou o Ministério das Relações Exteriores a se posicionar. Segundo Afrânio de Mello Franco, o documento dava a entender que o governo brasileiro não tinha como assumir compromissos a respeito de fatos atentem contra a sua própria soberania. Disse também que o representante peruano estava equivocado, pois o Brasil não se ofereceu, nem muito menos se comprometeu, a obter da Colômbia a permanência por tempo indeterminado da flotilha em Manaus, pois essa se dirigia para o seu próprio território.

O representante brasileiro pontuou que o Brasil havia pedido a flotilha colombiana que aguardasse as negociações em torno da aceitação, por parte do Peru, das demandas colombianas. Conseguiu que a flotilha permanecesse em Manaus por alguns dias. No entanto, frente a indefinição peruana, o representante colombiano no Rio de Janeiro informou que, por motivos dignos de consideração, ordenou o prosseguimento da viagem dos navios, acrescentando que poderiam retroceder de qualquer outro ponto, desde que se tornasse desnecessária a sua missão de restabelecer a ordem em seu território.<sup>152</sup>

A 1ª Divisão Naval fundeou em Belém em 26 de janeiro de 1933 onde permaneceu pronta para apoiar a flotilha, que se achava desfalcada das Canhoneiras Missões e Ajuricaba, praticamente imprestáveis. Por determinação do ministro da Marinha, foi incorporado à divisão o navio “Rio Branco”, ex-Ruth<sup>153</sup>, que se achava atracado no porto da capital paraense, desde que chegou dos Estados Unidos e foi apreendido. Essa unidade recebeu o necessário armamento e guarnição brasileira. A embarcação foi apreendida quando se dirigia para São Paulo, adquirida que fora pelos rebeldes constitucionistas.<sup>154</sup>

O movimento de embarcações colombianas para a zona do conflito continuava, apesar dos apelos no campo diplomático para que cessassem. No dia 27 de janeiro a canhoneira colombiana “Barranquilha” que se encontrava em Manaus havia dois dias, terminou seu abastecimento de víveres e combustível e partiu para a zona fronteira. Tratava-se de um navio de guerra de oitenta e sete toneladas que foi construído na Inglaterra. Apresentava

---

<sup>152</sup> BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Pasta 4. Acervo Questão Letícia.

<sup>153</sup> O navio foi adquirido de uma firma norte-americana pelos revolucionários paulistas, durante o movimento que agitou aquele Estado, de julho a outubro de 1932. Os emissários de São Paulo, depois de realizar a aquisição do navio, armaram-no e o carregaram de armas e munições, que deveriam ser desembarcadas em Santos, depois de ser tentado o rompimento do bloqueio exercido sobre aquele porto, pelas forças navais do governo federal. Como era preciso batizar o navio, foi escolhido o nome da esposa de um dos emissários, o Dr. Manoel Ferreira, filho de ilustre família e cunhado do major aviador Ivo Borges, que lutou ao lado dos paulistas integrando a aviação. A embarcação foi entregue ao cônsul geral do Brasil em Nova York, Sr. Sebastião Sampaio, depois de ter sido aprisionada ainda em águas americanas. CHEGA hoje ao Pará a 1ª Divisão Naval. *O Correio da Manhã*, n.11.702, Rio de Janeiro, 27 jan. 1933, p.1.

<sup>154</sup> DISSÍDIO Colombo-peruano. *O Correio da Manhã*, n.11.702, Rio de Janeiro, 27 jan. 1933, p.1.

excelentes condições e boa navegabilidade. Além disso, era movido a óleo, e estava armado com seis canhões.<sup>155</sup>

No dia 30 de janeiro, o general Almério informou que a embarcação brasileira “Alegria”, destacada para operar no Rio Solimões, encontrou a canhoneira peruana “América” na foz do Rio Içá. Informou ter recebido uma denúncia, segundo a qual a embarcação estaria ali há vários dias fazendo sondagens durante a noite com luzes apagadas e parada durante o dia, a fim de não ser localizada. Quando intimada, a canhoneira retrocedeu Rio Içá acima. Desta forma, podemos verificar a dificuldade que as tropas brasileiras encontravam de fazer cessar o trânsito de embarcações dos países beligerantes na zona do conflito.

No dia 31 de janeiro foram publicadas duas notícias sobre o conflito. Do lado peruano, o presidente Sanchez Cerro dizia aceitar a mediação brasileira embora deixasse claro que o Peru não era um país agressor. Classificava-se como amante da paz, entretanto, garantia que se fosse atacado repeliria o inimigo. Cabia, para ele, as autoridades internacionais dedicarem-se a deter o movimento das tropas colombianas para a zona de Letícia, a fim de evitar o conflito entre os dois países. Já o ministro da Guerra colombiano, Sr. Uribe Gaviria, destacava o programa do seu ministério destinado a desenvolver a aviação no seu país. Destacou que a Colômbia, nos últimos treze meses, havia se dedicado a adquirir aeronaves melhores e mais modernas e a intensificar o treinamento dos seus pilotos militares.<sup>156</sup>

Um documento destinado ao Chefe do EME encontrado no arquivo nos permite entender um pouco a situação de Tabatinga naquele momento. O ofício relatava uma situação inusitada, na qual um tenente da armada peruana se apresentou em Tabatinga dizendo ter sido designado por seu governo como representante do Peru em Tabatinga. O general relatou que naquele momento a localidade não se classificava como cidade e nem como vila, limitando-se sua população apenas às famílias dos soldados para lá destacados. Perguntou, assim, ao Chefe do EME como proceder diante de tal situação e se seria possível a instalação de um consulado para abrigar o oficial do Peru.<sup>157</sup>

A 2 de fevereiro o presidente colombiano Ayala Herrera, em manifesto dirigido ao povo disse que o governo, com firmeza irredutível, saberia impedir que atos de força mutilassem o território colombiano ou invalidassem as obrigações internacionais que fixaram as fronteiras do seu Estado. Disse ele:

<sup>155</sup> DISSÍDIO Colombo-peruano. *O Correio da Manhã*, n.11.703, Rio de Janeiro, 28 jan. 1933, p.1.

<sup>156</sup> DISSÍDIO Colombo-peruano. *O Correio da Manhã*, n.11.706, Rio de Janeiro, 1 fev. 1933, p.1.

<sup>157</sup> BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Pasta 4. Acervo Questão Letícia.

Dessas situações surgem, para os povos como para os indivíduos, períodos de grandeza moral, sem a qual não é possível esperar benefício material algum. Cada geração tem um dever a cumprir, e o que compete a nossa, ninguém pode taxar de defesa de uma causa injusta de agressão ou violência, no cumprimento da fé jurada ou fracasso no desempenho do sagrado mister de defender o território pátrio, fundado nos mais puros e honrados títulos que podem consagrar o direito entre as Nações.<sup>158</sup>

Tal declaração se deu praticamente no mesmo dia em que a frota comandada por Vasques Cobo chegou a foz do rio Putumayo. Foi publicada no dia 4 de fevereiro notícia de que a força colombiana fundeada na região da fronteira era composta por oito navios e um porta-aviões, contava com 2500 homens de infantaria, um batalhão de artilharia composto por cinco baterias e uma companhia de metralhadoras pesadas. Das embarcações, as 5 menores estavam armadas com metralhadoras pesadas enquanto as três maiores possuíam canhões de 88 e 75 milímetros.<sup>159</sup>

Em 11 de fevereiro o 21º Batalhão de Caçadores partiu de Manaus a bordo do transporte de guerra “Victoria” para Tabatinga. Era comandado pelo major Niemayer. Partiu também na véspera de Manaus o navio “Jovita Eloy”, integrante da Marinha de Guerra que iria se juntar a flotilha que estava na fronteira. Era comandado pelo então 1º tenente Burlamarqui. Sobre as tropas colombianas, informou que faziam manobras diárias de treinamento na zona de fronteira.<sup>160</sup>

Nesse mesmo dia, o EME endereçou ao Ministro da Guerra um longo relatório constante da documentação analisada por nossa pesquisa, ressaltando diversos pontos de discordância entre o Exército e a Marinha. A medida que as operações se desenvolviam, com o aumento da presença de tropas dos países beligerantes na região e as patrulhas realizadas por tropas brasileiras, estes pontos de tensão aumentavam. Segundo o relatório, o Estado-Maior da Armada determinou ao Comandante da Flotilha do Amazonas fazer todas as intimações mas não empregar força sem ordem expressa do EMA, devendo comunicar imediatamente casos de desobediência.

Tal fato revogava o que foi estabelecido nas Instruções Particulares nº 1 e 2, dadas ao Comandante da 8ª RM, pelo EME e aprovadas pelo Chefe do Governo Provisório, com o conhecimento dos Ministérios da Marinha e do Exterior. Por essas instruções, caberia ao Comandante da 8ª RM a inteira responsabilidade nas questões relativas a ocupação e observação da fronteira Peru Colômbia e, por isso, ficariam sob suas ordens todas as forças

<sup>158</sup> DISSÍDIO Colombo-peruano. *O Correio da Manhã*, n.11.708, Rio de Janeiro, 3 fev. 1933, p.1.

<sup>159</sup> DISSÍDIO Colombo-peruano. *O Correio da Manhã*, n.11.709, Rio de Janeiro, 4 fev. 1933, p.1.

<sup>160</sup> CONFLICTO de Leticia. *O Correio da Manhã*, n.11.716, Rio de Janeiro, 12 fev. 1933, p.1.

navais, terrestres e aéreas. Por elas também, em caso de desrespeito a nossa soberania por parte de outro litigante deveriam, feitos os avisos e prévias intimações, empregar a força.<sup>161</sup>

No documento, o próprio EME salientou que tais fatos causavam uma sensação de imprecisão, capaz de produzir atritos e incidentes quer internacionais, quer entre as autoridades militares e navais que operavam na fronteira do Brasil, o que deveria ser evitado de todo modo. Afirmou também que a documentação recebida do Estado-Maior da Armada poderia se depreender que o pensamento do Governo era não autorizar o emprego da força sem ordem expressa sua e que cada situação seria estudada particularmente. Por fim, o EME solicitou que tal resolução do governo deveria ser informada ao Exército, a fim de ser adotada. Por último, solicitou que houvesse uma norma regulando a ação dos três ministérios interessados.

É importante ressaltar que tal documento data de dois dias antes do início das hostilidades entre as forças colombianas e peruanas na zona de fronteira. As dificuldades e os problemas encontrados nos mais altos níveis do governo brasileiro se constituíam em um óbice a mais a ser somado nos diversos desafios que a Força de Ocupação e Observação iria enfrentar a partir do início dos combates na região.

---

<sup>161</sup> BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Pasta 4. Acervo Questão Letícia.

### 3.2 O Ataque a Tarapacá e o início dos combates

Figura 2 – Luta na região de Letícia



Fonte: *O Correio da Manhã*, 15 fev. 1933

A 13 de fevereiro, a Colômbia considerou encerrados quaisquer esforços de mediação. Sua flotilha, a comando do general Vasques Cobo subiu o rio Solimões e se dividiu na foz do rio Içá, de modo que uma parte subiu este rio, e outra continuou pelo Solimões na direção de Tabatinga e Letícia. Esta última ficou estacionada em Tonantins, pouco além da foz do rio Içá, e antes dos portos brasileiros de Tabatinga e de Benjamin Constant.

A parte da expedição que subiu o Içá destinava-se a alcançar pelo norte o “corredor” colombiano de Letícia, mas foi atacada em meio da viagem por uma esquadrilha de aviões

peruanos, ao que parece procedente de Letícia. A esquadra colombiana continuou a avançar a te alcançar suas próprias águas, entre margens ambas colombianas, e dali respondeu ao ataque dos aviões. Pouco depois de iniciadas as hostilidades chegaram ao local aviões colombianos que se achavam de sobreaviso em La Pedrera, nas margens do rio Caquetá, o que causou a retirada dos peruanos.

Ao ser atacada, a força fluvial colombiana navegava em direção a zona do rio Putumayo compreendida entre as linhas Tabatinga-Apapóris e Yacuas-Atachari, zona essa que é nitidamente colombiana, quer nas águas do rio, quer por suas margens. Achava-se então a flotilha a oitenta e um quilômetros do ponto mais próximo do território peruano.

As Forças Armadas brasileiras juntamente com o Ministério das Relações Exteriores monitoraram a situação através das várias embarcações presentes na área do conflito. Em documento de 13 de fevereiro o general Almério de Moura informou que a flotilha colombiana desembarcou tropas em alguns pontos do território brasileiro e efetuou exercícios de tiro. Tal fato foi comunicado ao Ministério das Relações Exteriores que se manifestou através do representante brasileiro na Colômbia, afirmando que as permissões de passagem da flotilha não autorizavam tais exercícios, que não poderiam ser permitidos em solo brasileiro.

Em outro documento existente no acervo analisado o Ministério das Relações Exteriores afirmou ter recebido a informação do início das hostilidades entre as forças colombianas e peruanas em águas brasileiras. O órgão solicitou então ao Ministro da Guerra que fosse aberto rigoroso inquérito a fim de apurar a quem cabia a responsabilidade por tais atos. Tal ato tinha como objetivo principal demonstrar a preocupação do Governo brasileiro com a manutenção do estado de neutralidade do país em meio às agressões entre Peru e Colômbia.

Foi instaurado pelo general Almério de Moura um Inquérito Policial Militar, cujas peças principais constam do acervo analisado em nossa pesquisa, conduzido pelo TC Otaviano José da Silva que realizou diversas diligências no período de 23 de fevereiro a 20 de março de 1933. O encarregado ouviu diversas testemunhas na zona do conflito, dentre eles militares colombianos e peruanos, fazendo também diversas fiscalizações nos rios da região. Tais atividades, empreendidas por determinação do Ministro da Guerra e do Chefe do EME com o intuito de “saber qual dos dois países iniciou as hostilidades ou apurar as responsabilidades”, nos possibilitam compreender como se deram os combates em Tarapacá e como as forças em litígio utilizaram o território brasileiro.

A retomada de Tarapacá aconteceu nos dias 14 a vinte e dois de fevereiro de 1933, com 4 combates entre as forças peruanas e colombianas, sendo o primeiro desencadeado em águas brasileiras na região da Ilha Visconde do Rio Branco, sobre o rio Içá e os outros três na região de Tarapacá, em território colombiano. Dessa forma, os colombianos conseguiram retomar a região e aí estabeleceram suas tropas.

Na noite de doze de fevereiro a esquadra colombiana e a esquadilha de aviões sob o comando do general Vasques Cobo se encontravam fundeadas na localidade brasileira de Ipiranga, à margem direita do rio Içá, onde posteriormente seria instalado um destacamento da Força de Ocupação e Observação. Atualmente o Exército Brasileiro mantém um Pelotão de Fronteira nesta localidade, subordinado ao Comando de Fronteira Solimões/8º Batalhão de Infantaria de Selva sediado em Tabatinga.

Na manhã do dia 13 de fevereiro as canhoneiras “Barranquilla” e “Pechincha”, juntamente com a lancha brasileira “Marcelita”, contratada pelos colombianos, partiram de Ipiranga com destino a fronteira Brasil-Colômbia. Em seguida, partiu também a esquadilha de aviões e na tarde deste mesmo dia seguiram os navios colombianos “Cordova” e “Narino”. Estes navios, ao atingirem a localidade de Retiro, se juntaram com os outros e prosseguiram a marcha até a linha divisória, onde chegaram pelas 17hs. Fundearam ainda em águas brasileiras.

No dia 14 de fevereiro, por volta das 8 da manhã, o Comandante colombiano mandou um mensageiro a Tarapacá, ocupado por forças peruanas, a fim de intimar o comandante das mesmas a entregar a localidade. O emissário regressou com a solicitação peruana de dois dias para poder responder a intimação, tendo em vista a necessidade de consultar o governo do seu país. Uma hora depois, as forças colombianas foram atacadas em águas brasileiras, por três aviões peruanos que lançaram três bombas que atingiram a água. Segundo o IPM, todos os navios colombianos responderam ao fogo, apoiados pela aviação da Colômbia. Após isso, os navios colombianos permaneceram fundeados em águas brasileiras e os aviões colombianos realizaram um bombardeio em Tarapacá, utilizando como base de reabastecimento a localidade de Retiro, estabelecida dentro do território brasileiro.

As forças colombianas realizaram um ataque conjunto no dia seguinte. Após o amanhecer, a aviação realizou bombardeios em Tarapacá e as forças navais avançaram para o território colombiano, desembarcando tropas na margem direita do rio Içá. Estas tropas deslocaram-se para Tarapacá que foi atacada por terra, mar e ar, caindo em poder dos

colombianos por volta das onze horas. Foi apreendido todo o material bélico abandonado pelas forças peruanas, sem que se fizessem prisioneiros.

Houve contra-ataques dos peruanos nos dias 16 e 22 de fevereiro de 1933, no qual foram usados aviões cujo principal alvo era os navios adversários. Os aviões colombianos conseguiram repelir o ataque e os peruanos evadiram-se, utilizando como rota o território brasileiro. Desta forma, Tarapacá retornou para mãos colombianas que aí estabeleceu sua principal base para retomar os territórios localizados ao longo do rio Içá-Putumaio e posteriormente organizar o ataque a Letícia.

Ao fiscalizar a região, o encarregado do IPM encontrou quatro depósitos de material bélico instituídos pelos colombianos no território brasileiro. O primeiro depósito foi estabelecido em Santo Antônio do Içá, sendo aí encontrados 670 tambores de combustível e 33 volumes com gêneros. Esse material foi transportado para lá a partir de Belém pelo navio a vapor “Castelo”, sendo desembarcado no depósito no dia 5 de março por um major colombiano da guarnição da canhoneira “Cordova”. Foram encontrados, ainda, dois depósitos menores estabelecidos em São Guilherme, à margem direita do Içá, com alguns tambores de combustível.

O quarto grande depósito, foi verificado de bordo da lancha “Angelina”, pelo próprio condutor do IPM. Situava-se à margem esquerda do Içá, distando 385 metros da linha Apaporis-Tabatinga, em território brasileiro. Aí foram encontrados munição de aviação e combustível. A munição estava exposta ao tempo, compondo-se de três tipos de bombas e tendo ao lado inúmeras caixas fechadas que seriam explosivos. O referido depósito de combustível distava 40 metros do igarapé e o de munição 20 metros. Segundo o inquérito, a embarcação que transportou o material para lá, seria um navio hospital, que sempre estava a retaguarda do comboio e permaneceu fundeado na localidade. Embora fosse um navio hospital, transportou tropas e munição para a zona do conflito.

Por fim, em sua conclusão o encarregado apontou que, sob o ponto de vista moral, foram os colombianos os responsáveis pelo início das hostilidades, pois fizeram a intimação da rendição de Tarapacá de águas brasileiras, com todas as forças fundeadas no Brasil, acobertadas pelo nosso pavilhão, pela nossa neutralidade, abusando da ausência de nossas forças terrestres de ocupação e observação, que se achavam em trânsito para a ocupação da região onde se deu o combate, da ausência das forças navais brasileiras que se achavam em período de substituição e preparação para ocupação da zona do Alto Içá e ainda das forças aéreas brasileiras ainda não chegadas até a data do ataque.

Sob o ponto de vista material, o início das hostilidades deveria ser atribuído as forças peruanas, pois foram as primeiras a romper fogo contra as forças colombianas, em águas brasileiras, acobertadas estas pelo pavilhão brasileiro, logo após a intimação que receberam para a entrega de Tarapacá. Percebe-se que, seja do ponto de vista moral ou material, houve desrespeito a imparcialidade do Brasil por ambas as nações beligerantes. Nota-se, por último, uma preocupação por parte das autoridades brasileiras em não favorecer um país ou outro, preocupadas que estavam em demonstrar uma postura de neutralidade ou de imparcialidade, já que não havia declaração de guerra entre Peru e Colômbia.

Enquanto os ânimos estavam tensos na zona de combate, a emissão de documentos entre o Ministério das Relações Exteriores e os órgãos das Forças Armadas, particularmente o EME e o EMA, aumentou bastante. Cresceu também a comunicação entre o Ministro das Relações Exteriores Afrânio de Mello Franco e o Ministro da Guerra, general Espírito Santo Cardoso. Cabe salientar também que boa parte dos acontecimentos na zona de conflito e nos locais de apoio, eram comunicados pelo general Almério de Moura ao EME ou ao Ministro da Guerra. Assim, ainda em 15 de fevereiro o general Almério comunicou a passagem por Manaus de três aviões colombianos que, depois de permanecerem na cidade por tempo maior que o permitido, foram advertidos pelas autoridades brasileiras.<sup>162</sup>

O início das hostilidades fez crescer também a tensão entre a Flotilha do Amazonas e o Comandante da 8ª RM. Em documento do dia 15 de fevereiro o EME informou que resoluções do MRE e do Ministério da Marinha tiraram a clareza da conduta que as forças deveriam ter. Diante disso, solicitava que tal situação fosse levada ao Chefe do Governo Provisório para que convocasse o Conselho de Defesa Nacional para estudar a questão e tomar as providências necessárias. No mesmo documento, o EME informou ainda ter recebido telegrama do general Almério clamando contra ordens diretas que a Flotilha do Amazonas estava recebendo que não diziam respeito a assuntos técnicos e sim atentavam contra a nossa neutralidade, como por exemplo, a permissão de voo de aviões bolivianos. Segundo o general Almério, tal fato estaria tornando sua situação insustentável.

O jornal *O Correio da Manhã* do dia 15 de fevereiro de 1933, além de mencionar o início das hostilidades, publicou um apanhado das informações das principais capitais sul-americanas sobre o fato. A publicação falou sobre as impressões sobre o fato em Buenos Aires, Bogotá, Quito, Lima além de Belém e Washington. Em todas elas estão presentes as

---

<sup>162</sup> BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Pasta 4. Acervo Questão Letícia.

impressões militares e diplomáticas em torno do fato, abordando principalmente que, embora as hostilidades tivessem começado, as negociações diplomáticas prosseguiram.<sup>163</sup>

Enquanto Colômbia e Peru iniciavam as agressões na zona do conflito, as negociações no Rio de Janeiro prosseguiram, tentando se chegar a conciliação dos pontos de vista de Peru e Colômbia. A notícia do início das hostilidades causou também penosa impressão em Genebra. Nos círculos da Liga das Nações propôs-se o envio de um novo apelo aos países beligerantes, a fim de se evitar um aumento das agressões. Já em Washington comentou-se que o governo norte-americano estava empenhado em agir da melhor maneira possível no sentido de evitar o prolongamento dos combates.

O Equador apoiou a mediação brasileira, assim como fizeram quase todos os países da América. De Quito chegou a notícia de que a luta travada na região de Letícia, impressionava de maneira extraordinária a opinião pública equatoriana, já que o Equador tinha importante questão pendente com o Peru na região Amazônica. Foi lembrada a atitude tomada pela chancelaria de Quito, aprovando a fórmula pacifista brasileira e apelando para o Peru no sentido de aceitar o acordo proposto pelo Itamaraty.

Já em Bogotá noticiou-se que o general Vasques Cobo, comandante em chefe das forças colombianas que pretendiam reocupar Letícia, informou o início das ações ofensivas da sua expedição militar. Segundo ele, a aviação nacional, operando com as forças navais e militares atuaram de modo eficiente contra as forças peruanas. Já sobre a opinião pública, foi noticiado que o povo colombiano acompanhava com enorme interesse os menores detalhes divulgados sobre a luta que se travava.

Sobre o conflito em si, os jornais colombianos noticiaram que logo que a expedição colombiana chegou a Letícia, teve início renhida batalha. Entraram em ação artilharia e aviões de caça e bombardeio. Segundo a notícia, diversos aparelhos colombianos conseguiram por em fuga uma esquadrilha peruana, que agia em Córdoba. Dizia também que as forças colombianas eram compostas por mil homens com armamentos e equipamentos, além de embarcações com artilharia moderna e canhões antiaéreos.

Causa, no mínimo, estranheza o fato de que, embora todos os órgãos de imprensa dessem conta do início das hostilidades, o Ministro da Marinha informava que não havia recebido comunicação alguma nesse sentido, tanto da Base Naval de Tabatinga, da Capitania dos Portos de Manaus, como do comandante da primeira Divisão Naval, ainda ancorada no porto de Belém. Dizia ele que esperava receber notícias da situação em que se achavam as

---

<sup>163</sup> INICIA-SE a luta na região de Letícia. *O Correio da Manhã*, n.11.718, Rio de Janeiro, 15 fev. 1933, p.1.

forças navais brasileiras, que se encontravam no Alto Solimões, a fim de ali manter a neutralidade do Brasil, em face da grave questão entre Peru e Colômbia.

Após o início das hostilidades, as tropas colombianas que subiram o rio Içá ocuparam Tarapacá no dia 15 de fevereiro. Tal localidade foi dominada depois de um ataque aéreo feito por forças colombianas, seguido do desembarque de tropas. A localidade era estratégica, pois se situava no rio Putumayo, próxima a fronteira com o Brasil e dominava a entrada Norte do Trapézio Amazônico, estando Letícia situada na porção mais ao Sul. Ocorreu também o rompimento das relações diplomáticas entre Peru e Colômbia e os representantes de ambos os países tiveram que retornar para os mesmos. Desta forma, podemos verificar que a situação na região se tornava mais tensa a cada dia.

Diante do ataque a Tarapacá e o protesto de forças peruanas de que o ataque teria ocorrido ainda em águas brasileiras, fato de difícil interpretação, tendo em vista a proximidade da localidade com a linha de fronteira, o general Almério resolveu destacar um navio da Flotilha do Amazonas para patrulhar o rio Içá. Com isso, buscava evitar um possível retorno das tropas colombianas para águas brasileiras. Entretanto, tal ação se mostraria ineficaz diante dos objetivos das tropas colombianas.

O general Borba Ortiz, Comandante da Esquadra da Colômbia no rio Solimões informou ao general Almério que o objetivo dos navios colombianos que subiram o rio Içá era retomar não só Tarapacá, mas outros portos colombianos ocupados pelo Peru. Tal operação visava a permitir que numerosas tropas concentradas em El Canto até Coyacaya descessem o rio Içá, transportadas pelos navios e canhoneiras colombianas e se reunissem aos navios do Solimões para atacar Letícia. Tropas colombianas atacariam Letícia por terra, acessando a localidade através do rio Catuhe próximo a Tarapacá. Por último, o general informou que a Colômbia concordava com os termos de acordo apresentados pelo Brasil, mesmo sabendo que o Peru não aceitaria. No entanto, disse que a Colômbia faria tudo para obter a paz, sem, contudo ceder nada.

Em documento enviado ao EME em 17 de fevereiro, o general Almério informou que o navio “Alegria” da Flotilha do Amazonas fora substituído, tendo em vista sua imprestabilidade, pela lancha “Jovita Eloy” que também estava em precárias condições. O encouraçado “Floriano” também encontrava dificuldades para navegar nos rios da região, devendo permanecer em Tabatinga. Para o general era imprescindível a vinda da Divisão

Naval que se encontrava em Belém para a zona do conflito. Entretanto, mesmo após inúmeros pedidos, o general não tinha sido atendido.<sup>164</sup>

A força colombiana que prosseguiu pelo rio Solimões ao sul tinha como principal objetivo tomar Letícia. Notícia publicada no dia 16 de fevereiro dizia que a localidade estava transformada numa verdadeira praça de guerra. Os seus seiscentos e poucos habitantes acompanhavam as tropas peruanas ali estacionadas e as mulheres praticavam, sob a direção dos médicos, exercícios visando serem empregadas como enfermeiras. Segundo informação recebida de São Paulo de Olivença, outra localidade na região do conflito, o general Vasques Cobo pretendia atacar Letícia pelo rio, por terra e pelo ar.

A Força de Ocupação e Observação prosseguiu monitorando a zona de fronteira. Em nossa pesquisa, encontramos um documento, datado de 20 de fevereiro, no qual o general Almério informou ao Estado-Maior do Exército que aconteceram combates entre forças peruanas e colombianas no rio Içá. Desta forma, podemos compreender a estrutura de comando e a forma como o conflito de Letícia se desenvolveu.

Nesta data, o general se encontrava na própria zona de fronteira, como podemos perceber através de outro documento, também deste dia no qual fala sobre as inspeções que fez na tropa estacionada na região. Percebe-se que as primeiras impressões demonstradas pelo Comandante da 8ª Região Militar quando de sua chegada a região Amazônica, mudaram totalmente:

Tenho prazer de comunicar haver inspecionado destacamento Tabatinga, visitando demoradamente todas as posições inclusive linha de fronteira dois marcos Igarapé Santo Antônio. É grande prazer poder como chefe transmitir a S.Ex. impressão sobre o estado moral e sanitário da tropa cujo comandante, Major Tavares Guerreiro tem mostrado qualidades apreciáveis no comando e iniciativa. Visitei em retribuição visita me fez comandante militar Letícia nesta cidade.<sup>165</sup>

No entanto, a medida que as hostilidades aumentavam e conseqüentemente a disponibilidade de material bélico por parte dos países beligerantes, crescia também a disparidade com os meios militares empregados pelo Brasil e a dificuldade em fazer cumprir as determinações das autoridades brasileiras. Em telegrama para o EME, o general Almério diz:

---

<sup>164</sup> BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Pasta 4. Acervo Questão Letícia.

<sup>165</sup> BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Pasta 5. Acervo Questão Letícia.

Lembro vinda Divisão Naval. Medida impõe-se urgentemente pois países contendores encaram já luta. Também comunico canhoneira peruana “América” burlou vigilância e ordem nosso “Alegria” pequena lancha fretada em Manaus incapaz qualquer ação devido mau estado seu casco. Fiado nisso “América” pouca importância ligou intimação que recebeu de retirar-se de águas brasileiras onde se encontrava com luzes apagadas, sem bandeira, sem nome, dizendo seus oficiais serem de outra nacionalidade não peruana.<sup>166</sup>

Diante do aumento das hostilidades entre Peru e Colômbia, o Brasil encerrou o processo de mediação que vinha tentando conduzir no conflito. Tal decisão, fez com que a Colômbia apelasse para a Liga das Nações, que já havia nomeado, para estudo da questão, um Comitê de três membros, composta por representantes da Irlanda, da Espanha e da Guatemala. Dessa forma, o organismo internacional procurava fazer valer a sua estrutura para a manutenção da paz mundial.

Os documentos analisados que constam do Acervo Documental do Fundo do Arquivo Histórico do Exército nos ajudam a entender a problemática causada pela demarcação de linhas fronteiriças em território tão inóspito quanto o Amazônico. Foi instaurado um Inquérito por parte da Força de Ocupação e Observação para apurar o ataque a Tarapacá por forças colombianas. Após a argumentação peruana de que a expedição colombiana teria atacado Tarapacá ainda em águas brasileiras, o Coronel Renato Rodrigues Pereira, da Comissão de Limites do Setor Oeste, apresentou uma explicação para o fato. Segundo o documento, o Peru acreditava que a nossa fronteira com a Colômbia iria até a boca do rio Cotuhe.

Entretanto, segundo o oficial, a linha geodésica Apaporis-Tabatinga corta a margem esquerda do Içá cerca de 700 metros abaixo do marco da margem direita e que, por conseguinte, um navio que suba o rio próximo àquela margem pode, antes de defrontar o marco, achar-se em território colombiano. O documento esclarece que é possível que o Peru reclame de boa fé, porque o termo de inauguração do novo marco do Içá não tinha sido publicado, assim como não tinha sido assinada a ata da demarcação daquela fronteira com a Colômbia. Termina falando que pela demarcação feita no tempo em que confinávamos com o Peru, a linha divisória passava a cerca de 1200 metros abaixo da boca do Cotuhe, mas como não foi possível colocar o marco ali, por ser o terreno alagadiço, os comissários demarcadores acordaram em colocá-lo 500 metros rio acima, na Ponta do Cotuhe, hoje Tarapacá.<sup>167</sup>

A solução do inquérito apontou que existem duas linhas limites na região do rio Içá. Uma antiga e outra moderna que dependia ainda de publicação e reconhecimento por Brasil e

<sup>166</sup> BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Pasta 4. Acervo Questão Letícia.

<sup>167</sup> BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Pasta 5. Acervo Questão Letícia.

Colômbia. A antiga passava junto a Tarapacá e a moderna passava a cerca de seis quilômetros a leste, junto ao marco da Comissão de Limites, a montante da Ilha Rio Branco. Os peruanos, antigos possuidores da região, adotavam como referência, a antiga linha. Já os colombianos reconheciam a linha de limites mais moderna.

Depois dos choques armados pela posse da localidade de Tarapacá, o conflito de Letícia complicou-se extraordinariamente e assumiu proporções de verdadeiro conflito internacional. Como dito acima, a Colômbia dirigiu-se à Liga das Nações<sup>168</sup> em termos categóricos, a 17 de fevereiro, e pedia de modo expresso, que fosse aplicada ao Peru a definição jurídica de agressor, prevista no mecanismo do artigo 15 do Pacto. E era, logo em seguida, reforçada pela notificação oficial dos ataques peruanos a Chaves e a Iaguas, em 19 e 20 de fevereiro, e secundada por um protesto contra a declaração feita em Iquitos, pelo Ministro da Guerra do Peru, em 7 de janeiro, de que o pavilhão de seu país jamais seria arriado em Letícia.

O Comitê submeteu às partes, em 25 de fevereiro, propostas concretas de acordo, as quais foram aceitas pelo delegado colombiano em nota de 27 do mesmo mês. Os pontos básicos eram os seguintes:

- 1) Entrega do território em litígio a uma comissão da Liga das Nações;
- 2) Retirada das forças peruanas do território ocupado;
- 3) Forças colombianas, internacionalizadas para esse efeito, seriam postas à disposição da Liga das Nações enquanto durassem as negociações;
- 4) Essas forças serão encarregadas da manutenção da ordem no território;

---

<sup>168</sup>Liga das Nações (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (orgs.) Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. A Liga das Nações foi uma organização internacional criada em abril de 1919, quando a Conferência de Paz de Paris adotou seu pacto fundador, posteriormente inscrito em todos os tratados de paz. Ainda durante a Primeira Guerra Mundial, a idéia de criar um organismo destinado à preservação da paz e à resolução dos conflitos internacionais por meio da mediação e do arbitramento já havia sido defendida por alguns estadistas, especialmente o presidente dos Estados Unidos Woodrow Wilson. Contudo, a recusa do Congresso norte-americano em ratificar o Tratado de Versalhes acabou impedindo que os Estados Unidos se tornassem membro do novo organismo. A Liga possuía uma Secretaria Geral permanente, sediada em Genebra, e era composta de uma Assembléia Geral e um Conselho Executivo. A Assembléia Geral reunia, uma vez por ano, representantes de todos os países membros da organização, cada qual com direito a um voto. Já o Conselho, principal órgão político e decisório, era composto de membros permanentes (Grã-Bretanha, França, Itália, Japão e, posteriormente, Alemanha e União Soviética) e não-permanentes, estes últimos escolhidos pela Assembléia Geral. Não possuindo forças armadas próprias, o poder de coerção da Liga das Nações baseava-se apenas em sanções econômicas e militares. Sua atuação foi bem-sucedida no arbitramento de disputas nos Bálcãs e na América Latina, na assistência econômica e na proteção a refugiados, na supervisão do sistema de mandatos coloniais e na administração de territórios livres como a cidade de Dantzig. Mas ela se revelou impotente para bloquear a invasão japonesa da Manchúria (1931), a agressão italiana à Etiópia (1935) e o ataque russo à Finlândia (1939). Em abril de 1946, o organismo se autodissolveu, transferindo as responsabilidades que ainda mantinha para a recém-criada Organização das Nações Unidas, a ONU.

- 5) Requisição, pela comissão da Liga, de força colombiana para manter a ordem no território;
- 6) Negociações diretas entre as partes interessadas, com vistas a solucionar a questão de fundo e os problemas correlatos.

Durante as sessões de 27 e 28 de fevereiro, enquanto aguardava a resposta do Peru às suas proposições, o Comitê procurou formular sugestões que contribuíssem para se chegar a paz. Por outro lado, manteve estreito contato com os Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América, os quais foram sempre cientificados das propostas submetidas aos representantes dos países beligerantes.

O Peru, no entanto, procurou introduzir modificações, logo declaradas inaceitáveis, pela Colômbia, que iniciou tratativas junto à Comissão de Conciliação em Washington, indicando-a como órgão competente para solucionar o impasse. Já na sessão de 1 de março, o Conselho tomou conhecimento dos trabalhos do Comitê e aprovou a fórmula de 25 de fevereiro. Entretanto, mais uma vez, o delegado peruano reiterou suas propostas, sem conseguir convencer os colombianos nem obter a aprovação dos membros do Comitê.

Os debates no campo diplomático refletiam as hostilidades na zona do conflito. A nossa pesquisa encontrou uma solicitação meios aéreos para a operação na documentação analisada, feita pelo Chefe do EME ao Ministro da Guerra. O documento dava conta que os aviões peruanos continuavam sobrevoando o nosso território e que a Força de Ocupação e Observação nada mais podia fazer do que realmente observar. Diz o general Almério que não poderia tomar medidas mais rigorosas pois não contava com aeronaves para tal. Sem isso, as tropas brasileiras dariam a impressão de incapacidade de fazer valer a sua vontade no nosso território.

Em Washington, na sessão do dia 8 de março de 1933 o Conselho autorizou o Comitê a redigir as conclusões do seu trabalho, dando ao Peru um prazo de reflexão para aceitar ou não a fórmula de conciliação. O representante peruano, doutor Garcia Calderón, apresentou então à Liga das Nações um memorial redigido pelo ilustre internacionalista doutor Belaúnde, com críticas ao que se processara em Genebra, e solicitou que o assunto fosse submetido à arbitragem. O Conselho, porém, denegou a pretensão do delegado peruano.

Enquanto isso, os ataques prosseguiram juntamente com a concentração de tropas na região. Ainda no dia 8, o general Almério informou ter recebido do cônsul peruano a informação de que os colombianos tinham sido batidos quando tentaram retomar Porto Arthur. Já o Comandante da Flotilha do Amazonas informou em 10 de março que os colombianos já

tinham conseguido concentrar dois mil homens em Tarapacá, recebendo reforços diários vindos em grandes aviões de passageiros, além de onze aviões de bombardeio. Segundo apurado, a pretensão colombiana era reunir tropas para atacar Letícia em uma operação combinada, utilizando navios e aviões. Os navios desceriam o rio Içá para atacar Letícia subido o Solimões.

No dia 18, o Conselho aprovou as recomendações consagradas pelo Pacto da Liga das Nações. Com representantes do Brasil e dos Estados Unidos da América, Estados não pertencentes à Liga das Nações, foi criado um Conselho Consultivo de 13 membros, encarregado de acompanhar detidamente o desenrolar dos acontecimentos. No entanto, logo depois disso, a Colômbia comunicou oficialmente o ataque de hidroaviões peruanos a barcos colombianos, fundeados nas águas de Tarapacá, e o novo Comitê, em sua reunião inaugural, realizada em 23 de março, aceitou que o Peru se declarava em rebeldia contra a Liga e dirigiu-se às potências para recomendar-lhes o embargo de armamentos.

No dia 28 de março as forças colombianas apoderaram-se de Guepi, na margem direita do Putumayo, motivando enérgico protesto do delegado peruano em Genebra. Nesse ínterim, o Peru apresentou à Corte Permanente de Justiça Internacional uma nota em que alegava o não cumprimento, por parte da Colômbia, do Tratado Salomón-Lozano. Tal nota, porém, não teve curso por não estar revestida das formalidades prescritas no estatuto da alta entidade de Haia. Dessa forma, fica claro que a posição peruana era ganhar tempo nas disputas diplomáticas enquanto mobilizava suas forças na zona do conflito.

Nesse sentido, o Peru entabulou tratativas junto a diversos governos propensos a uma solução equitativa da pendência, e a Colômbia proclamou, mais uma vez, a sua liberdade de ação militar e a impossibilidade de aceitar qualquer concessão superior à das recomendações de 18 de março. No entanto, no dia 10 de maio, o Comitê aprovou a fórmula de aplicação das recomendações, proposta pela Colômbia, e recusou as modificações insistentemente sugeridas pelo delegado peruano.

Na área de operações a Força de Ocupação e Observação brasileira fazia de tudo para desdobrar seus meios e acompanhar o desenrolar das hostilidades entre Peru e Colômbia. No arquivo analisado, encontramos a 2ª parte da Ordem de Operações nº 2, documento datado do dia 10 de abril de 1933, que trata do apoio logístico. Nela, o comando da 8ª Região Militar faz diversas considerações importantes a respeito do material de intendência (uniformes, mantimentos) e sobre o desdobramento das unidades de saúde que prestavam apoio às tropas.

Na questão dos uniformes, o comando assim se manifestou:

Uniformes – Permito-me igualmente, levar ao alto descortino do EME a inconveniência de tais peças do uniforme das praças. A túnica, as perneiras e a cobertura para a cabeça. Ninguém suporta a gola fechada. Os homens, obrigados a entrarem em forma por qualquer motivo, mal saem, desabotam-na imediatamente. A perneira de couro preto é um verdadeiro martírio, tanto para oficiais como para as praças. Apontaria como solução a perneira de lona impermeável. Qualquer tipo servirá, menos a que se usa. Finalmente é notável a impropriedade dos capacetes de lona usados na tropa. Não tem ventilação, são feios e deformam-se logo.<sup>169</sup>

A solução apresentada pelo comando da Força para o problema dos capacetes foi a aquisição de chapéus de palha para a tropa. Tal solução não se mostrou viável, tendo em vista não haver no mercado local a quantidade necessária para que toda a tropa usasse chapéus padronizados. É importante ressaltar que, anos após as operações em Leticia, o Exército adotou o chapéu de selva, que hoje é utilizado por todas as tropas fixadas no território amazônico.

No quesito saúde, foram desdobradas enfermarias em algumas localidades. Uma delas ficava em Missões, localidade pertencente a Prelazia de Tefé (distante 30 minutos de lancha desta cidade), que era a formação sanitária de maior importância depois de Manaus. Outra enfermaria foi desdobrada em Esperança, distante 1 hora de Tabatinga, localidade pertencente a Prelazia do Alto Solimões. Foram desdobradas ainda duas enfermarias em Capacete e Tonantins.

Já sobre os recursos humanos, o comando fez novas solicitações de pessoal, pois diversos dos designados ainda não tinham se apresentado nos corpos de tropa. Uma tabela no documento mostra bem a situação difícil vivida pela tropa em termos de efetivo de oficiais:

Tabela 1 – Efetivo das OM integrantes da Força de Ocupação e Observação em 10 abr. 1933

UNIDADES	EFETIVO PRONTO	OBSERVAÇÃO
25° BC	01 Coronel 01 1° Tenente	Tem mais 07 2° Tenentes comissionados.
21° BC	01 Major 02 1° Tenentes	Tem mais 05 2° Tenentes comissionados.
27° BC	01 Major	Tem mais 06 2° Tenentes

<sup>169</sup> BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Pasta Relatório do EME. Acervo Questão Leticia.

	03 1º Tenentes	comissionados.
7º Bia	01 1º Tenente	Tem mais 01 2º Tenente comissionado.

Fonte: Arquivo Histórico do Exército.

Para apresentar a situação, o comando relatou que não havia na tropa em operações um único capitão. A falta de oficiais prejudicava a instrução da tropa, pois os mais antigos ficavam envolvidos nas questões administrativas, cabendo aos mais modernos e, notadamente, aos comissionados, ou temporários, a instrução da tropa. Tal medida prejudicava as operações devido a falta de experiência dos temporários, em que pese a sua dedicação e esforço. Dessa forma, o comando ressaltou que eram os segundos tenentes comissionados, ao lado dos raros oficiais seus comandantes e guias, os que estavam, com sacrifício, vontade e disciplina, arcando com todas as responsabilidades das diferentes missões atribuídas a Força de Ocupação e Observação.

### 3.3 O Acordo de 25 de maio de 1933

Enquanto ocorriam as disputas na zona do conflito, se sucediam os trabalhos em Genebra. Um fato importantíssimo mudou o rumo das negociações: o assassinato do general Sanches Serro presidente do Peru, em 30 de abril de 1933. Imediatamente após assumir a presidência do país, o general Oscar R. Benavides convidou o senhor Alfonso López Pumarejo, diplomata colombiano que seria eleito em 1934 presidente do país, antigo colega na corte de Londres, para discutir com ele, em Lima, e de maneira privada, uma solução para a guerra colombo-peruana. Desta forma, verifica-se que a mudança de presidentes contribuiu fundamentalmente para alterar a posição peruana dentro do conflito.

Reunidos em Lima até 21 de maio, as duas autoridades chegaram a uma solução para o conflito. Embora nada tenha sido publicado a respeito, sabe-se que a amizade entre os dois estadistas possibilitou estabelecer um acordo para por fim as hostilidades e abrir caminho para novas negociações no terreno diplomático. Fato é que em 22 de maio Lopez se dirigiu para a Colômbia com o acordo, o Congresso Peruano aceitou o que fora discutido entre Lopez e Benavides e a Liga das Nações foi informada da aceitação peruana da minuta do acordo. Por ele, seriam rediscutidos o Tratado Salomón-Lozano, as tropas colombianas desocupariam as

idades peruanas em seu poder e a cidade de Letícia seria administrada por uma comissão internacional a ser designada pela Liga das Nações.

O assassinato do presidente peruano mudou inclusive a percepção da Força de Ocupação e Observação sobre o conflito. No arquivo analisado, consta documento do general Almério no qual o mesmo informa ter alterado a constituição da Força, dizendo que não traria outra tropa para a região, destinada a substituir o 21º BC, devido às enormes despesas e da notícia de um possível acordo entre as partes em conflito. No entanto, embora tenha suspenso a ordem de transporte, manteve as unidades envolvidas, 24º e 26º BC em prontidão para embarcar caso fossem avisados.

Assim, no dia 25 de maio, o Comitê da Liga das Nações para o Conflito de Letícia chegou a um acordo entre os países litigantes. Tal acordo era composto pelas seguintes cláusulas, a serem cumpridas por ambos os países:

- 1º) Os governos da Colômbia e do Peru aceitam as recomendações aprovadas pelo Conselho da Liga das Nações em sua seção de 18 de março de 1933, conforme o parágrafo 4º do Artigo 15 do Pacto, e declaram sua vontade de ajustarem-se a elas;
- 2º) O Conselho nomeará uma Comissão que deverá estar em Letícia em um prazo máximo de 30 dias. Tão logo chegue essa comissão, as forças peruanas que se encontrem na região, deverão se retirar imediatamente e a Comissão, em nome do Governo da Colômbia, assumirá a administração do território evacuado pelas forças mencionadas;
- 3º) Para manter a ordem no território que lhe caberá administrar, a Comissão apelará a forças militares por ela selecionadas, e poderá utilizar todos os elementos que julgue necessários;
- 4º) A Comissão terá o direito de decidir todas as questões necessárias a execução de seu mandato. A duração máxima das funções da Comissão será de um ano;
- 5º) As partes informarão ao Comitê Consultivo do Conselho da Liga das Nações o método conforme o qual pensam proceder as negociações previstas no Inciso 2º das Recomendações de 18 de março de 1933, que será divulgado oportunamente pelo citado Comitê;
- 6º) O Conselho da Liga das Nações lembra as partes que se declararam dispostas a negociar sob a mediação do órgão que qualquer desacordo deverá ser negociado nos órgãos diplomáticos. Com isso, o Conselho espera evitar o desenvolvimento do conflito;
- 7º) O Governo da República da Colômbia arcará com os gastos para o funcionamento da Comissão e para a administração do território a que se refere o mandato outorgado a referida Comissão;

8º) Como consequência da aceitação das proposições acima, os Governos da Colômbia e do Peru darão ordens necessárias para que cesse todo ato de hostilidade de uma e outra parte, e para que as forças militares de cada país permaneçam estritamente dentro de suas fronteiras.

Houve objeções do Peru quanto à utilização das forças colombianas, sendo apontada a necessidade de arbitramento, caso as negociações falhassem. Prosseguiram as conversações para o cumprimento do acordo, sendo constituída pela Liga das Nações uma Comissão de três membros, encarregada de administrar Letícia. Compunham-na o Coronel do Exército dos Estados Unidos Arthur W. Brown, o Capitão da Força Aérea Espanhola Francisco Iglesias e o Capitão de Mar e Guerra Alberto de Lemos Basto (comandante da Flotilha do Amazonas que iria ser desincorporada da Força de Ocupação e Observação em 9 de junho, por terem cessado as hostilidades).

No entanto, o nome brasileiro foi inicialmente vetado, tanto pelo Peru como pela Colômbia, cada um imputando-lhe parcialidade quando, na função de comandante da Flotilha do Amazonas, agira no sentido de manter a neutralidade do seu país. Contudo, o fato de ambos os litigantes considerarem o nome de Lemos Basto parcial, constituía-se em prova da sua imparcialidade. Por isso, o Brasil insistiu na sua nomeação, afirmando que, caso persistisse a recusa, nenhum outro brasileiro seria nomeado. O nome de Lemos Basto foi então aceito sem mais problemas.

A notícia do acordo foi recebida com entusiasmo na zona de operações. A partir das 12 horas foi suspensa quaisquer hostilidades entre os países beligerantes. Em Belém, o povo paraense manifestou vivas demonstrações de alegria. No porto da capital, onde estiveram diversos navios colombianos, estava ancorada naquele dia uma divisão naval peruana, tendo por capitânia o cruzador “Almirante Grau”, sob o comando do capitão de mar e guerra Hector Mercado Silva. Completavam a Divisão submarinos R I e R4, embarcações que foram as primeiras desse gênero vistas na região. Essa divisão naval deveria subir o Amazonas e tinha como missão garantir a posse dos territórios peruanos ameaçados pela flotilha colombiana. Após o armistício, esta força naval regressou para o seu país.<sup>170</sup>

A Força de Ocupação e Observação começou a ser desmobilizada logo após a assinatura do acordo. No dia 3 de junho, antes mesmo de a Comissão Administradora assumir o território de Letícia, foi noticiado que seguiu a bordo da embarcação “Distrito Federal” para Belém, de onde provavelmente continuaria a viagem para o Rio de Janeiro, o capitão-tenente Álvaro de Araújo, acompanhado dos membros da 4ª Divisão Aérea, sob seu comando. Neste

---

<sup>170</sup> CESSARAM as hostilidades na região de Letícia. *O Correio da Manhã*, n.11.803, Rio de Janeiro, 26 mai. 1933, p.1.

mesmo dia, o 27º Batalhão de Caçadores regressou para Manaus, permanecendo em Tabatinga apenas um destacamento.<sup>171</sup>

A 19 de junho de 1933, a Comissão, secretariada pelo funcionário da Liga das Nações Adolfo Mecias, reuniu-se em Tefé, fixando as bases de seu funcionamento. A 20, em hidroavião colombiano, deslocou-se para Benjamin Constant, onde novamente se reuniu, ficando decidido que sua presidência seria exercida em forma de rodízio mensal, por ordem de antiguidade dos seus membros. A 23 de junho, A Comissão recebeu a posse do território litigioso, e hastearam em Letícia a bandeira colombiana, juntamente com o distintivo da Comissão Administradora. A entrada, na cidade, das forças do Coronel Acevedo completou o restabelecimento da soberania da Colômbia na região ocupada pelos peruanos. A bordo de um pequeno navio fluvial da Marinha do Peru lavrou-se ata na qual se registrou a retirada das tropas de ocupação e a entrega da cidade à Comissão, que assim começou a exercer sua função pacificadora.

Após assumir o controle da região, a Comissão começou a desenvolver diversas atividades para melhorar a infraestrutura existente. Buscou reparar os danos causados a diversas casas e construções em virtude dos acontecimentos de setembro de 1932. Procurou também melhorar as condições materiais do porto de Letícia, muito afetado pela constante movimentação de tropas. Outra atividade desenvolvida pela Comissão foi a instalação de uma nova estação rádio. Procurou também estabelecer, com a atuação de seus membros, um ambiente de concórdia e apaziguamento que contribuísse positivamente com as negociações diplomáticas que prosseguiram no sentido de por um fim ao conflito.

A desmobilização das forças brasileiras continuou, tão logo a comissão assumiu o controle de Letícia. Em 29 de junho o navio “Rio Cursará” deslocou da região de fronteira para Manaus os destacamentos do rio Içá e Japurá. O vapor “Rio Aripuanã” transportou de Tabatinga para Manaus a maior parte das tropas do 25º Batalhão de Caçadores e a 7ª Bateria. Depois de desembarcarem em Manaus, o 25º BC e a 7ª Bia seguiram juntamente com o general Almério de Moura e as tropas da 8ª Região Militar para Belém a bordo do vapor “Baependy” do Lloyd Brasileiro. Dessa forma, foi desmobilizado o QG da 8ª Região Militar em Manaus, com sua sede retornando para a cidade de Belém.

No dia 5 de julho, o general Almério de Moura comandante da Força de Ocupação e Observação recebeu ordem de desmobilizar a tropa, passar o comando e seguir para o Rio de Janeiro. Em razão desta ordem, o general teve que passar o comando da região para o Coronel

---

<sup>171</sup> TERMINAÇÃO do conflito de Letícia. *O Correio da Manhã*, n.11.811, Rio de Janeiro, 4 jun. 1933, p.1.

Araújo Filho e embarcar para o Rio de Janeiro. Dessa forma, o comando da região retornou ao seu formato original e o Brasil passou, mais uma vez, a não contar com um general do Exército da ativa na Região Amazônica. Tal fato seria de extrema gravidade, tendo em vista o desenrolar das negociações entre Colômbia e Peru.<sup>172</sup>

Para marcar o fim do destacamento, o general enviou um telegrama ao chefe do Governo Provisório no qual dizia:

Levo ao conhecimento de V. Ex. que acabo de dissolver o destacamento de forças que operavam nas fronteiras, na missão cuja chefia V. Ex. houve por bem me confiar. Agradecendo a V. Ex. todas as atenções e facilidades que me foram dispensadas, participo que partirei no dia oito, no vapor “Baependy”, com destino a essa capital.

Já em viagem, o general enviou outro telegrama no qual dizia:

Participo a V. Ex. que acabo de chegar ao Maranhão, onde desembarca o 25º Batalhão de Caçadores, última unidade que deixou Tabatinga. A tropa boa, disciplinada e leal chegou bem. Prossigo viagem Rio. Saúdo attentiosamente V. Ex. – General Almério de Moura.<sup>173</sup>

Tais documentos marcam a desmobilização das forças empregadas naquela que ficou conhecida como primeira fase das operações em Letícia. Como veremos a seguir, as negociações do processo de paz não tomaram o rumo esperado pelo governo brasileiro e foi necessário que todo o planejamento e mobilização fossem, pelo menos, discutidos novamente.

### 3.4 A paz no Rio de Janeiro

Assinado o acordo, as negociações foram suspensas e deveriam ser retomadas após a entrega do território a Comissão Administradora. O governo do Peru, logo que o Conflito de Letícia entrou em sua fase inicial de solução, graças a oportuna e prudente mediação do Brasil, prontificou-se imediatamente a continuar, com os representantes autorizados da Colômbia, as negociações de que deveriam resultar as bases de uma solução integral da disputa, com a adoção definitiva das medidas que deveriam ser consideradas suficientes e necessárias para sanar as dúvidas que deram lugar ao conflito.

<sup>172</sup> TERMINADO o conflicto de Letícia, o general Almério de Moura teve ordem de dissolver a Divisão Especial e regressar ao Rio. *O Correio da Manhã*, n.11.837, Rio de Janeiro, 5 jul. 1933, p.1.

<sup>173</sup> CHEGARAM ao Maranhão as últimas forças a deixarem Tabatinga. *O Correio da Manhã*, n.11.848, Rio de Janeiro, 18 jul. 1933, p.1.

Conforme o protocolo firmado em presença de representantes do Brasil e com a interferência destes, resolvida a questão local de Letícia, com a imediata suspensão de todas as atividades que poderiam resultar em combates sangrentos e a atos de hostilidade, as negociações posteriores entre os dois países deveriam ser continuadas em um país neutro.

Várias circunstâncias do momento, e acima de tudo o desejo de permitir que todo o encaminhamento das tentativas tivesse sempre um caráter puramente sul-americano, levaram o governo de Lima a sugerir ao de Bogotá que aquelas negociações fossem conduzidas em uma das grandes capitais sul-americanas, lembrando por isso os nomes de Buenos Aires, Montevidéu, Rio de Janeiro e Santiago do Chile.

Essa sugestão ia contra o propósito visível do Peru de prestar uma homenagem de respeito aos principais países sul-americanos, cuja interferência coletiva naquele conflito permitiu que coubesse a um deles, o Brasil, a mediação decisiva da contenda iniciada e que se esboçava sob um aspecto de tão trágico futuro. Dessa forma, a chancelaria de Lima sugeriu o Rio de Janeiro, o que foi aceito pelo governo de Bogotá.

A notícia da escolha do Rio de Janeiro em 18 de agosto de 1933, por parte da Colômbia e do Peru, causou boa impressão, não só pela maneira discreta e decisiva com que o Brasil desempenhou em Letícia um mandato tácito que recebera das demais potências sul-americanas, como também porque a situação da capital brasileira, visivelmente equidistante de Bogotá e de Lima, só poderia concorrer para que os demais países do continente observassem nessa indicação uma simples questão de conveniência geográfica, que coincidiu com a história do conflito em Letícia, resolvido e sanado à sombra da diplomacia brasileira.

Várias personalidades colombianas e peruanas começaram a chegar ao Rio de Janeiro ainda em setembro. No entanto, a Conferência Colombo-Peruana do Rio de Janeiro seria instalada solenemente pelo Ministro brasileiro somente em 24 de outubro de 1933. A delegação da Colômbia era composta pelos seguintes membros: Dr. Roberto Urdaneta Arbeláez, Ministro das Relações Exteriores; Dr. Guillermo Valencia; Sr. Luiz Cano, como secretário geral o Dr. Eliseo Arango e o Coronel Acevedo conselheiro técnico. Representaram o Peru o Dr. Victor M. Maúrtua, Dr. Victor Andrés Belaúnde e Dr. Alberto Ulloa. Para a cerimônia de abertura, que se deu no salão da Biblioteca do Itamaraty, foram convidados o Chefe do Governo Provisório, os ministros de Estado, o corpo diplomático estrangeiro e algumas personalidades de destaque nos centros culturais e sociais do Rio de Janeiro. Já as sessões ordinárias da Conferência se realizaram na sede do Automóvel Club do Brasil.

A data de 24 de outubro não foi uma escolha aleatória do governo brasileiro. Ela marcava o dia em que Washington Luis foi deposto para que a Revolução de 1930 fosse instituída. Foi durante muitos anos uma data comemorada pelo governo como forma de demonstração de poder. A escolha do Brasil como país mediador da guerra colombo-peruana fez com que os olhares do mundo estivessem voltados para o país e o Governo Provisório, chefiado por Getúlio Vargas, quis usar o evento como instrumento de poder para divulgar as ações implementadas no país até aquele momento. Não por acaso, houve naquele mesmo dia uma sessão cívica no Clube 3 de Outubro<sup>174</sup> que contou, dentre outras atividades, com palestra do general Góes Monteiro e a inauguração de um mausoléu pertencente ao general Menna Barreto, membro da junta pacificadora, no cemitério São João Batista em Botafogo.

Outro fato que nos ajuda a entender o ambiente político vivido pelo Brasil naquele momento, era a intensa disputa para a montagem da assembleia constituinte, que iniciaria seus trabalhos em novembro de 1933. A partir daquele momento até julho de 1934 o país viveria sob a égide da Assembleia Nacional Constituinte encarregada de elaborar a nova Constituição brasileira que iria substituir a Constituição de 1891. Foram meses de intensa articulação e disputa política entre o governo e os grupos que compunham a Constituinte.

O Governo Provisório defendia a ideia de que a futura ordenação jurídica do país deveria incorporar o conjunto de mudanças que vinham sendo promovidas nos campos social, político e econômico. Esses pontos também eram defendidos por lideranças tenentistas eleitas para a Constituinte. Para a Igreja Católica, o momento era de afirmação e de maior intervenção na vida política do país. Já para os grupos oligárquicos, a nova Constituição deveria assegurar aos estados um papel de relevo. O maior desafio dos constituintes foi tentar encontrar caminhos capazes de atender a essa gama variada de projetos e interesses. Tal fato fez com que os acontecimentos em Letícia e as negociações na Conferência do Rio de Janeiro, que se deram no mesmo período, ficassem em segundo plano.

Nesse sentido, para entendermos como a memória sobre os acontecimentos em Letícia praticamente desapareceram da memória brasileira, utilizaremos os estudos sobre os usos públicos do passado, com vistas ao processo de construção/esquecimento desencadeado no período. Nesse sentido, Michael Pollak, em seu trabalho *Memória, Esquecimento, Silêncio*<sup>175</sup>,

---

<sup>174</sup>CLUBE 3 de Outubro (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (orgs.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. O Clube 3 de Outubro foi uma organização política fundada em fevereiro de 1931 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, por alguns representantes do chamado pensamento tenentista. Depois de funcionar como principal porta-voz do movimento tenentista, foi extinta por decisão de seus membros em 15 de abril de 1935.

<sup>175</sup> POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

dialoga com a obra de Maurice Halbwachs.<sup>176</sup> O sociólogo e historiador austríaco compreende a relação do homem com o passado considerando a dimensão individual e a coletiva da memória, corroborando a percepção de que a memória individual se produz na interação com o coletivo. Pollak afirma que a memória é uma “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar”.

Pollak considera que a memória é seletiva, e nomeia essa seletividade como “enquadramento de memória”. Para o autor, o sujeito realiza um trabalho de enquadramento em relação ao todo de imagens memoriais, seleciona ou enquadra algumas imagens, focalizando umas e ignorando outras. Pollak destaca que nenhum sujeito social é capaz de se recordar de tudo que aconteceu em sua vida, o que leva a relação entre memória e esquecimento a se efetivar de maneira natural, quando os sujeitos simplesmente esquecem, ou coercitiva, quando instituições de poder agem para que fatos sejam esquecidos de maneira despercebida pela sociedade.

Na segunda reunião, que aconteceu em 31 de outubro, o Ministro Mello Franco foi aclamado presidente honorário da Conferência. Surgiu aí as primeiras divergências entre os representantes dos dois países quando se tratou do método a adotar nas negociações. Sustentaram os colombianos que correspondia ao Peru apresentar, de início, o que considerava problemas pendentes, para que fossem estudadas as possíveis soluções. Por sua vez, os peruanos afirmavam que as delegações deviam apresentar, simultaneamente, memoriais em que expressassem os respectivos pontos de vista.

Diante do impasse, os chefes das duas representações foram comissionados para a conclusão de um acordo sobre a questão. E depois de demorada discussão, concordaram em concretizar suas pretensões nos Memorandum que analisaremos a seguir. Por eles, vemos que as divergências apresentadas na zona do conflito se refletiam na forma diplomática de tratar o assunto que estava longe do fim.

O “Memorandum” da delegação colombiana previa o seguinte:

- I – As recomendações de 18 de março de 1933, feitas pela Liga das Nações, são o fundamento e a norma destas negociações;
- II – Restabelecer o estado de cordialidade e de relações amistosas entre os dois países que existia antes de 1 de setembro de 1932. Nesse campo, ao Peru caberia a iniciativa para apagar o sentimento de repulsa do povo colombiano. A Colômbia considera este aspecto mais importante do que as questões morais e jurídicas da questão e a considera como fundamental

---

<sup>176</sup> HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006. p.72 e 102.

para iniciar quaisquer futuras negociações que devem partir da base do reconhecimento explícito do respeito ao tratado, excluindo desta conferência tudo aquilo que puder criar um ambiente de litígio para conduzi-la no terreno das negociações cordiais;

III – Análise das questões relacionadas com o desenvolvimento do Tratado:

- a) Aplicação do Artigo 9º;
- b) Aplicação do Artigo 8º;

IV – Elaboração de acordos que deixem o tratado cada dia melhor na sua finalidade de cooperação e boa vizinhança, em harmonia com os mútuos interesses, necessidades e conveniências dos dois países;

V – Elaboração de acordos destinados a realizar a cooperação de ambas as nações:

- a) Tráfego terrestre e fluvial;
- b) Companhia de navegação;
- c) Comunicações radiotelegráficas e aéreas;
- d) Cooperação direta das autoridades judiciais na fronteira;
- e) Extradicação;
- f) Polícia de fronteiras;
- g) Medidas fiscais e sanitárias;
- h) Bases de um tratado de comércio;
- i) Medidas de proteção a cultura dos indígenas em um e no outro lado da fronteira;
- j) Colonização;
- k) Constituição de uma comissão técnica permanente, destinada a estudar as riquezas e a mais rápida assimilação e utilização dos territórios fronteiriços peruano-colombianos;

VI – Desmilitarização da fronteira.<sup>177</sup>

Já o “Memorandum” elaborado pelo Peru solicitava a discussão dos seguintes pontos:

I – Análise das questões para o cumprimento do tratado:

- a) Interpretação e cumprimento do Artigo 1º;
- b) Aplicação do Artigo 9º;
- c) Aplicação do Artigo 8º;

---

<sup>177</sup> COSTA, Sérgio Corrêa da. *A Diplomacia brasileira na Questão de Letícia...*, p. 57.

II – Elaboração de acordos que conduzam o Tratado a cumprir seus fins de amizade e satisfação dos mútuos interesses das partes. Análise da situação peruana-colombiana no Amazonas;

III – Análise de alguns dos acordos destinados a realizar a cooperação dos dois países:

- a) Tráfego terrestre e fluvial;
- b) Companhia de navegação;
- c) Comunicações radiotelegráficas e aéreas;
- d) Cooperação direta das autoridades judiciais na fronteira;
- e) Extradicação;
- f) Polícia de fronteiras;
- g) Medidas fiscais e sanitárias;
- h) Bases de um tratado de comércio;
- i) Medidas de proteção da cultura dos indígenas em um e no outro lado da fronteira;
- j) Colonização;
- k) Constituição de uma comissão técnica permanente, destinada a estudar as riquezas e a mais rápida assimilação e utilização dos territórios fronteiriços peruano-colombianos;

IV – Elaboração de acordos destinados a manter a segurança, a paz e a harmonia perpétuas entre os dois países:

- a) Desmilitarização da fronteira;
- b) Pacto de não agressão.

Embora à primeira vista as solicitações de Colômbia em Peru guardem grande similaridade, isto em nada se refletia nas tratativas entre os representantes dos dois países para se chegar a um acordo. Tudo aquilo que foi inicialmente acordado foi deixado de lado e as negociações foram complicadas, tumultuadas e desgastantes para todos os envolvidos. Assim, vemos que os problemas vividos no campo diplomático refletem-se na zona do conflito.

Ainda em outubro, o representante brasileiro na Comissão Administradora da Liga das Nações que governava Letícia, enviou documentos ao Ministério da Marinha solicitando o aumento das forças brasileiras na região da fronteira, tendo em vista a gravidade da pendência colombo-peruana, ameaçada de degenerar em conflito armado, e entre outras considerações que diziam respeito à autoridade naval pedia atenção para a precariedade do Contingente brasileiro de fronteira em Tabatinga. Pontuou a presença das tropas dos países beligerantes que não foram desmobilizadas, ao contrário das brasileiras, retiradas tão logo a Comissão

chegou na região. Segundo ele, as tropas eram necessárias para garantir a imparcialidade brasileira em caso de novas hostilidades, já que o trânsito de embarcações continuava e a concentração de material bélico também.

Tal solicitação foi enviada ao EME, que começou os planejamentos para mandar mais tropas para a região. Na análise da documentação produzida a partir do mês de novembro, observamos que foram resgatadas as ordens emanadas ainda em 1932 para a primeira fase das operações. No dia 6 de novembro de 1933 em ofício interno do EME consta o recebimento da documentação de Lemos Basto, que pugnava pelo envio definitivo de uma flotilha bem aparelhada com embarcações apropriadas ao clima e a região, tropa de ocupação fixa e elementos de aviação, além da confirmação das informações pelo Ministério das Relações Exteriores. Diante da situação, o EME elaborou uma relação de medidas a serem tomadas pelo Exército:

- 1) Nomeação imediata de um comandante para a 8ª RM, general de brigada ou Coronel com o curso de Estado-Maior, o qual deve seguir imediatamente para seu posto;
- 2) Sugestão do EME ao Ministro da Guerra para que sejam estabelecidas as bases de cooperação que naturalmente deve haver entre forças do Exército e da Marinha, no Alto Amazonas em face do caso em apreço;
- 3) Completamento do EM da 8ª RM, do qual deve fazer parte um dos nossos oficiais que fizeram estágio na Escola Naval de Guerra;
- 4) Completamento urgente do quadro de oficiais dos Batalhões de Caçadores da 8ª RM;
- 5) Ordem de partida imediata para Tabatinga de uma Companhia de Fuzileiros reforçada por uma Seção de Metralhadoras Pesadas, tudo do 27º BC. O restante do Batalhão deve ficar pronto para embarcar para a região de fronteira;
- 6) Ordem para organizar imediatamente em Óbidos, mediante engajamento de reservistas de artilharia, uma bateria de artilharia. Essa bateria logo que tenha terminada sua organização, em pessoal e material, seguirá para Tabatinga. A Diretoria do Material tomará providências quanto ao fornecimento do material de artilharia e respectiva munição;
- 7) Instruções para que as forças do Exército destacadas em Tabatinga se constituam em guarnição sob o comando do oficial mais graduado;
- 8) Ordem para que os 27º, 24º e 25º BC, bem como os corpos da 7ª RM fiquem em condições de seguirem para Manaus;
- 9) Que a sede da 8ª RM seja transferida provisoriamente para Manaus;

10) Que o comandante da Região logo que chegue a sua sede, trate de estudar devidamente a região em apreço e trace as linhas gerais de sua ação para as diversas eventualidades que se possam prever, procurando sempre, para esses estudos, a colaboração do comandante das forças navais ali destacadas e tudo de acordo com as bases de cooperação acima referidas. O comandante da Região deverá dar conhecimento desses estudos a este EME, logo que eles estejam terminados ou mesmo em andamento.

Diferentemente do que ocorreu com os planejamentos para a 1ª fase, o EME propôs que não se desse ao comandante da 8ª RM o título de Comandante do Destacamento de Ocupação. Propunha que, caso houvesse a necessidade de um comandante de Destacamento, o mesmo fosse designado pela Região. Prossegue o documento:

A razão fundamental para pensar desse modo é que o título de Destacamento de Ocupação dá a ideia de uma organização provisória, que pode ser desfeita como aconteceu com o do General Almério; ao passo que de que se trata é de tomar a 8ª RM em condições de preencher sua função de guarda de uma região fronteiriça com 7 países (França, Holanda, Inglaterra, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia) e através da qual corre um rio internacionalizado e onde fatalmente várias questões surirão.<sup>178</sup>

Embora as determinações do EME sejam bem parecidas com as emanadas para a primeira fase, trazem em seu bojo uma preocupação com a estrutura da 8ª RM naquele momento. Outro aspecto que nos faz refletir é sobre o tempo que demoraria, para que tal tropa fosse mobilizada. Se pensarmos que a montagem do grupo de artilharia foi prevista com a convocação de reservistas, e considerarmos as dificuldades que o próprio general Almério relatou ter para a mobilização de suas tropas, chegaremos a conclusão que tal medida não se materializaria em menos de seis meses. Dessa forma, o documento espelha um EME em duas situações distintas. Se por um lado estava preocupado em estabelecer meios capazes de fazer valer a vontade brasileira, por outro tomava medidas que não auxiliariam nas necessidades da zona de fronteira naquele momento.

O EME foi informado pelo Oficial de Ligação no Ministério das Relações Exteriores de que colombianos e peruanos acumulavam forças respectivamente em Tarapacá e Iquitos, preparando-se para a eventualidade de serem reiniciadas as hostilidades. Enquanto isso ocorria, a guarda e vigilância da nossa fronteira na região de Tabatinga e Tarapacá estavam

---

<sup>178</sup> BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Pasta Relatório do EME. Acervo Questão Letícia.

confiadas aos reduzidos contingentes de ocupação, desprovidos de meios para tornar efetivo o respeito a nossa soberania se degenerasse em guerra o problema de Letícia.

Dada a importância da fronteira amazônica e os interesses de vulto pelos quais o Brasil necessitava zelar ali, cogitou-se no projeto em estudos de remodelação do Exército, da criação de um Batalhão destinado exclusivamente a guarda permanente dos nossos confins territoriais na região do Amazonas. Essa sugestão, se aprovada, permitiria resolver de modo permanente, em tempo de paz, o problema da guarda e colonização daquela importante zona fronteira. Como é natural, tal medida demandaria a realização do projeto em um largo tempo, não permitindo resolver a situação do momento.

Em face dos preparativos das forças peruanas e colombianas concentradas na região, o EME julgava ser bem possível que se sucedesse, em curto lapso de tempo, o desencadear da luta armada entre os países beligerantes, que provavelmente teria como principal teatro de operações a região de Letícia. Tratava-se, portanto, da necessidade do Brasil dispor, assim que irrompessem as hostilidades, de certo núcleo de forças na região de Tabatinga, de modo a zelar pelo respeito a integridade do território brasileiro, missão essa de que, por todos os motivos apresentados não poderia ser incumbido o minúsculo contingente ali presente, comandado por um Sargento.

O documento do EME seguiu para o Ministério da Guerra e foi apresentado ao Chefe do Governo Provisório com todas as solicitações citadas acima. No entanto, encontramos no acervo analisado a resposta na qual consta o seguinte:

O Sr. Ministro submeteu o presente parecer ao Sr. Chefe do Governo Provisório, que não deseja por enquanto nenhuma providência sobre movimento de tropa. O Estado-Maior do Exército se dignará tomar as medidas de outra ordem mediante os entendimentos necessários.<sup>179</sup>

No entanto, não consta do documento quais seriam as medidas de outra ordem a serem tomadas pelo EME que não o envio de tropas. Vemos então na documentação analisada uma troca de informações e planejamentos sem que haja o envio de reforços para a região do conflito. Ao longo do mês de novembro e dezembro, o EME passou então a expedir documentos as diversas Diretorias do Exército tratando sobre material para um possível deslocamento de forças.

---

<sup>179</sup> BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Pasta Relatório do EME. Acervo Questão Letícia.

Nas reuniões de realizadas durante o mês de dezembro na Conferencia do Rio de Janeiro, a representação peruana expôs os argumentos centrais de sua tese: a não entrega, pela Colômbia, do triângulo de Sucumbios; a impraticidade do tratado e os inconvenientes de ordem econômica, geográfica, histórica e política apresentados pela linha fronteira Salomón-Lozano; e concluiu afirmando que a única solução possível era a revisão das fronteiras. Alegavam, em síntese, que o Peru trocara o Trapézio de Leticia pelo Triângulo de Sucumbios. Mas, uma vez que a Colômbia não podia entregar a sua parte, disseram, a troca estava desfeita. Dessa forma, o Trapézio de Leticia deveria voltar ao domínio peruano.

Já a delegação colombiana não aceitou a proposta peruana e procurou apresentar argumentos em contrário. Preliminarmente, negou-se a discutir o ponto jurídico suscitado alegando não caber tal debate dentro das normas traçadas pelo Conselho, nem dentro da Conferência do Rio de Janeiro. Quanto à devolução do trapézio, observou que não se tratava de problema pendente, pois de acordo com o Tratado Salomón-Lozano, em torno do qual girava a Conferência, terminaram todas as questões territoriais entre o Peru e a Colômbia. Desta forma, a solução proposta pelo Peru foi apontada como inadequada, desproporcional e prejudicial aos interesses colombianos.

A delegação colombiana afirmou que a única forma de resolver o conflito estava na assinatura de uma série de acordos sobre navegação, aduanas, polícia de fronteiras, etc., que viessem facilitar a convivência de ambos os países no Amazonas e no Putumayo, estabelecendo assim, um mais estreito vínculo de ação e cooperação entre os dois Governos.

A fase de debates realizada em dezembro de 1933 entrou em um impasse diante da recusa de ambas as partes em ceder. Pugnavam os colombianos que o assunto fosse levado para a Corte Permanente de Justiça Internacional de Haia, enquanto os peruanos solicitavam a intervenção de um árbitro para o conflito. Dessa forma, a primeira etapa da Conferência foi encerrada antes que houvesse uma ruptura das negociações.

O Comitê Consultivo criado pelo Conselho da Liga das Nações, em 18 de março de 1933, para acompanhar o desenvolvimento do conflito colombo-peruano, foi reorganizado na sessão de 19 de janeiro de 1934. Representantes da Argentina, Austrália, Dinamarca e Portugal substituíram os delegados da Guatemala, Irlanda e Noruega, cuja missão *ad hoc* havia terminado. E a presidência do Comitê passou do senhor Lester, irlandês, para o senhor Castillo Nájera, mexicano. Para auxiliar os trabalhos do Comitê Consultivo, organizou-se na mesma ocasião, um Subcomitê de três membros representando a Espanha, o México e a Tchecoslováquia.

Como primeira tarefa, tiveram ambos, Comitê e Subcomitê, o estudo da nota da Comissão Administradora de Letícia, de 23 de janeiro, solicitando instruções sobre a data da expiração do seu mandato e sobre o aumento da guarnição da cidade, pedido pela Colômbia. O Governo de Lima, porém, em nota de 21 de março, firmada pelos seus delegados à Conferência Colombo-Peruana do Rio de Janeiro, e em notas de 24 de março e 10 de abril, firmadas estas pela delegação em Genebra, pleiteou formalmente uma prorrogação de seis meses ao prazo de um ano, fixado para término das funções da Comissão Administradora. O fundamento da solicitação estava no fato de não ter ainda chegado a Conferência diplomática do Rio de Janeiro a uma solução que pusesse termo às divergências entre Peru e Colômbia.

Durante o mês de janeiro de 1934 houve intenso debate da questão Letícia nas instâncias diplomáticas. Neste período, o Chanceler brasileiro, Afrânio de Mello Franco, pediu demissão do seu cargo no Ministério das Relações Exteriores do Brasil, mas continuou presidindo os trabalhos da Conferência aclamados que fora pelas representações de Peru e Colômbia.

No campo militar, o Ministro da Guerra expediu, em documento reservado destinado aos Chefes do EME, Departamento do Pessoal da Guerra, Diretorias de Serviços e Comando da 8ª Região Militar instruções a respeito da situação das forças brasileiras. Segundo ele, a situação em Letícia poderia mudar a qualquer momento com possíveis hostilidades entre os países beligerantes. Em tal hipótese era necessário que o Brasil se mantivesse neutro, devendo para isso, o Brasil deveria manter eficiente vigilância da fronteira e das vias fluviais que a ela conduzem, além de ocupar oportunamente pontos do território que possibilitassem tal medida.

Para cumprir tal objetivo, o Ministério da Guerra determinou o aprestamento das tropas, evitando abordar ordens para o seu deslocamento. Determinou ao chefe do EME os planejamentos para aprestar a tropa para um possível emprego. Mandou ainda que o EME entrasse em entendimento com o chefe do EMA, a fim de que fossem propostas as medidas necessárias a ação combinada das forças navais e terrestres, em caso de agravamento da situação. Fica claro na análise do documento, a postura do Exército de aguardar as negociações no Rio de Janeiro para, em caso de fracasso das mesmas, iniciar o deslocamento de tropas para a região de Letícia.

Tal intenção fica mais evidente em documento enviado pelo Ministro da Guerra diretamente ao Chefe do EME:

Em complemento as instruções preparatórias, expedidas pelo EME, na previsão do conflito, a 8ª RM e a outros elementos que possam vir a

constituir tropas de observação e de vigilância na zona de operações da bacia amazônica – convém por ao corrente os comandos da 6ª e 7ª RM, a fim de que eles possam tomar medidas discretas no sentido de preparar as unidades para se deslocarem com destino ao Norte do país, se isto se tornar necessário.<sup>180</sup>

Desta forma, fica clara a intenção do Ministro da Guerra de cumprir a determinação do Chefe do Governo Provisório de não deslocar tropas para a região do conflito. Podemos supor que tal medida tinha como objetivo aguardar as decisões da Conferência do Rio de Janeiro sobre o tema e evitar que o país entrasse em um conflito no momento em que as discussões e disputas políticas estavam voltadas para a futura Constituição brasileira tão aguardada.

Além dos objetivos acima citados, o Brasil buscava evitar influir nas disputas entre Peru e Colômbia. Em documento enviado ao Comandante da 8ª RM, em 2 de fevereiro o Chefe do EME assim se pronunciou:

Antes de qualquer providência deveis entender-vos interventores estados Região sobre censura telegrafo e imprensa para proibir qualquer notícia respeito afim evitar repercussão internacional e colombianos e peruanos tenham conhecimento. Providências preparação unidades tomadas discretamente sem precipitação. QG Região deve preparar-se seguir Manáos primeira ordem.

Embora não faça parte de nossa pesquisa, a censura imposta ao telégrafo e a imprensa, gerenciada pelos interventores dos Estados, que naquele momento eram os governadores nomeados por Vargas, operada pelos órgãos centrais do Governo Federal seria um ponto importante a se investigar. Se a censura era usada para impedir o acesso às informações sobre as operações do Exército, também não é demais supor que poderia ser usada para outras finalidades dentro do Governo Provisório.

Nesse sentido, foram expedidas ordens do EME para todas as Diretorias do Exército, nos primeiros dias de fevereiro de 1934. Tais ordens diziam que a sede da 8ª RM seria transferida oportunamente para Manaus. As diretorias deveriam envidar esforços para completar os Batalhões de Caçadores da Região, 24º (Maranhão), 25º (Teresina), 26º (Belém) e 27º (Manaus), que deveriam se organizar em três companhias de fuzileiros e uma de metralhadoras e ficarem prontos para embarcar à primeira ordem. Caberia as Diretorias de Saúde, Intendência, Engenharia, do Pessoal e de Material Bélico apresentar suas necessidades

---

<sup>180</sup> BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Pasta Relatório do EME. Acervo Questão Letícia.

e propostas para efetivar a ordem do EME. Do acervo analisado constam as respostas de todos os órgãos ao EME.

Um documento radio enviado pela 8ª RM para o EME no dia 16 de fevereiro de 1934, falando sobre o efetivo das tropas da Região, nos revela o quão crítica era a situação. Elaboramos uma tabela a fim de melhor visualizar os dados que estão descritos no documento.

TABELA 2 – Efetivo das OM da 8ª Região Militar em 16 fev. 1934

<b>UNIDADE</b>	<b>EFETIVO PRONTO</b>	<b>EFETIVO EM DESTINO</b>
24º BC (Maranhão)	1 TEN CEL 3 1º TENENTES	3 CAPITÃES 3 1º TENENTES 1 1º TENENTE MÉDICO
25º BC (Teresina)	2 CAPITÃES 1 1º TENENTE 1 CAPITÃO MÉDICO 1 2º TEN CONTADOR	1 CORONEL 1 MAJOR 2 CAPITÃES 6 1º TENENTES
26º BC (Belém)	2 CAPITÃES 3 1º TENENTES 1 1º TEN MÉDICO 1 1º TEN CONTADOR 1 2º TEN VETERINÁRIO	1 TEN CEL 1 CAPITÃO 6 1º TENENTES 1 2º TENENTE 3 ASPIRANTES
27º BC (Manaus)	2 CAPITÃES 2 1º TENENTES 2 1º TEN CONTADOR 1 2º TEN VETERINÁRIO 1 CAPITÃO MÉDICO	1 TEN CEL 1 CAPITÃO 5 1º TENENTES 1 1º TEN MÉDICO 1 2º TEN FARMACÊUTICO
4º GAC (Óbidos)	1 1º TENENTE 2 2º TEN CONTADOR 1 1º TEN FARMACÊUTICO 1 1º TEN MÉDICO	3 1º TENENTES

Fonte: Arquivo Histórico do Exército

De acordo com o documento, serviam no QG da Região o comandante, Coronel do 25º BC, um Major do 25º BC na chefia do Estado-Maior, único oficial na Região habilitado com o curso de Estado Maior, um 1º Tenente do 27º BC na chefia da 1ª Seção, um 1º Tenente do

26º BC chefiando a 2ª e 3ª Seções, um 1º Tenente do 26º BC como Inspetor de Tiro, um 1º Tenente do 4º GAC na chefia do Material Bélico, além de um 1º Tenente do 4º GAC como adjunto da 1ª Seção.

Do acima exposto, percebemos várias características das tropas presentes na região Amazônica naquele período. Primeiro a ausência de um general na região, fato que por si só demonstra a pouca preocupação do Governo Brasileiro com uma parcela tão grande do nosso território e a opção de alocação dos meios do Exército na região Sul do Brasil, naquela época nossa principal hipótese de emprego. Outra característica é a ausência de quadros no comando da Região, tendo em vista que praticamente todos os oficiais que lá estavam pertenciam a outras unidades e foram deslocados para Belém. A ausência de comando é outra característica marcante, já que a maioria dos oficiais superiores não se encontrava em sua unidade, tendo sido desviado para outras funções dentro do Exército ou, o que era normal naquele período, para outros cargos públicos nas variadas esferas de governo. Toda essa situação tornava ainda mais penosa a situação de emprego das tropas brasileiras na região e dificultava qualquer decisão.

Enquanto o Exército brasileiro fazia seus planejamentos, a segunda fase da Conferência do Rio de Janeiro iniciou no mês de fevereiro, com os trabalhos presididos por Afrânio de Mello Franco. Já no seu início, os peruanos apresentaram suas solicitações de permuta do Trapézio de Letícia por territórios existentes na fronteira com a Colômbia. Já os colombianos insistiam na tese da assinatura de diversos acordos sobre os mais diferentes temas, na tentativa de regular a convivência entre os dois países na zona de fronteira.

A aproximação do fim do mandato da Comissão Administradora nomeada pela Liga das Nações trouxe mais tensões para a mesa de debates. Pugnavam os peruanos pela prorrogação do mesmo, tendo em vista as dificuldades em se chegar a uma solução diplomática para o assunto. Já os colombianos não admitiam tal hipótese, clamando pela manutenção do mandato, pela retirada da Comissão Administradora e pela devolução do Trapézio de Letícia a Colômbia.

As tensões diplomáticas vividas no Rio de Janeiro se refletiam na zona do conflito. O Capitão de Mar e Guerra Lemos Basto, representante brasileiro na Comissão Administradora informou em 6 de fevereiro estar convencido de que os militares peruanos não concordariam com a entrega de Letícia aos colombianos. Afirmou não duvidar de séria complicação, caso a Colômbia enviasse tropas militares para Letícia, por ocasião do fim do mandato da Comissão. Informou também que ambos os países estavam aumentando o efetivo de suas forças na

região. Segundo ele, o Peru tinha naquele momento fundeado em Iquitos um cruzador, três “destroyers”, além das antigas canhoneiras. Diante disso, reiterou a solicitação feita em outubro de aumento das forças brasileiras na região, a fim de garantir a imparcialidade brasileira. Pediu também a presença de médicos na guarnição de Tabatinga ou de um navio com medicamentos, a fim de evitar a situação humilhante que vinha acontecendo de brasileiros irem a Letícia solicitar atendimento médico e remédios.<sup>181</sup>

Os representantes do Peru fizeram de tudo para prorrogar o mandato da Comissão. Diante, porém da negativa da Colômbia, chegaram a propor a substituição dos delegados da Liga das Nações, uma vez findo o prazo de suas funções, por um comitê misto de colombianos e peruanos, que seria encarregado de administrar o Trapézio de Letícia e o Triângulo de Sucumbios.

Após diversas gestões colombo-peruanas junto ao Comitê de Genebra, relativas ao mandato da Comissão Administradora, encerraram a segunda fase de negociações do Rio de Janeiro. Não havia, ainda, o menor vislumbre de uma conciliação definitiva. Ambos os contendores permaneciam irredutíveis. O Peru pugnando por uma permuta territorial e a Colômbia insistindo pela assinatura de um sistema de acordos por ela apresentado.

No entanto, a delegação colombiana em Genebra, em notas de 4 e 12 de abril, definiu logo a sua posição: absolutamente contrária a prorrogação do mandato da Comissão Administradora. Baseá-la nas conversações que se realizavam na capital brasileira, argumentou, significaria considerar a posição de Letícia como indeterminada e, de certo modo, sujeita ao resultado a que ali se chegasse. E continuava: a primeira “Recomendação” do Conselho reconheceu explícita e solenemente a soberania da Colômbia no Trapézio Amazônico. Por conseguinte, o exercício mais direto dessa soberania, uma vez cessadas as funções da Comissão Administradora, não obrigava a suspensão das negociações no Rio de Janeiro, que bem poderiam continuar dentro da mesma atmosfera de completa normalidade.

A terceira fase de negociações iniciou em abril de 1934 na cidade do Rio de Janeiro. Compareceram a ela os representantes peruanos e colombianos, sendo os trabalhos presididos por Afrânio de Mello Franco. Embora no início das negociações o Peru tenha manifestado uma tendência de encerrar as conversações e entregar o caso a Genebra, ao longo dos dias

---

<sup>181</sup> BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Pasta Relatório do EME. Acervo Questão Letícia.

modificou a sua posição intransigente em relação aos territórios e passou a aceitar a solicitação colombiana da assinatura de acordos.

Depois de uma série de entrevistas com os representantes de ambos os países, Mello Franco apresentou um novo projeto em que procurava habilmente harmonizar as pretensões divergentes e colocá-las, o mais possível, em acordo. Pela sua proposta, abandonava a prorrogação do mandato e o estabelecimento de qualquer regime misto em Letícia, e elegia a Corte de Haia supremo juiz dos litígios entre Colômbia e Peru. Entretanto, a delegação colombiana apresentou algumas restrições. Referiam-se, principalmente, às satisfações peruanas pelos fatos acontecidos a partir de 1 de setembro de 1932 e a fixação da jurisdição daquela Corte.

As discussões passaram a girar em torno desses pontos até à eliminação definitiva dos mesmos. E adotou-se, enfim, o Acordo que foi solenemente firmado em 24 de maio de 1934. Nele as nações beligerantes reconheciam a inteira validade do Tratado Salomón-Lozano e o Peru concordou em dar uma satisfação moral pelos acontecimentos desenvolvidos em Letícia. Além disso, renunciaram ambos, expressamente, aos recursos violentos para a solução de seus problemas, prometendo entregá-los ao exame da Corte Permanente de Justiça Internacional, de Haia.

Os membros da Comissão Administradora deixaram Letícia no dia 19 de junho de 1934. Estabeleceu-se, desse modo, no porto amazônico, a mais completa normalidade.

### **Considerações Finais**

O Protocolo de Amizade e Cooperação do Rio de Janeiro assinado em 24 de maio de 1934 foi, sem dúvida, uma simples fórmula diplomática de conciliação. Não resolveu a questão de Letícia, que é um complexo de pretensões territoriais antagônicas perfeitamente delineadas. Encaminhou, apenas, o problema para uma futura solução satisfatória.

Atendendo as teses diplomáticas defendidas por Colômbia e Peru, o Protocolo não lhes pode satisfazer todas as reivindicações. Se, por um lado, garantiu o respeito ao Tratado Salomón-Lozano, tese colombiana, por outro, deixou aberta a porta a uma posterior revisão do mesmo pela justiça internacional (tese peruana).

Deixou-se em suspenso o problema territorial, adiando-lhe a solução, o Protocolo teve, no entanto, um grande resultado prático e moral: fez cessar a guerra não declarada que dividia

dois povos irmãos e entregou à diplomacia e à justiça internacional o que se ensaiava liquidar pela força bruta.

Após a assinatura do documento, organizou-se uma comissão incumbida de zelar pela execução dos acordos especiais sobre alfândega, comércio, livre navegação dos rios, trânsito, policiamento das fronteiras, e outros assuntos, conforme o Artigo 6º:

Artigo 6º. Para cuidar dos acordos de que trata o Artigo 4º e estimular sua execução, fica criada uma Comissão de três membros nomeados pelos Governos do Peru, da Colômbia e do Brasil, cujo presidente será nomeado por este último. A sede da Comissão se estabelecerá no território de uma ou outra das Altas Partes contratantes, dentro dos limites da região a que se aplicam os acordos acima citados. A Comissão terá a faculdade de transladar-se de um ponto a outro, dentro daqueles limites, a fim de colaborar mais eficazmente com as autoridades locais de ambos os Estados para a manutenção de um regime de paz permanente e de boa vizinhança na fronteira comum. O período de duração desta Comissão será de quatro anos, prorrogáveis a juízo dos dois Governos.

Como vimos no texto acima, os conflitos e disputas na região do Trapézio Amazônico que tiveram origem nos tempos da América Colonial estavam ainda longe de uma decisão final. Dessa forma, para compor e presidir a referida Comissão, o presidente Getúlio Vargas escolheu, de uma lista de nomes, o general de divisão Cândido Mariano da Silva Rondon. Tal escolha foi feita a contento das duas partes envolvidas.

O general Rondon, juntamente com a Comissão, permaneceu de 1934 a 1938, como mediador, tendo restabelecido a paz na Tríplice fronteira através de um acordo aceito sem maiores problemas. Para isso, literalmente mudou-se para a região estabelecendo a sede da Comissão em “La Vitória”, fazenda na qual os peruanos se prepararam para invadir Letícia, despachando de lá documentos que foram enviados para os diversos órgãos dos países envolvidos no conflito. Seu conhecimento de cartografia, topografia, astronomia de posição, fotogrametria e geodésia foi essencial para suas atividades. Assim, seu prestígio internacional e habilidade diplomática foram decisivos para o sucesso da missão.

A guerra colombo-peruana foi um grande desafio enfrentado tanto pelas nações diretamente envolvidas como pelas circunvizinhas, em especial o Brasil, alvo do nosso trabalho. Todos os fatores citados ao longo desse texto, aliados as dificuldades econômicas enfrentadas por todo o mundo capitalista na primeira metade dos anos 1930, fruto do episódio que ficou conhecido como a Quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929 transformou-se num grande obstáculo a ser transposto.

As forças armadas de ambos os países, especialmente as colombianas, não contavam com o material de guerra básico e adequado para marcar uma presença efetiva nos territórios inóspitos da Amazônia. Dotá-las desses meios foi pois uma grande vitória para os países e para os dirigentes. No caso colombiano, os investimentos nas forças armadas durante o conflito passou de 0,5% do PIB para 3%. A ausência de vias terrestres se somou a inexistência de uma Marinha de Guerra e a grande distância entre o Trapézio e os portos do Pacífico e do mar do Caribe. Assim, em 90 dias foram organizadas uma força militar com esquadrões da Aviação do Exército tripulados por aviadores colombianos e alemães da SCADTA<sup>182</sup>, tripulando aviões novos de fabricação norte-americana que foram entregues a Colômbia, além dos velhos aviões comerciais de fabricação alemã.

Ao longo do conflito, os colombianos adquiriram material de aviação na Alemanha e nos EUA, transformando completamente sua Força Aérea. Possuíam no final das disputas com a Colômbia 60 aeronaves, número dez vezes maior que as 6 aeronaves inicialmente disponíveis. A marinha colombiana também foi modernizada, recebendo embarcações adquiridas na Europa, o que possibilitou a Colômbia dispor seus meios na zona do conflito em igualdade de condições com as tropas peruanas.

Se na Colômbia o Conflito de Letícia traz a memória tempos de glória de uma união nacional nunca antes vista e jamais repetida, com a doação de alianças de casamento pela população para contribuir com o esforço de guerra, no Peru a entrega do território de Letícia para os colombianos foi considerada pela opinião pública como uma derrota, embora o país possuísse forças armadas bem melhor equipadas que as colombianas. Também contribuíram para que o Conflito de Letícia praticamente desaparecesse da memória do país as guerras com o Chile e o Equador.

No Brasil, a Revolução de 1930, a Guerra paulista de 1932 e a Constituição de 1934 praticamente varreram a documentação sobre a Questão Letícia para o fundo dos arquivos. Quando falamos no ano de 1932 no Brasil, a única coisa que vem a mente das pessoas é a Guerra Paulista. A Revolta do Forte de Óbidos e conflitos como o de Letícia ou a Guerra do

---

<sup>182</sup> Sociedade Colombo-Alemã de Transportes Aéreos deu origem a Avianca. É a segunda companhia aérea mais antiga do mundo e a primeira da América. Operou como SCADTA de 1919 até 1939. Em 1940 mudou seu nome para Aerovías Nacionales de Colômbia S.A.. Foi largamente utilizada no Conflito de Letícia fornecendo no começo do conflito seus aeródromos, aviões, tripulações, que eram quase todos alemães, e equipamentos. Além disso, serviu de escola para treinamento dos pilotos colombianos que precisavam aprender a pilotar hidroaviões e aviões anfíbios. Alguns de seus aviões, a época comerciais, foram armados para servir como aviões de combate. Seu principal piloto a época foi o alemão, que depois se naturalizou colombiano, Coronel Herbert Boy que já havia lutado na 1ª Guerra Mundial na aviação alemã. A base aérea de Letícia foi batizada em sua homenagem com o nome de Base Aérea Coronel Herbert Boy e hoje é a sede do Grupo Aéreo Del Amazonas de la Fuerza Aerea Colombiana. COLÔMBIA: Fuerza Aérea Colombiana, disponível em: < <https://www.fac.mil.co/v-el-conflicto-fronterizo>> Acesso em: 20 jul. 2020.

Chaco Boreau são totalmente desconhecidos para a maioria das pessoas, embora sejam eventos marcantes, de grande extensão temporal, sobre o qual existem muitos documentos guardados nos Arquivos do Exército Brasileiro, da Marinha do Brasil, do Itamaraty e inúmeros outros locais. Em nosso trabalho exploramos uma gama considerável de fontes primárias sobre o Conflito de Letícia e há muito ainda a ser pesquisado, para trazer a luz este que foi um evento marcante na história brasileira e particularmente, um divisor de águas na construção do projeto político brasileiro para as fronteiras.

Nesse sentido, trabalhamos principalmente com a documentação existente no Arquivo Histórico do Exército na tentativa de elaborar um mosaico que nos possibilitasse compreender como se deu a participação das Forças Armadas brasileiras no Conflito de Letícia, utilizando alguns documentos do Arquivo Histórico da Marinha e o Jornal *O Correio da Manhã* para confirmar, refutar e complementar as informações colhidas na documentação do Exército.

Depois da longa jornada percorrida até aqui, podemos afirmar que Letícia mudou a forma como o Exército e o próprio Estado brasileiro viam as fronteiras da região Norte do Brasil. A partir da segunda metade da década de 1930, veremos uma mudança no regramento jurídico como demonstramos com a Lei das Colônias Militares de 1939, visando aumentar a presença do Estado brasileiro na Amazônia.

Verificamos também ao longo deste trabalho uma mudança no pensamento militar sobre a necessidade de uma efetiva ocupação da Amazônia. Conforme pontuamos, a documentação emitida pelo EME para a segunda fase da Operação de Letícia, diferentemente do que ocorreu na primeira, traz a opção pela implantação de um Batalhão voltado para a ocupação e vigilância das fronteiras. Isto era necessário tendo em vista o Brasil possuir fronteiras na região com sete países, além de um rio internacionalizado, fato que certamente geraria conflitos.

Ao longo da pesquisa constatamos que a diplomacia brasileira atuou com sucesso em dois campos principais. No primeiro deles forneceu dados e diretrizes para a atuação das Forças Armadas, como comprovam os diversos documentos emitidos pelo Ministério das Relações Exteriores e seus órgãos internos, muitos deles ocupados por militares. No outro campo, participou das negociações como mediadores dos debates entre as nações beligerantes. O chanceler Afrânio de Mello Franco conduziu as negociações da Conferência do Rio de Janeiro mesmo depois de ter sido demitido do cargo. Em virtude de sua atuação, foi reconhecido e ovacionado pela população colombiana, além de ter sido indicado para o Prêmio Nobel da Paz.

Por fim, gostaríamos de dizer que certamente este trabalho não encerra o objeto de estudo, ao contrário, procura lançar luz sobre aspectos pouco estudados da história brasileira, particularmente no que diz respeito aos conflitos desenvolvidos nas regiões de fronteira de um país tão vasto como o Brasil. Desta forma, procuramos com nosso trabalho sobre a guerra colombo-peruana completar uma lacuna historiográfica identificada pelo professor orientador e apontar alguns caminhos em que a pesquisa poderá se aprofundar. Num momento em que praticamente todos os países do mundo passam por um processo de fechamento de suas fronteiras, o estudo do tema nos parece muito pertinente e atual.

### **Fontes primárias**

- Arquivo do Jornal O Estado de S. Paulo
- Arquivo do Senado Federal
- Arquivo Histórico do Exército
- Arquivo Histórico da Marinha
- Arquivo Nacional
- Biblioteca Nacional

- Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- Museu Aeroespacial
- Museu Militar Conde de Linhares

### **Bibliografia**

ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*, Brasília: Universidade de Brasília, 1963.

AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Introdução de Bolívar Lamounier. Volume II. Brasília: UnB.

AMARAL JUNIOR, Alberto do. *Introdução ao Direito Internacional Público*. São Paulo: Atlas, 2008.

BARROS, Alexandre de Sousa Costa. *The Brazilian Military. Professional socialization, political performance and State building*. Tese de Doutorado. The University of Chicago, 1978.

BARROS, José D'Assunção. *O Campo Histórico: as especialidades e abordagem da História*. 1ª ed. Rio de Janeiro: editora Celta, 2002.

\_\_\_\_\_. *Os conceitos: seus usos nas ciências humanas*. Petrópolis: Vozes, 2016.

BECKER, Bertha K. e Cláudio A. G. Egler, *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Trad. Maria Manuel Miguel e Rui Grácio. Lisboa: Europa-América, 1965.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. *Estado, Governo, Sociedade – Para uma teoria geral da política*. 9ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

BONIFACE, Pascal. *Dicionário das Relações Internacionais*. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 1997.

BOURNEF, Pierre-Etienne Bourneuf (2016): ‘We Have Been Making History’: The League of Nations and the Leticia Dispute (1932–1934), *The International History Review*, 2016. Disponível em: <  
[https://limun.org.uk/FCKfiles/File/%E2%80%99We\\_Have\\_Been\\_Making\\_History%E2%80%99\\_The\\_League\\_of\\_Nations\\_and\\_the\\_Leticia\\_Dispute\\_\(1932-1934\).pdf](https://limun.org.uk/FCKfiles/File/%E2%80%99We_Have_Been_Making_History%E2%80%99_The_League_of_Nations_and_the_Leticia_Dispute_(1932-1934).pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BUNGE, Mario. *La investigación científica. Su estrategia y su filosofía*. Ed. correg. Barcelona: Ariel, 1985.

CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Brasília: Senado Federal, 2001.

CAMPOS, Maria José. Arthur Ramos: luz e sombra na antropologia brasileira: uma versão da democracia racial no Brasil nas décadas de 1930 e 1940. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2004.

CARDOSO, Ciro F. S. *Introducción al trabajo de la investigación histórica. Conocimiento, método e historia*. 2ª ed. Barcelona: Crítica, 1982.

CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, João Renôr Ferreira de, *A Consciência de Amazônia nos séculos XVI e XVII*, Manaus: CEDEAM, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de História e Política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. *As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*. In: FAUSTO, Boris (editor), *História Geral da Civilização Brasileira*, v.9, III (*O Brasil Republicano: sociedades e instituições*). São Paulo: Difel, 1977.

\_\_\_\_\_. *Forças armadas e política, 1930 – 1945. A Revolução de 30*. Seminário realizado pelo CPDOC/FGV, Rio, set. 1980. Brasília: UnB, 1983.

CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

\_\_\_\_\_. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

\_\_\_\_\_. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000 (Coleção Descobrimo o Brasil).

CERTEAU, Michel. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Editora, 2002.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976. “Introdução”, pp. 17-33.

\_\_\_\_\_. *A instituição militar brasileira: um ensaio bibliográfico*. O que se deve ler em ciências sociais no Brasil. São Paulo Cortez / ANPOCS, 1990, pp. 335-359.

COSTA, Sérgio Corrêa da. *A Diplomacia brasileira na Questão de Letícia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

COSTA, Thaís Tanure de Oliveira. “*Nas terras remotas o diabo anda solto*”: *degredo, inquisição e escravidão no mundo atlântico português (séculos XVI a XVIII)*. 2018, 229 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2018.

CUÉLAR, Oscar. *Notas sobre la participación política de los militares en América Latina*, Aportes, n. 19, Janeiro de 1971, pp. 7-40.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Intenção e Gesto. Pessoa, cor e a produção cotidiana da (in) diferença no Rio de Janeiro, 1927 – 1942*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: UFRJ, Minas Gerais: UFMG, 1997.

ESTEVEZ, Diniz. *Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército*. Brasília: EME, 1996.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. – 12. Ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

FERNANDES, Heloísa R. *Os militares como categoria social*. São Paulo: Global, 1979.

FREITAS, J. M. da Costa (2004). *A Escola Geopolítica Brasileira*: Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro. Rio de Janeiro: Bibliex.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Livro 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FORTES, Mírcia Ribeiro. *A rede de fortificações na Amazônia brasileira: uma abordagem sobre a militarização (séculos XVII e XVIII)*. Manaus: Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos, 2012, p. 159-168. Disponível em: <<http://periodicos.ufam.edu.br/somanlu/article/view/251>>. Acesso em: 19 set. 2019.

GOES Filho, Synesio Sampaio. *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2015.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *O Brasil republicano*, v. 3: sociedade e política (1930-1964) – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. In:

- CLACSO – *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Movimientos sociales y conflictos en América Latina*. Buenos Aires, Argentina: Programa OSAL, 2003.
- GENNEP, Arnold Van. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HOBBSBAWN, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Civis e militares na política do século XX*. In: \_\_\_\_\_. *Revolucionários. Ensaios contemporâneos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- HOUAISS, Antônio. *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado. Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A ordem política nas sociedades em mudança*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária / São Paulo: Editora da USP, cap. IV- “Pretorianismo e decadência política”, p. 204-273.
- IANNI, Octávio. *Raças e classes sociais no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- JANOTTI, Maria de Lourdes. O livro Fontes históricas como fonte. In. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- JANOWITZ, Morris. *The Military in the Political Development of New Nations*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1964.
- \_\_\_\_\_. *The Professional Soldier: a social and political portrait*. New York: Free Press; London: Coolier-Machilan, 1971.
- JOHNSON, J. J. *Os militares latino-americanos como políticos*. In: LIEUWEN, E. e outros. *Militarismo e Política na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.
- LYRA, Heitor (1941). *História diplomática e política internacional (Ensaio)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- MACHADO, Lia Osorio. *Estado, territorialidades, redes. Cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana*. In: Continente em chamas. Globalização e território na América Latina. Maria Laura Silveira. (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MACKINDER, Halford. *The Geographical Pivot of History: Discussion*, The Royal Geographical Society, Vol. 170, London:Blackwell Publishing, 2004, p. 298-321. Disponível em: <[https://www.iwp.edu/wp-content/uploads/2019/05/20131016\\_MackinderTheGeographicalJournal.pdf](https://www.iwp.edu/wp-content/uploads/2019/05/20131016_MackinderTheGeographicalJournal.pdf)> Acesso em: 4 Ago., 2019.
- MARQUES, Adriana Aparecida. *Concepções de defesa nacional no Brasil: 1950-1996*. Campinas: UNICAMP, 2001.

- MARTINS, Helio Leoncio. A Marinha Brasileira no período entre as guerras (1918-1942). In: *História Naval Brasileira*, v. 5. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985.
- McCANN, Frank D. *A Nação Armada: ensaios sobre a história do Exército brasileiro*. Tradução: Sílvio Rolim. Recife: Guararapes, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.
- MILIBAND, Ralph. *O Estado na Sociedade Capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. *Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação*, São Paulo: Perspectivas, 1981.
- NETO, Edgard Ferreira. *História e Etnia*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História, Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 313-328.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 4ª edição. São Paulo: Brasileira.
- OLIVEIRA, Walter Pinto de. *Memórias de uma revolta esquecida: O Baixo-Amazonas na revolução constitucionalista de 1932*. 2012. 194 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém. 2012.
- PALM, Paulo Roberto. *A Abertura do Rio Amazonas à Navegação Internacional e o Parlamento Brasileiro*, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Livro 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- PEDROSA, F. Velôzo G (2011). A História Militar Tradicional e a “Nova História Militar”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: Anpuh Nacional. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300540601\\_ARQUIVO\\_Artigo-HistMilTradeNovaHist-Envio.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300540601_ARQUIVO_Artigo-HistMilTradeNovaHist-Envio.pdf)>.
- PÉREZ, J. A. *El Conflicto com el Perú 1932-1933 y el inicio de la Política de Industrialización en Colombia*. Estudios en Seguridad y Defensa. CEESEDEN: Bogotá, 2016.
- POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989.
- REIS, J. C (1996). *A história entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Editora Ática.
- REIS, Elisa P. *O Estado Nacional como ideologia*. Revista de Estudos Históricos. Rio de Janeiro: v. 1, n. 2, 1988.
- REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, Introdução (p. 9-11), Uma história presente (p. 13-36) e Do político (p. 441-450).
- RESTREPO, Juan Camilo y Luis Ignacio BETANCUR. *Economía y conflicto Colombia-peruano*. Bogotá: Villegas Editores, 2001.
- RODRIGUES, F. S. *Um olhar diferente sobre Rondon: imagens do processo civilizador sobre o sertão centro-oeste e norte brasileiro na primeira república*. Dissertação de Mestrado. Vassouras: USS, 2005.

\_\_\_\_\_. *A Estratégia da Presença no contexto da transformação militar como peculiaridade de defesa no Brasil*. Revista Artigos Estratégicos, Brasília, Vol 8 n.1, 2020. Disponível em: <[WWW.ceeex.eb.mil.br](http://WWW.ceeex.eb.mil.br)>. Acesso em 15 Jun, 2020.

\_\_\_\_\_. *Amazônia na Primeira República através do acervo documental do arquivo histórico do exército*, - 1. Ed. – Rio de Janeiro : Mauad X, 2020.

SILVEIRA, H. G (1997). *Argentina X Brasil: a Questão do Chaco Boreal*. Porto Alegre: ED. PUCRS.

SOARES, Teixeira. *História da formação das fronteiras do Brasil*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973.

SODRÉ, Néelson Werneck. *A História Militar do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

\_\_\_\_\_. *Do tenentismo ao Estado Novo. Memórias de um soldado*. Petrópolis: Vozes, 1986.

STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

\_\_\_\_\_. *Os Militares na Política. As mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TRAVASSOS, M. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

TREVISAN, Leonardo N. *As "Obsessões Patrióticas"; Origens e Projetos de duas Escolas de Pensamento Político do Exército Brasileiro*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 1993.

VARGAS, Fábio Aristimunho. *Formação das fronteiras latino-americanas*, Brasília: FUNAG, 2017.

VESENTINI, J. W. *A capital da geopolítica*, São Paulo: Ática, 1986.

WOOLSEY, L. H. *The Leticia Dispute between Colombia and Peru*, American journal of International Law, 1933, p. 525-527. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/american-journal-of-international-law/article/leticia-dispute-between-colombia-and-peru/08D4019ECF08E8B801745007D1DA197C>> Acesso em: 19 Fev. 2020.